



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V – MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

CATARINA ROSE BEZERRA

**TRANSFORMAÇÃO DE CONFLITOS E OS MOVIMENTOS PELA PAZ NA
COLÔMBIA: UMA PESQUISA COMPARADA DOS PROCESSOS DE PAZ
DURANTE OS GOVERNOS PASTRANA (1998-2002) E SANTOS (2010-2016)**

**JOÃO PESSOA
2017**

CATARINA ROSE BEZERRA

**TRANSFORMAÇÃO DE CONFLITOS E OS MOVIMENTOS PELA PAZ NA
COLÔMBIA: UMA PESQUISA COMPARADA DOS PROCESSOS DE PAZ
DURANTE OS GOVERNOS PASTRANA (1998-2002) E SANTOS (2010-2016)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Relações Internacionais.

Área de concentração: Política Externa e Segurança.

Orientador: Prof. Dr. Paulo R. L. Kuhlmann

JOÃO PESSOA
2017

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

B574t Bezerra, Catarina Rose
Transformação de conflitos e os movimentos pela paz na Colômbia: uma pesquisa comparada dos processos de paz durante os Governos Pastrana (1998-2002) e Santos (2010-2016) [manuscrito] / Catarina Rose Bezerra. - 2017.
151 p. : il. color.

Digitado.

Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2017.

"Orientação: Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann, Departamento de Relações Internacionais".

1. Transformação de Conflitos. 2. Colômbia. 3. Processos de Paz. I. Título.

21. ed. CDD 327.16

CATARINA ROSE BEZERRA

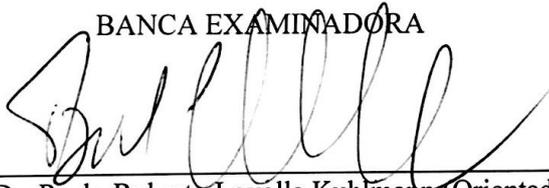
TRANSFORMAÇÃO DE CONFLITOS E OS MOVIMENTOS PELA PAZ NA COLÔMBIA: UMA PESQUISA COMPARADA DOS PROCESSOS DE PAZ DURANTE OS GOVERNOS PASTRANA (1998-2002) E SANTOS (2010-2014)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

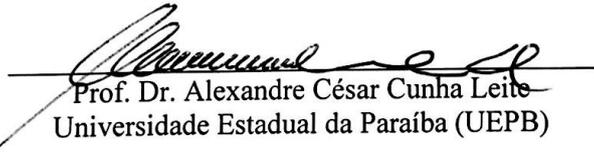
Área de concentração: Política Externa e Segurança.

Aprovado em: 17/04/2017.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira (Participante Externo)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)



Prof. Dr. Elias David Morales Martinez (Participante Externo)
Universidade Federal do ABC (UFABC)

À minha mãe, pelo amor incansável.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família. Minha mãe, por todo o apoio, amor e paciência que me fizeram ir em frente mesmo quando o caminho parecia não ter um fim certo. Por me escutar sempre, me dar carinho e por sempre ter falado sobre a necessidade de se buscar a paz, me inspirando no estudo desse tema, desde quando eu não tinha ideia do que seria Relações Internacionais. Minha tia, Socorro, por sempre me dizer o quão capaz eu sou, nos momentos em que eu mesma não acreditei em mim. Mas também por todas as gargalhadas que demos juntas e que me fizeram olhar a vida com menos peso. Meu primo, Lucas, por todos os momentos em que, em meio à loucura de disciplinas, artigos e pesquisa, me deu respiros de alegria, me fazendo esquecer um pouco as obrigações do Mestrado.

Agradeço a Universidade Estadual da Paraíba, que me proporcionou as condições para a elaboração dessa dissertação, me provendo os conhecimentos adequados. Agradeço também a minha turma, em especial a Hugo, por todas as caronas e conversas sobre as aulas, a Renally pela companhia nos almoços, a Deisiane pelos diálogos sempre geradores de novos questionamentos. Também agradeço à Suerda, Edith e Gabriel, por sempre me ajudarem a ver o mundo de uma maneira crítica, me encorajando a questionar a realidade. É importante mencionar a colaboração do Grupo de Estudos de Paz e Segurança Mundial (GEPASM - UEPB), pelos debates sempre muitos esclarecedores e responsáveis pelas inquietações motivadoras dessa pesquisa. Além disso, sou grata ao PUA (Projeto Universidade em Ação), que me ajudou a colocar em prática aquilo que era apenas teoria, me fazendo ver que a paz precisa ser construída em todos os espaços e também por meio do afeto. Além da Rede de Pesquisa em Paz, Conflitos e Estudos Críticos em Segurança (PCECS), por proporcionar espaços para se pensar de maneira crítica sobre os temas de paz e segurança.

Ademais, tive amigos muito importantes durante esses dois loucos anos de Mestrado. Agradeço aos meus amigos-irmãos, Danilo, Helô, Thaís, Matheus, Thaisa, Rafa, Rildo, Lorrane, Joel e Anatil por serem, em muitos momentos, a minha família e por me apoiarem sempre. Às minhas três “Anas”, Ana Clara, Ana Carla e Ana Eliza, pelo amor mesmo na distância. A Fábio, por todo o suporte, cuidado e amor, expressos de maneira concreta em todos os momentos. À minha amiga da vida toda, Moema, por todo o carinho e por sempre me escutar. À Anna e Fábio por me incentivarem e serem modelos para mim. Por fim, agradeço a todos da Mariápolis Luminosa, especialmente, às minhas irmãs, não de sangue, mas de coração, Jeniffer – que me ajudou diretamente dando os últimos retoques nesse trabalho –, Kriszti, Emanuela, Silvia, Arianne, Jazmin e Bernie, por entrarem na minha vida e, em quatro meses, serem responsáveis pelos melhores momentos que já passei, sempre à luz do amor mútuo, me fazendo entender na prática o que significa construir a unidade em meio às diferenças.

Por fim, gostaria de agradecer de forma especial ao meu orientador, Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann, por ter me incentivado a pesquisar desde os primeiros anos da graduação, por ter estado ao meu lado sempre me incentivando nos meus momentos de dúvida e pela amizade verdadeira. Todos estes foram parte essencial da presente pesquisa, e sou muito grata pelo apoio.

[...] And yet, in spite of all these tensions, our world paradoxically seems to be moving towards unity and therefore towards peace. It is a sign of the times.

Chiara Lubich (1996)

Peace is certainly a gift of God but it is also the outcome of choices people make and therefore something each of us can contribute daily in our own small way.

Maria (Emmaus) Voce (2016)

RESUMO

O presente trabalho visa identificar o papel dos movimentos pela paz – e da sociedade civil – para transformação do conflito colombiano a partir de uma análise comparativa dos processos de paz dos governos Andrés Pastrana (1998-2002) e Juan Manuel Santos (2010-2014). Sendo assim, a presente pesquisa parte do pressuposto de que tais movimentos são essenciais no que se refere à construção da paz, ainda mais no contexto colombiano, no qual o conflito se originou a partir das insatisfações sociais. Para isso, será utilizada a abordagem crítica dos Estudos de Paz, que se voltam à ideia de transformação ou transcendência de conflitos, divergindo dos tradicionais modelos institucionais. Tal escolha proporciona espaços para pensar além do processo de paz formal e da assinatura de um documento ou acordo. O trabalho será estruturado em quatro momentos. No primeiro será formulada a base teórica a ser utilizada, buscando também construir um viés dos Estudos de Paz. Em seguida, no segundo capítulo será apresentado o histórico recente do conflito, com foco nos processos de paz realizados antes de 1998 e nos movimentos pela paz. No terceiro tópico serão apresentados os processos de paz realizados nos governos Pastrana e Santos, de maneira aprofundada, buscando identificar as falhas, os acertos e a participação ou não da sociedade civil, sendo possível realizar, finalmente, uma comparação entre os dois períodos em questão, tendo como base as variáveis levantadas no capítulo anterior. Por fim, serão apresentadas as conclusões e perspectivas em relação à construção da paz no cenário pós-acordo.

Palavras-chave: Transformação de Conflitos, Colômbia, Processos de Paz, Estudos de Paz, Movimentos pela Paz.

ABSTRACT

This dissertation aims to identify the role of peace movements – and civil society – in transforming the 20th century conflict in Colombian. It presents a comparative analysis of the peace processes of the governments of Andrés Pastrana (1998-2002) and Juan Manuel Santos (2010-2014). This research starts from the assumption that such movements are essential in the construction of peace, especially in the Colombian context, in which the conflict originated from social dissatisfaction. For this, the critical approach of Peace Studies will be used, turning to the idea of transformation or transcendence of conflicts, diverging from traditional institutional models. This choice provides spaces to think beyond the formal peace process and the signing of a document or agreement. The work will be structured in four sections. In the first one, the theoretical basis to be used will be formulated, seeking also to build a bias of Peace Studies. The second chapter will then present the recent history of the conflict, focusing on the dialogues conducted before 1998 and in the peace movements. The third topic will present the peace processes implemented in the governments of Pastrana and Santos, in an in-depth study, seeking to identify failures, the corrective actions, and the participation or not of the civil society. In the end of same topic, it will be make a comparison between the two periods in question, based on the variables raised in the previous chapter. Lastly, the conclusions and perspectives on peace-building in the post-agreement scenario will be presented.

Keywords: Conflict Transformation, Colombia, Peace Processes, Peace Studies, Peace Movements.

LISTA DE MAPAS E TABELAS

Tabela 1 - Conceitos base	24
Tabela 2 - Níveis de Paz	25
Tabela 3 - Formas de Ações Coletivas e Níveis de Confrontabilidade	43
Tabela 4 - Objetivos gerais dos Movimentos pela Paz	44
Tabela 5 - Estratégias dos Movimentos pela Paz por Níveis	44
Mapa 1 - Localização geográfica das reservas indígenas, territórios coletivos de comunidades negras (TCCN) e Kumpanias do povo Rom	49
Mapa 2 - Região de Marquetalia no ano de 1964: República de Insurgentes liderada por Manuel Marulanda ou Tiro Fijo	57
Tabela 6 - Processos de Paz de 1978 a 2010	83
Mapa 3 - Zonas Desmilitarizadas	91
Mapa 4 - Mobilizações pela Paz na Colômbia 2006-2010	87
Tabela 7 - Resumo das ações em cada governo de 1998 a 2016	121

LISTA DE DIAGRAMAS, FIGURAS E GRÁFICOS

Diagrama 1 - Tipos de Violência	20
Figura 1 - Triângulos da Violência de Galtung	21
Figura 2 - Espectro Guerra Total, Paz Total, Paz Alcançável	23
Figura 3 - Estudos Estratégicos x Estudos de Paz e seus desdobramentos	27
Diagrama 2 - A disciplina como intersecção entre várias áreas	29
Figura 4 - Caminhos para Construção da Paz	34
Figura 5 - Sociedade Civil como Esfera Intermediária	40
Diagrama 3 - Sobreposição de conceitos	41
Gráfico 1 - Iniciativas pela paz na Colômbia (1979-2002)	95
Gráfico 2 - Números de mobilizações pela paz 2002-2010	102
Gráfico 3 - Mobilização pela paz - Setembro de 2012 a Agosto 2015	103
Gráfico 4 - Número de ações por atores envolvidos	120
Gráfico 5 - Número de iniciativas pela paz em cada governo	130

LISTA DE SIGLAS

ONU	Organização das Nações Unidas
EUA	Estados Unidos da América
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ONG	Organizações não Governamentais
FARC	Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia
ELN	Ejército de Liberación Nacional
EPL	Ejército Popular de Liberación
M-19	Movimiento 19 de abril
UP	União Patriótica
MAS	Muerte a Sequestradores
ACCU	Autodefensa Campesina de Córdoba y Urabá
AUC	Autodefensas Unidas de Colombia
PRT	Partido Revolucionario de los Trabajadores
MIR	Movimiento de Izquierda Revolucionaria
MAMQL	Movimiento Armado Quintín Lame
CINEP	Centro de Investigación y Educación Popular
ANDI	Asociación Nacional de Empresarios de Colombia
UE	União Europeia
BACRIM	Bandas Criminais
CCN	Comissão de Conciliação Nacional
RRI	Reforma Rural Integral

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 CONCEITOS CHAVE E O ESTUDO DA PAZ	22
1.1 CONFLITO E VIOLÊNCIA: SINÔNIMOS OU CONCEITOS DISTINTOS?	22
1.2 PAZ: UM CONCEITO, VÁRIAS FACES	27
1.3 ESTUDOS DE PAZ: DESENVOLVIMENTO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CAMPO	32
1.4 A PAZ SOB A LENTE INSTITUCIONAL LIBERAL OU CRÍTICA?	37
1.4.1 A vocação crítica dos Estudos de Paz: uma abordagem a partir do local	39
1.5 MOVIMENTOS PELA PAZ: A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO	43
2 CONFLITO COLOMBIANO: O HISTÓRICO A PARTIR DOS PROCESSOS DE PAZ	53
2.1 BREVE APRESENTAÇÃO DA HISTÓRIA COLOMBIANA: UMA RETOMADA DAS ORIGENS DO CONFLITO	53
2.1.1 O estopim da guerra: La Violencia e outros meta-eventos	59
2.1.2 Guerrilhas: o nascimento e o fortalecimento dos grupos de extrema esquerda	62
2.1.3 Exércitos privados da extrema direita: o início do fenômeno do paramilitarismo	65
2.2 PROCESSOS DE PAZ: AS INICIATIVAS FORMAIS E SOCIAIS LOCAIS	68
2.2.1 Julio César Turbay Ayala (1978-1982)	68
2.2.2 Belisario Betancur Cuartas (1982-1986)	70
2.2.3 Mobilizações sociais pela paz: de 1978 a 1985	75
2.2.4 Virgilio Barco Vargas (1986-1990)	76
2.2.5 César Gaviria Trujillo (1990- 1994)	80
2.2.6 Institucionalização das mobilizações: de 1986 a 1992	81
2.2.7 Ernesto Samper Pizano (1994-1998)	84
2.2.8 O grande aumento nas mobilizações: de 1993 a 1999	85

3	INICIATIVAS PELA PAZ NA COLÔMBIA: OS PROCESSOS FORMAIS DE 1998 A 2016 E A RELEVANTE ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS PELA PAZ	91
3.1	O GOVERNO PASTRANA (1998-2002)	91
3.1.1	A dimensão formal: o processo de paz na mesa de negociações bilaterais	92
3.1.1.1	O papel dos atores internacionais no processo formal	96
3.1.2	A desescalada das ações dos movimentos pela paz: de 2000 a 2002	99
3.2	GOVERNO URIBE (2002-2010): ENFRENTAMENTO DIRETO E NEGOCIAÇÕES COM OS GRUPOS DE DIREITA	104
3.2.1	Das grandes ações nacionais às iniciativas regionais e locais: de 2002 a 2010	106
3.3	GOVERNO SANTOS: UM PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PAZ COM INÍCIO, MEIO E FIM	109
3.3.1	A dimensão formal: o processo de paz na mesa de negociações	110
3.3.1.1	A participação dos atores internacionais no processo	117
3.3.2	Trajetória e atuação dos movimentos pela paz no período: de 2010 a 2016	120
3.4	OS PROCESSOS DE PAZ FORMAIS E A PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE PAZ: UMA ANÁLISE COMPARATIVA	127
3.4.1	A dimensão formal dos processos em Pastrana e Santos: erros e acertos	127
3.4.1.1	A participação dos atores internacionais no processo: o peso do cenário internacional em cada um dos períodos	130
3.4.2	A atuação dos Movimentos pela Paz como determinante durante os processos: rupturas, continuidades e influência sobre as negociações	133
	CONCLUSÃO	136
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	142
	ANEXOS	148
	Anexo A - Entrevista à Redepaz	148

INTRODUÇÃO

O campo de estudo das Relações Internacionais possui, em sua própria constituição, um caráter abrangente e uma ampla diversidade de abordagens, o que fez com que muitos, ao longo do desenvolvimento da disciplina, adotassem o discurso da transdisciplinaridade. Tal característica permitiu o desenvolvimento de diversas linhas de pensamento, que se refletiram na grande quantidade de correntes que dialogam e disputam espaço na disciplina. Dentre essas, estão os Estudos de Paz. Seu viés nasceu dentro das Relações Internacionais, inicialmente, tinha como foco o estudo da paz de forma que fosse possível evitar a ocorrência de novas guerras. Dessa forma, os Estudos de Paz não se afastavam muito dos pressupostos já criados. Entretanto, com o seu crescimento e institucionalização, o subcampo seguiu caminhos distintos, se desenvolvendo de forma autônoma e possuindo intersecções com outras disciplinas – como a Psicologia, a Antropologia e a Sociologia.

Por outro lado, ainda nesse período de desenvolvimento inicial da área, surgiram também os Estudos Estratégicos, subárea que se voltava ao estudo do fenômeno da guerra com foco na Segurança Nacional – no que diz respeito às fronteiras e capacidades militares –, considerando, portanto, o Estado como ator mais importante do sistema internacional. Sendo assim, tal linha de pensamento seguia um caminho oposto ao dos Estudos de Paz, que buscavam, já nesse período, entender o papel dos indivíduos e sociedades para superar as guerras – pensando, especialmente, nas questões ligadas ao controle de armamentos (BUZAN, HANSEN, 2012, p.105). Foram desenvolvidas, portanto, um grande número de produções nas mais diversas correntes surgidas na época, gerando intensas discussões e acompanhando aqueles que já ocorriam a partir das produções teóricas das Relações Internacionais – mesmo que, inicialmente, não se preocupassem em fugir à lógica racionalista, "embora existissem diferenças significativas [entre as correntes], eles basicamente compartilham a mesma visão do mundo (ontologia) e, fundamentalmente, a mesma visão do que contava como conhecimento confiável sobre esse mundo (epistemologia)" (SMITH, 2000, p.380).

A partir disso, sob o termo Resolução de Conflitos, o campo dos Estudos de Paz cresceu e ganhou bases sólidas. Desenvolvendo-se, em especial, durante a Guerra Fria, o campo inicialmente centrava suas preocupações nas possibilidades de cooperação para

construção da paz¹. Entretanto, na medida em que foi se desenvolvendo, a linha de pensamento sofreu modificações e passou por períodos de estruturação, que serviram para fortalecê-la. Ademais, acompanhando parte de tal desenvolvimento teórico, modelos foram criados e aplicados na prática, por agências da ONU – e instituições semelhantes –, durante operações para a manutenção da paz – nomeadas de *peacekeeping* – em cenários violentos.

Entretanto, mesmo com o grande crescimento e fortalecimento dos Estudos de Paz, diversos pesquisadores seguem buscando, a partir de profundos questionamentos, modificar ideias já cristalizadas dentro da literatura existente. A partir disso, portanto, a área é levada a uma revisão em relação à vocação inicial da linha de pesquisa. Tal distanciamento em relação aos propósitos iniciais do campo teria ocorrido a partir de um grande movimento institucional – dentro de organizações, espaços de controle estatal e, em certos momentos, na própria ONU –, gerando, portanto, abordagens excludentes em relação às populações locais afetadas pelos conflitos.

Essa vocação, como supracitado, diz respeito a uma natureza crítica e profundamente transformadora, desenhada para questionar o papel, posto como central, do Estado e suas instituições. É partir de tal criticidade – da possibilidade de se enxergar a importância dos indivíduos, na sociedade onde vivem e nas questões que podem ameaçar a sua segurança, tanto física quanto social, econômica e cultural – que a presente pesquisa se propõe a observar a atuação da sociedade civil na construção da paz, negligenciada pelas abordagens clássicas e institucionais.

Dessa forma, tal lente crítica de análise define a importância daquilo que ocorre dentro das fronteiras de um país, questionando a visão *mainstream* das Relações Internacionais e dos Estudos de Paz que exclui as interações a nível local. Entretanto, “[...] ‘uma sociedade é uma sociedade de indivíduos’ cujas relações são centrais para a emergência e manutenção de [...] campos sociais que se desenvolvem ao longo de uma multiplicidade de espaços, [...] conectando tantos pontos locais que chegam a parecer globais” (BIGO, 2013, p.175). Partindo dessa concepção, portanto, a presente pesquisa busca ultrapassar as dualidades – por tanto tempo geradas e sustentadas – entre interno/externo e local/internacional, considerando também que diversos conflitos já não respeitam demarcações territoriais.

Uma vez explicitado – a partir do próprio viés teórico escolhido – o papel essencial do local, que contém os indivíduos e a sociedade na qual se inserem, para a resolução de eventos

¹ Apesar do termo mais utilizado pertencer à língua inglesa, isto é, o *peacebuilding*, aqui, opta-se pela utilização da tradução – construção da paz – como uma maneira de diferenciação da ideia institucionalizada pela ONU, que enxerga tal processo como uma etapa das operações de paz.

dessa natureza, destacamos no presente trabalho os chamados *movimentos pela paz*. A atuação e importância desses grupos são apresentadas por Oliver Ramsbotham, Hugh Miall e Tom Woodhouse (2011, p.226) como o processo de *peacebuilding from below*, através do qual as comunidades se envolvem diretamente na construção da paz como *peacemakers* locais.

Desse modo, levando em consideração as ferramentas teóricas advindas dos Estudos de Paz – a partir do viés da transformação ou transcendência de conflitos – e tomando como pressuposto que a violência não se limita aos momentos de guerra interestatais, percebe-se que, na verdade, a América do Sul não pode ser classificada como região pacífica. Indo além das definições tradicionais, entende-se que conflitos violentos podem ocorrer no âmbito doméstico – afetando países vizinhos e, potencialmente, outras regiões do globo –, partindo tanto de grupos guerrilheiros quanto do próprio Estado, que pode se configurar como causador de violência – nas suas várias formas – à sua própria população.

Com isso, é possível identificar a situação da Colômbia ainda como uma das grandes problemáticas do continente – mas, especialmente, entre os anos 1980 e 1990. A cultura de violência se instalou nesse país a partir da sua independência e desenvolveu-se, aumentando a área de abrangência e as motivações dos atos violentos. A base para o conflito nasceu no âmbito político, onde o poder foi sempre dividido entre dois partidos: o liberal e o conservador. Essa rivalidade deu origem aos polos belicosos da crise colombiana – grupos guerrilheiros de esquerda, grupos paramilitares de direita e o Estado com as *Fuerzas Militares de Colombia* – que foram responsáveis, ao longo das décadas, pelo cenário de guerra que marcou profundamente a história do país.

Mesmo num conflito com consequências políticas claras, parece visível a necessidade de uma análise que tome como referência aqueles envolvidos de forma mais profunda, a sociedade civil. Oscilando entre períodos marcados pelo acirramento de combate militar ao conflito e a promoção de processos de paz – de acordo com as mudanças na presidência –, a sociedade colombiana surge como agente numa tentativa de pacificação da guerrilha a partir dos movimentos em favor do fim pacífico do conflito – *peacebuilding from below*. Desse modo, pode-se dizer que a partir do ano de 1978 são lançadas centelhas daquilo que viria a se tornar uma forte mobilização pela paz dentro de tendências e estratégias específicas² que se traduziam em “uma mobilização social num nível significativo, de caráter massivo, com um

² “[...] Estas estratégias seriam: ‘educando’, ‘fazendo política’, ‘protestando’, e ‘organizando-se’. No caso colombiano deve ser acrescentada uma a mais: ‘resistindo’, dada a importância das distintas formas de resistência civil da população frente a violência dos atores armados” (DURÁN, 2006, p.120).

repertório consciente de ações, com cobertura nacional e pouco conflitiva no seu estilo de ação” (DURÁN, 2006, p.116).

Sendo assim, a presente pesquisa procura compreender o papel dos movimentos pela paz durante os processos de paz ocorridos durante os governos Pastrana (1998-2002) e Santos (2010-2014), de maneira comparativa, identificando as principais problemáticas e os acertos durante os processos de paz realizados. A escolha por tal recorte se refere a certas peculiaridades presentes nos referidos processos, que os diferem dos diversos outros processos de paz ocorridos na história da Colômbia. Em especial, a plataforma de campanha de Andrés Pastrana, que buscava abarcar novas dimensões a partir da maior atenção ao indivíduo. Tais propostas estavam reunidas no projeto para um processo de paz – criado a partir do próprio desejo dos movimentos de paz –, que buscava principalmente o diálogo entre Estado e grupos insurgentes, além da contenção do paramilitarismo. Por outro lado, a estratégia de diálogo proposta por Juan Manuel Santos, anos depois, converge com o anterior, por seu caráter de não enfrentamento, e busca por outras soluções para o conflito.

Dessa maneira, serão observados os dois processos de paz a partir dos diálogos formais, porém buscando compreender o que foi deixado de lado e em que medida a sociedade teve acesso às negociações de forma participativa. Tal observação se dará a partir de um estudo comparado, levando em conta determinadas variáveis, para a inferência de seus resultados, em cada governo. Na pesquisa em questão buscamos testar a hipótese de que o processo de paz do governo Santos é mais bem-sucedido durante as negociações bilaterais com as FARC. Apesar da sociedade ainda não ser totalmente envolvida, o cenário abre mais possibilidades para a atuação dos movimentos pela paz – desse modo, ainda que haja outras variáveis que exercem influência no resultado final, a participação social é colocada em evidência devido ao seu papel fundamental do ponto de vista prático e teórico.

No que diz respeito à escolha de tais variáveis, e posterior avaliação entre os dois processos de paz, a pesquisa será direcionada a partir do método comparativo. Sendo um dos mais utilizados no campo dos Estudos de Paz, os estudos comparativos têm chegado “ao auge nos últimos anos, com pesquisas de fenômenos ou instituições dentro de um mesmo país, ou entre vários países ou regiões, sendo cada vez mais imprescindíveis” (VIDAL, 2013, p.5).

É seguro que uma pesquisa da realidade colombiana exige um aprofundado e cauteloso nível de atenção aos detalhes sutis que compõem o conflito. Dessa maneira, um estudo mais amplo no que concerne à quantidade de casos ou períodos estudados poderia provocar alguma superficialidade nos resultados obtidos. Da mesma forma, o peso do

contexto histórico, ora abordado, também representa uma dificuldade em potencial para a utilização do método estatístico ou experimental, por exemplo. Ademais, diante das semelhanças entre os dois períodos escolhidos, identificam-se oportunidades particularmente boas para a aplicação do método comparado, pois permitem o estabelecimento de relações diretas entre variáveis equivalentes (LIJPHART, 1971, p.687). Tal escolha metodológica pode, portanto, nos oferecer algo além de uma técnica para ser “aplicada em macroestudos, mas uma perspectiva para abordar problemas e fenômenos sociais, com os quais está intimamente vinculado em questões de caráter epistemológico e de procura e construção do conhecimento” (REZENDE, 2011, p. 331; VIDAL, 2013, p.8).

No entanto, apenas uma imersão mais complexa na realidade colombiana é capaz de compreender as dinâmicas que, na prática, se deram entre os movimentos pela paz, durante os processos de paz em questão. Dessa maneira, optou-se pela realização de entrevistas abertas, comumente utilizadas quando o pesquisador deseja obter o maior número possível de informações sobre determinado tema, segundo a visão do entrevistado, e também para obter um maior detalhamento do assunto em questão. Ela é utilizada geralmente na descrição de casos individuais, na compreensão de especificidades culturais para determinados grupos e para comparabilidade de diversos casos (MINAYO, 1993). Assim, foi entrevistado um representante de uma das mais importantes e antigas organizações pela paz do país, a REDEPAZ. Tal rede funciona como uma organização guarda-chuva que abriga diversas outras, espalhadas em todo o território colombiano. Sendo assim, compreende-se a enorme importância da sua atuação que já atua no país a mais de 20 anos. Portanto, mesmo sendo possível contar apenas com essa entrevista, ela de fato exprime as respostas de uma das maiores redes pela paz na Colômbia. Desse modo, a entrevista foi realizada a fim de compreender as nuances dos processos e dos envolvimento das mobilizações em questão. A adição da entrevista representa um ganho metodológico, no que diz respeito à precisão e riqueza de detalhes da investigação.

É visível, portanto, que o trabalho em questão aborda o conflito colombiano no tocante a, pelo menos, duas questões amplamente relevantes para as Relações Internacionais. A primeira diz respeito ao alcance internacional de um conflito de mais de cinquenta anos que, teoricamente estaria concentrado dentro das fronteiras de um país, mas, na prática, atinge de forma direta ou indireta os Estados vizinhos – e, em certos aspectos, outras regiões do globo, como no caso dos EUA, por meio dos desdobramentos relativos ao tráfico e ao transbordamento dos enfrentamentos. O segundo ponto a ser colocado em relevo é a origem

essencialmente social do conflito, que leva a compreender, assim, o papel determinante da sociedade civil e dos movimentos pela paz. Desse modo, entende-se que são os indivíduos e comunidades os mais atingidos pela violência e, a partir disso, a pesquisa direciona-se para o peculiar nível de análise³, no qual é possível perceber a importância da observação dos desdobramentos do conflito não apenas em relação ao Estado, mas também aos seus cidadãos.

Partindo disso, o trabalho estará dividido em quatro tópicos. No primeiro será construído o arcabouço teórico, mas buscando criticar e construir uma base teórica que auxilie na realização da análise do caso colombiano, isto é, apontando as falhas nas abordagens escolhidas, para assim poder construir novas formas de ver a partir da própria empiria e da periferia – desenvolvendo uma abordagem dos Estudos de Paz que seja compatível à realidade sul-americana e colombiana. Além disso, será definido o conceito de movimentos pela paz, sempre buscando desenvolver um viés crítico.

Em seguida, num segundo ponto, será apresentado – a partir de uma visão crítica – o histórico recente do conflito colombiano, não só a partir de uma narrativa dos acontecimentos chave, mas focando também nas tentativas de geração de paz a partir dos processos de paz anteriores – durante os governos de Gustavo Pinilla, Julio César Turbay, Belisario Betancur, Virgilio Barco, César Gaviria e Ernesto Samper. Ademais, será considerado também o desenvolvimento histórico dos movimentos pela paz, que acompanharam diversos momentos distintos do conflito, denominados *pontos de quebra*, isto é, eventos-chave de significado essencial para a compreensão do desenvolvimento da mobilização pela paz a partir do contexto político do conflito colombiano (DURÁN, 2006, p.129).

No terceiro tópico os processos de paz dos governos Pastrana (1998-2002) e Santos (2010-2014) serão apresentados, de maneira aprofundada. Dessa forma, será desenvolvido brevemente o contexto histórico do governo Pastrana, seu processo de paz, suas falhas e principalmente a atuação dos movimentos pela paz – a partir dos maiores e de caráter mais político ou baseado na paz negativa, como a *Ruta Pacífica de las Mujeres*, a *Redpaz*, a *Reconciliación Colombia* e o *Viva la Ciudadania*, além daqueles mais voltados à resistência civil contando com um pensamento voltado à paz positiva, com a criação das zonas de paz ou zonas humanitárias, como nos casos da comunidade do Rio Cacarica e dos camponeses de Carare. Depois, em um segundo momento, serão expostas as questões relacionadas ao

³ Esta pesquisa procura expor suas análises levando em consideração os níveis do indivíduo, do Estado e do Sistema Internacional em profunda situação de co-constituição. Devido ao arcabouço teórico selecionado para a pesquisa, no entanto, observa-se a prevalência do âmbito doméstico como foco, uma vez que as teorias utilizadas apontam para a importância do indivíduo – e da sociedade onde ele vive. Tal enfoque é ainda ratificado pelas origens do conflito em questão, nascido a partir da insatisfação social e pelos atores locais.

Governo Santos e seu contexto histórico, além do processo de paz, seguindo o mesmo modelo do anterior, isto é, vendo também a atuação dos movimentos pela paz escolhidos anteriormente, no processo de paz atual.

Num quarto momento, será realizada a comparação – a partir da base teórica construída anteriormente – entre os dois períodos. Tal processo comparativo ocorrerá com base nas variáveis trabalhadas no tópico anterior, buscando entender, portanto, a partir dos erros e acertos, qual dos dois processos se aproxima mais da construção de uma paz sólida e duradoura. O foco se encontrará especialmente na variável referente aos movimentos pela paz, considerando-os decisivos para o sucesso ou fracasso nas tentativas de transformação do conflito e levando em consideração as possíveis continuidades, rupturas ou multiplicações das ações realizadas por tais grupos. Por fim, serão apresentadas as conclusões, buscando responder as questões levantadas desde o início do trabalho e procurando pensar num possível cenário pós-acordo a partir daquilo que já se desenha como sucesso ou dificuldade para a construção da paz.

1 CONCEITOS CHAVE E O ESTUDO DA PAZ

A abordagem dos Estudos de Paz possui vocação essencialmente crítica, mas se perdeu ao longo dos anos. Assim, nesse capítulo serão trabalhados os conceitos chave para a área – conflito, violência e paz – e, por fim, o desenvolvimento do campo como um subcampo que possui desenvolvimento próprio, buscando levantar questionamentos para a construção de novas formas de enxergar a paz a partir da própria empiria e da realidade sul-americana – mais especificamente a colombiana. Para isso, será estruturado também aqui o conceito de movimentos pela paz, sempre buscando desenvolver um viés crítico quanto à definição e sua importância para a realidade violenta da Colômbia, que será abordada nos demais capítulos.

1.1 CONFLITO E VIOLÊNCIA: SINÔNIMOS OU CONCEITOS DISTINTOS?

Para trabalhar com algumas abordagens ou ferramentas teóricas no contexto da escola dos Estudos de Paz em seu viés mais crítico, algumas definições conceituais são necessárias. Apesar de muito trabalhadas, ideias de conflito, violência e paz ainda não possuem uma definição estruturada ou homogênea. Entretanto, para que se possa compreender a linha de pensamento adotada e seus consequentes objetivos e exigências, faz-se necessário construir essas definições – que servirão como base. A partir delas, portanto, será possível compreender a escolha da abordagem teórica que nos leva a olhar para o caso real de uma forma distinta em relação aos estudos tradicionais de Segurança ou ao *mainstream* dos Estudos de Paz. Assim sendo, ainda que alguns desses conceitos já possuam definições mais usuais, será necessário desconstruir tais ideias até então apresentados como fatos dados – de caráter imutável – para alcançar pontos mais profundos e gerar uma definição consolidada.

O primeiro deles é o conceito de conflito. Ao contrário do que as abordagens dominantes apresentam dentro da área de Relações Internacionais ou mesmo nas correntes mais tradicionais dos Estudos de Paz e Segurança, os conflitos encontram-se nos vários níveis da sociedade, entre diversos atores, significando, portanto, que as análises não devem se restringir às relações entre os Estados – seguindo uma lógica distinta em relação à imagem dos três níveis de análise, isto é, o indivíduo, o Estado e o Sistema Internacional (BERCOVITCH, KREMENYUK, ZARTMAN, 2009, p.5; GALTUNG, 2006, p.7). Partindo disso, é possível questionar, portanto, a definição construída por tais escolas.

Um ponto em comum entre as diversas abordagens de caráter mais tradicional é a tendência de enxergar os conflitos em geral de maneira negativa, necessitando, portanto, de urgente resolução. Seguindo esse ponto de vista, qualquer situação de conflito de ideias ou posicionamentos, seja nas relações interpessoais, entre grupos internos às sociedades ou entre os Estados, passa a ser visto como situação de perigo sempre associada ao uso violência. Porém, a conexão entre conflito e violência não é imediata e os dois fenômenos existem de forma dissociada, sendo possível compreender que “o conflito é normal nos relacionamentos humanos e ele é o motor de mudanças” (LEDERACH, 2012, p. 16). Assim sendo, compreende-se que cada contexto conflituoso contém em si as capacidades para gerar novos cenários, sejam eles destrutivos ou construtivos, dependendo de como o conflito é conduzido (BERCOVITCH, KREMENYUK, ZARTMAN, 2009, p.3).

Seguindo essa linha, portanto, pode-se afirmar que a violência não é um pressuposto para uma situação de conflito. Desse modo, atos violentos podem ser instrumentos, táticas ou ferramentas utilizadas durante um conflito que se acentuou de forma não construtiva, levando à compreensão de que a violência é um “comportamento de alguém incapaz de imaginar outras soluções para o problema em pauta” (FISAS, 2008, p.58). Com isso, entende-se que o papel do construtor da paz não se restringe a buscar prevenir e resolver conflitos, mas também, o de prevenir e transformar situações de violência (GALTUNG, 2006, p. 10).

Desse modo, para que se possa aprofundar e entender melhor os conflitos violentos faz-se necessário partir para a próxima definição, a de violência. Esse talvez seja um dos conceitos com mais tipologias e definições, mesmo fora dos estudos acadêmicos. Existem definições comuns, usadas todos os dias nos jornais nas mais variadas localidades. Entretanto, tais conceitualizações, em sua grande maioria, sejam elas produzidas nas universidades ou não, se focam nos atos violentos visíveis, isto é, com manifestações físicas e diretas – aquelas mais facilmente identificadas. É necessário, porém, ir além dessa primeira impressão para enxergar a violência que ocorre de forma mais silenciosa e demorada, mas que impossibilita parcelas ou sociedades inteiras de realizarem aquilo que teoricamente poderiam realizar. Fazendo esse esforço, torna-se possível levar em consideração tipos diferentes de violência, ultrapassando as ideias que se voltam apenas às suas manifestações concretizadas.

Tomando como base a abordagem desenvolvida por Paulo Freire, um dos grandes pensadores brasileiros, compreende-se que os processos de humanização e desumanização atuam como definidores da existência ou não da violência. Segundo o autor (1970, p.16-17), apesar dos dois processos estarem presentes nas sociedades, a vocação real dos homens é a de

serem humanizados, isto é, aquilo que originalmente são chamados a ser. Entretanto, a realidade pode se configurar em torno da negação a essa ideia inicial, desumanizando os indivíduos a partir dos atos de injustiça social, exploração, opressão, ou, em outras palavras, da violência presente e enraizada.

A desumanização, [...] não se verifica, apenas, nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do *ser mais*. É distorção possível na história, mas não vocação histórica. Na verdade, se admitíssemos que a desumanização é vocação histórica dos homens, nada mais teríamos que fazer, a não ser adotar uma atitude cínica ou de total desespero. A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como “seres para si”, não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, *destino dado*, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera a violência [...] e esta, o *ser menos*. (FREIRE, 1970, p.17)

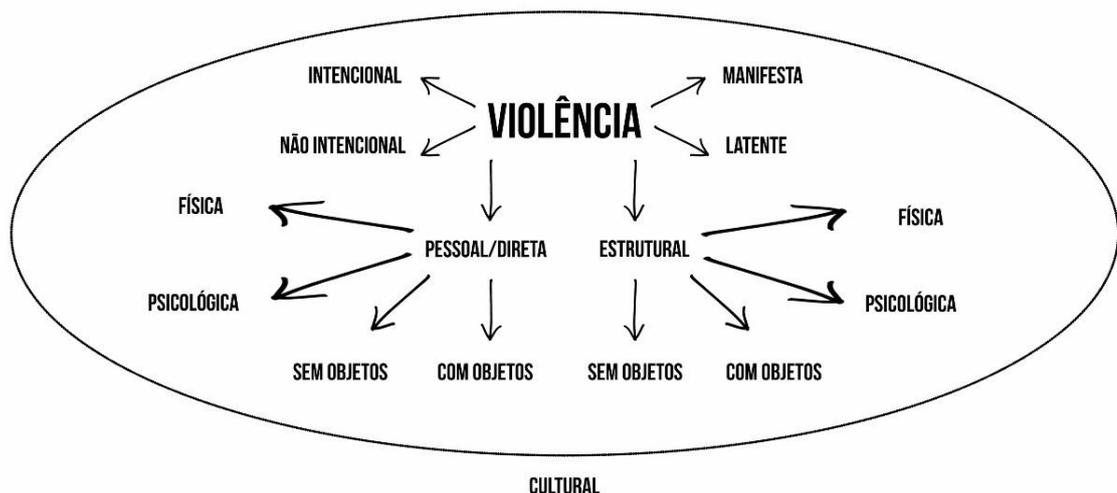
Partindo disso, é possível identificar aquilo que Freire chama de *ser mais* e *ser menos*. Essas duas possíveis faces do ser humano – desenvolvidas de acordo com o meio social em que ele se encontra – podem ser identificadas como semelhantes, dentro dos Estudos de Paz, às definições dos diferentes tipos de violência. O *ser mais*, portanto, se refere ao potencial e as oportunidades presentes na vida de qualquer ser humano; em outras palavras, todos nasceriam com a vocação para serem livres e inseridos em uma sociedade equitativa que permitisse a realização das atividades – sejam elas físicas, como comer, estudar ou ir ao médico, mas também aquelas referentes aos anseios e realizações pessoais. No entanto, a partir de uma distorção produzida nas relações sociais, surge o *ser menos*, que é o retrato da violência que gera a dominação de grupos sobre outros, a injustiça e a opressão. Essa distância ou lacuna, portanto, entre potencial e realidade, é causada pela existência de violências em determinados contextos.

Perceber a violência a partir de tal concepção e de forma multifacetada é uma lógica que acompanha as definições de alguns pesquisadores da paz, em especial, de Johan Galtung (1969, p.169-172). Em concordância com aquilo que é pensado por Freire, a partir de Galtung, é possível definir a violência como a causa para a existência do espaço entre o potencial idealizado para cada indivíduo – ou o desejado – e a realidade em que ele se encontra. É possível visualizar isso, concretamente, ao pensar, no século XXI, em grupos de pessoas que não conseguem ir à escola para aprender a ler e a escrever. Potencialmente a possibilidade de alfabetização existe, já que existem escolas, professores e tecnologias presentes no mundo inteiro, porém, na realidade, em diversas regiões do globo, altos números de pessoas não têm acesso, de fato, a tal direito.

Assim, o nível potencial de realização é o que é possível com um determinado nível de percepção e recursos. Se a percepção e/ou os recursos são monopolizados por um grupo ou classe ou são utilizados para outros fins, então o nível real fica abaixo do nível potencial, e violência está presente no sistema. [...] quando uma guerra é travada há violência direta desde matar ou ferir uma pessoa, o que certamente coloca a sua "realização somática real" abaixo do seu "potencial de realização somática". Mas há também a violência indireta na medida em que a percepção e os recursos são canalizados longe de esforços construtivos para tornar o real mais próximo do potencial (GALTUNG, 1969, p.169, tradução nossa).

Desse modo, identifica-se uma zona cinzenta, na qual existem diversas definições de violência. De acordo com Galtung (1969, p.169-173) é possível identificar pelo menos quatro definições que podem ajudar a compreender a violência em seus aspectos menos visíveis. A primeira distinção possível de ser feita é entre a violência física – que pode ir desde restrições de liberdade, até a morte – e psicológica, em situações nas quais o objetivo é diminuir potencialidades mentais – por exemplo, por meio de lavagem cerebral, doutrinação de vários tipos e ameaças. A segunda diferenciação pode ser identificada ao se observar a existência de violência mesmo quando nenhum objeto físico ou biológico está sendo ferido, isto é, nas situações em que os países fazem uso da dissuasão para ameaçar outro país, mesmo que não haja um alvo – como no caso da realização de testes de bombas – a violência, a nível psicológico, ocorre. A terceira, diz respeito à violência intencional e àquela praticada de forma não intencional, levando, portanto, à discussão não sobre culpa – dentro da ideia de que intencional é mais culpado que não intencional –, mas focando nas consequências, ou seja, ter consciência ou não da violência que se está praticando, passa a ser uma questão secundária. Por fim, a última tipologia se refere à diferença entre o estado da violência, sendo latente quando ainda não está ocorrendo de fato, mas há alterações nas relações que já indicam o seu crescimento, e manifesta quando a violência acontece e é possível observá-la – ver Diagrama 1.

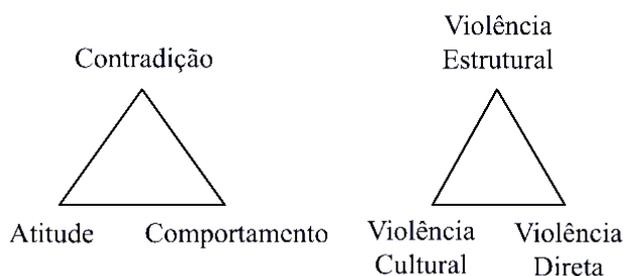
Diagrama 1 - Tipos de Violência



Partindo disso, é possível visualizar as tipologias resumidas em três faces distintas da violência: a direta – ou pessoal –, a estrutural e a cultural – que se apresentam em cada um dos lados de um triângulo, sendo observadas como categorias amplas, ou abrangentes que englobam as outras distinções – ver Figura 1 (GALTUNG, 1990, p. 254). Assim, de acordo com Galtung,

A violência direta é um fato; a violência estrutural é um processo com altos e baixos; a violência cultural é uma invariância, uma permanência. [...] As três formas de violência incluem o tempo de modo diferenciado, assemelhando-se, na teoria sísmica, à distinção entre um abalo sísmico como um fato, o movimento das placas tectônicas como um processo e a falha como uma condição mais permanente (Galtung, 1990, p. 294).

Figura 1 – Triângulos da Violência de Galtung



Ramsbotham, Miall, Woodhouse, 2011, p.10.

Entende-se por violência direta, portanto, aquela na qual pode ser identificada uma ação consciente e intencional, um comportamento agressivo que resulta num impacto imediato, gerando assim a percepção completa, uma vez que a agressão é visível. Por outro lado, a chamada violência estrutural oferece maior dificuldade para sua identificação, uma vez que pode ser considerada invisível, caso analisada de maneira breve. Isto se dá devido ao seu entrelaçamento com a estrutura social, gerada pelas contradições entre os indivíduos e as coletividades as quais pertencem. É nesse campo que se desenvolve “a repressão, na sua forma política, ou a exploração, na sua forma econômica” (PUREZA, CRAVO, 2005, p.9). A última das categorias se apresenta como uma base para o desenvolvimento das anteriores, uma vez que funciona como gerador para o sistema de regras e comportamentos que torna as demais violências legitimadas socialmente. A violência cultural, portanto, está relacionada à atitude, sendo, portanto, mais rígida e difícil de ser modificada, devido ao alto nível de

vinculação à sociedade. Assim sendo, é possível compreender e concluir a partir das distinções entre conflito e violência, que a paz, mesmo em sua maneira mais simplificada, significa, na verdade, a ausência dos diversos tipos de violência e não de conflitos (IBIDEM, 1964, p.2-3; LEDERACH, 2012, p. 16).

1.2 PAZ: UM CONCEITO, VÁRIAS FACES

Uma vez compreendidas as distinções entre conflito e violência, faz-se necessário construir também a definição de paz a ser trabalhada nessa pesquisa. Apesar de muito utilizado, tal conceito não possuiu, por um longo tempo, discussões sobre sua definição – situação motivada pela abordagem positivista e dominante, que se restringia ao estudo dicotômico do binômio guerra/paz, excluindo as possibilidades de questionar, tanto na teoria, quanto na prática, àquilo que era tido como dado. “A investigação estava, assim, limitada no seu conceito de paz – apresentado, na sua formulação negativa, como ausência de guerra [...], vincadamente minimalista, procurando apenas reduzir a incidência e extensão dos conflitos” (PUREZA, CRAVO, 2005, p.7).

Entretanto, a partir das discussões desenvolvidas por Kenneth E. Boulding e, em especial, por Johan Galtung, foram surgindo problematizações que levaram à construção de um conceito mais completo. Apresentar uma ideia de paz não dicotômica e com diversos estágios, foi uma das principais contribuições do pensamento *galtunguiano* – que será aprofundado e utilizado no presente trabalho. Segundo ele, nem a paz permanente seria real, isto é, uma ausência total de conflitos, nem a guerra de todos contra todos. As duas visões seriam, portanto, utópicas. Desse modo, deveríamos nos concentrar no meio desse espectro, buscando alcançar o equilíbrio e a paz possível ou alcançável (GALTUNG, 1964, p.1-2). Isto é, para ser real, é necessário admitir a existência de conflitos como algo inerente e buscar evitar, na verdade, o uso da violência.

Figura 2 – Espectro Guerra Total, Paz Total, Paz Alcançável



Fonte: Elaboração própria com base em GALTUNG, 1964, p.1-2.

Assim, indo além das conceitualizações tradicionais, identifica-se duas abordagens possíveis: a paz negativa e a paz positiva. A ideia da *paz negativa* diz respeito à ausência da guerra e da violência – em um viés muito mais preocupado com a violência direta e mais visível ou pessoal. Partindo dessa abordagem, consegue-se conceber um mundo no qual as relações sejam extremamente individualistas, as divisões entre grupos sejam claras e a justiça social não seja uma realidade, porém, não haja nenhuma guerra ou conflito violento em curso (GALTUNG, 1964, p.2-3). Contrária a tal definição, a *paz positiva*⁴ se identifica com um estado de integração humana, a partir da promoção de práticas geradoras de igualdade, equidade e justiça social como um caminho para a eliminação dos três tipos de violência (GALTUNG, 1969, p.183; LEDERACH, 2012, p.45). Seria, portanto, "a condição social em que a exploração é minimizada ou eliminada e no qual não há nem violência direta, nem o fenômeno mais sutil da violência estrutural subjacente" (BARASH, WEBEL, 2009, p. 7).

Partindo dessas definições-chave é preciso sublinhar que os conceitos até aqui construídos são autônomos, embora estejam relacionados. Seguindo essa linha, o conflito pode existir sem a violência; a violência pode ser vista como um modo de ação que pode ou não ser utilizado como ferramenta durante um conflito; e, finalmente, a paz como um estado que pode ser atingido, mesmo com a existência de conflitos – desde que eles não sejam destrutivos, isto é, que não desfaçam a paz, mas que a construam mesmo em meio às diferenças (GALTUNG, 1969; LEDERACH, 2012; GJORV, 2012). Assim, tendo estabelecido a base de conceitos que nos orientará durante todo o trabalho, torna-se perceptível as ramificações que partem de cada um. O conceito de conflito passa a abarcar o violento, o não violento e o construtivo, isto é, quando além de não se utilizar da violência, o momento de crise é aproveitado para gerar uma realidade melhor que a anterior. A definição de violência é identificada não só em sua face direta, mas também na estrutural e cultural. E, por fim, o de paz subdividido em negativa e positiva – ver tabela 1.

Tabela 1 - Conceitos base

Conceitos	Conflito	Violência	Paz
-----------	----------	-----------	-----

⁴ A divisão da paz através dos termos *negativa* e *positiva* pode levar a potenciais incompreensões, sobretudo em termos de preferência teórica. É preciso, portanto, esclarecer que os termos não obedecem a imperativos valorativos, mas puramente semânticos. Negativo condiz com a ausência de algo, enquanto positivo indica adição.

Tipos	Violento	Direta/Pessoal	Negativa
	Não violento	Estrutural	Positiva
	Construtivo	Cultural	

Fonte: Elaboração Própria com base em GALTUNG, 1964, p.2-3.

Observando essa tabela e suas classificações percebe-se que o conceito de paz é o que possui menos subdivisões. Apesar de profundo, e, de certa maneira, completo, faz-se necessário compreender que assim como a violência, a paz possui diversos enfoques dentro do espectro e daquilo que é possível alcançar, assim como citado anteriormente – mesmo que em certos aspectos algumas definições se distanciem da paz positiva. Em última instância, isso significa que a definição da paz está longe de obter consenso (ÖZERDEM, LEE, 2016, p.9). Tal realidade pode ser visível nas diferenciações entre o que as instituições ou Estados consideram como geração de paz e o que isso significa para as populações locais afetadas diretamente pelo conflito violento.

A partir disso, faz-se necessário trazer outros pontos que podem ser úteis na estruturação do conceito a ser utilizado, de modo que seja possível considerar a existência de níveis de paz em cenários de conflitos violentos em curso – nos quais, há a presença não só da violência direta, mas também da estrutural e cultural. Tais tipologias construídas, porém, não devem ser entendidas como degraus a serem alcançados durante processos ou operações de paz – numa ideia linear de construção da paz –, e sim como uma forma real de identificar as metas dos esforços realizados (LEDERACH, 2011, p.52). Portanto, essas categorias sugerem a existência de uma área cinzenta, na qual não é possível definir apenas se existe ou não a paz, ou se ela é positiva ou negativa, mas também a qualidade dessa paz gerada – ver Tabela 2.

Tabela 2 - Níveis de Paz

	<i>Paz congelada</i>	<i>Paz fria</i>	<i>Paz normal</i>	<i>Paz morna</i>
PRINCIPAIS QUESTÕES EM CONFLITO	Não resolvidas	Mitigadas, mas não totalmente resolvidas	Resolvidas	Resolvidas ou transcendidas
CANAIS DE COMUNICAÇÃO	Comunicação unilateral por atores autoritários	Só no nível oficial	Principalmente no nível oficial, mas com alguma comunicação transcomunitária	Laços nacionais e transcomunitários altamente desenvolvidos
COLABORAÇÃO	Nenhuma ou exploração	Exploratória	Possível	Ativa
POSSIBILIDADE DO RETORNO À GUERRA	Alta	Presente	Possível	Impensável

Fonte: ÖZERDEM, LEE, 2016, p. 13, adaptado pelo autor.

Observando a tabela, portanto, percebe-se a distinção entre quatro tipos de paz. O primeiro conceito, o da paz congelada, diz respeito “a uma situação na qual a coerção é o principal meio de lidar com o conflito. Enquanto aparentemente as coisas parecem continuar normais, as causas do conflito (tanto ocultas quanto iminentes) não foram resolvidas e a probabilidade da violência eclodir continua alta” (ÖZERDEM, LEE, 2016, p. 13). Em certa medida, portanto, é possível questionar até que ponto esse cenário, de fato, expressa a paz. Porém, se levado em consideração o conceito de paz negativa e sua frequente aplicação por meio das operações de paz formais da ONU – em especial aquelas que têm o objetivo apenas de fazer a manutenção da paz, isto é, o *peacekeeping* –, identificam-se diversas características em comum, advindas das metas escolhidas. Sendo assim, tais intervenções não objetivam a construção de estruturas sociais, que envolvam o reestabelecimento do diálogo, da colaboração ou cooperação, e a reconstrução das relações sociais – para assim, se pensar também na melhoria da qualidade de vida das populações afetadas pelos conflitos –, considerando suficiente a conjuntura desenvolvida dentro da ideia da paz congelada ou, no máximo, da paz fria.

Esse segundo conceito, o da paz fria, refere-se aos casos nos quais as partes conflitantes são capazes de reconhecer o direito de existência uns dos outros, porém não há possibilidade de cooperação e diversas questões permanecem não resolvidas, existindo, da mesma maneira que a primeira, a possibilidade de ressurgimento do conflito. Dessa forma, o

foco não se encontra na paz a ser construída que ultrapasse os momentos de estabelecimento de acordos oficiais ou negociações formais. Portanto, a paz alcançada continua frágil e apresenta elementos que podem fazer emergir novamente a violência direta – já que, nesses casos, as outras violências ainda permanecem.

A paz normal, terceira tipologia trazida pela tabela, ao contrário das anteriores, pode ser relacionada ao conceito de paz positiva – na medida em que se preocupa com as violências estruturais, culturais e os seus reflexos. Portanto, é relativa ao momento em que, apesar das principais questões que causaram o conflito violento terem sido resolvidas ou atenuadas, ainda há possibilidade de retorno à violência – em qualquer das suas formas. Tais situações ocorrem porque apesar das relações entre as partes envolvidas terem sido, de certa forma, normalizadas, principalmente por meio do diálogo e das relações intercomunitárias – isto é, do estabelecimento de ligações entre as várias comunidades, movimentos ou grupos presentes nas sociedades, que têm concepções distintas, mas buscam construir a paz –, esses vínculos ainda não se solidificaram o suficiente.

Por fim, a quarta concepção, a da paz morna, pode ser descrita como a paz positiva totalmente realizada. É relativa ao momento em que “as questões referentes a rivalidades e incompatibilidades entre os estados ou dentro da sociedade foram abordadas. [...] Embora as diferenças entre os vários grupos possam persistir, elas não são mais vistas como ameaças à segurança social” (ÖZERDEM, LEE, 2016, p.14). Assim, nesse momento, consegue-se reestabelecer as relações anteriormente destruídas pelo ódio e pela guerra. Mais que isso, as pessoas conseguem se perceber, nessa situação, inseridas numa interdependência relacional, possibilitando a total abertura dos canais de comunicação, sendo “[...] possível manter simultaneamente várias realidades e visões de mundo como partes de um todo maior, sem perder a própria identidade ou ponto de vista, e sem precisar impor ao outro a [...] própria visão” (LEDERACH, 2011, p.71). Ademais, nesse processo, os diversos setores e níveis da sociedade são envolvidos, desenvolvendo não apenas um único processo de paz formal, mas múltiplos processos que modificam profundamente o cenário violento, impossibilitando completamente o seu retorno.

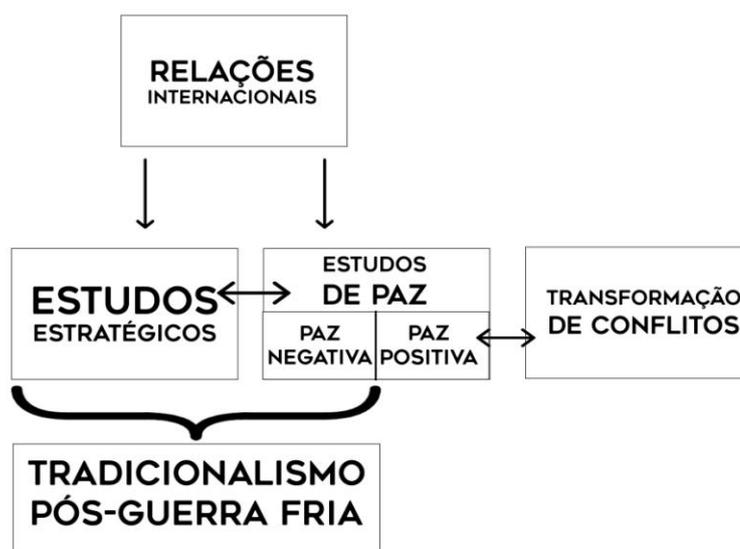
Finalmente, condensando as tentativas de construção do conceito de paz – desde o que diz respeito a sua definição pura, até a sua qualidade –, constata-se que a ideia da paz, simplesmente como ausência de violência, ou ainda, somente como um valor excludente e não agregador, parece pouco aos olhos de alguns pesquisadores. Isto se dá, principalmente, a partir da compreensão de existências de tipos distintos de violência, como apontado na seção

anterior, e que trabalhar na eliminação da violência direta, ainda que necessário, é insuficiente. Com isso, é possível concretizar o conceito de paz aqui construído – resumindo todos os tipos apresentados nesse tópico, principalmente no que diz respeito à paz positiva – no que iremos chamar de *pazjusta*, isto é, a paz não só como ausência da violência, mas também como justiça e equidade social (LEDERACH, 2011, p.221). Assim são estabelecidas as bases para a construção da pesquisa, negando-se, portanto, a abordagem simplificadora do conceito de paz.

1.3 ESTUDOS DE PAZ: DESENVOLVIMENTO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CAMPO

É compreensível que a paz, com tantas facetas e dimensões, se apresente como objeto de interesse dos mais diversificados campos de estudo. Uma vez profundamente relacionado ao comportamento humano e das sociedades, o tema é alvo da dedicação de praticamente todas as Ciências Sociais e Humanas, assim como em diversos campos da Psicologia (MARTÍNEZ, MUÑOZ, 2000, p.17). No entanto, é inegável o peso das pesquisas sobre a paz para o desenvolvimento das Relações Internacionais, estando o tema no núcleo basilar de sua própria existência – ver Figura 3.

Figura 3 – Estudos Estratégicos x Estudos de Paz e seus desdobramentos



Fonte: BUZAN, 2012, adaptado pelo autor.

Assombrado com os horrores das grandes guerras, o pensamento sobre o fenômeno internacional começou a sua organização ao redor da busca pela paz. Enquanto a lógica realista tomou forma em volta da inevitabilidade do conflito, outros buscaram na filosofia política *kantiana* as linhas básicas para o caminho institucional liberal do pensamento. Assim, mesmo adotando essa linha, tal viés sempre esteve vinculado à ideia da paz, sofrendo profunda influência dos grupos pacifistas da época, especialmente creditados a Woodrow Wilson – e que pressionaram muitos Estados a fazer parte da Liga das Nações (PUREZA, CRAVO, 2005, p.2; KRIESBERG, 2009, p.18).

Seguindo essa linha, com Norman Angell e *A Grande Ilusão*, a ideia da paz como possibilidade – alcançada através de uma adaptação do sistema a um determinado modelo – torna-se um objeto real, nas Relações Internacionais, longe da utopia apontada por Carr e o pensamento realista (MARTÍNEZ, MUÑOZ, 2000, p.250-252). A paz seria a consequência de uma estrutura supranacional – a Confederação de Estados, dotada de uma gama de instituições que solucionariam os impasses de maneira pacífica e por meio da cooperação. Apesar disso, torna-se compreensível que nem o realismo ou os estudos estratégicos, nem o idealismo inicial apreendiam a realidade da paz.

Assim, ainda atrelado as Relações Internacionais, as ideias de Resolução/Transformação de Conflitos se desenvolveram, sendo possível dividir o seu crescimento em quatro períodos ou gerações. No primeiro recorte (1914-1945), com a eclosão da Primeira Guerra Mundial – causando a morte de milhares de pessoas, além da quebra da ilusão da interdependência econômica e da confiança na existência de líderes estatais mais racionais –, cresceram, significativamente, os movimentos pacifistas em nível de sociedade civil, e, por outro lado, aumentaram também as pesquisas acadêmicas sobre o tema, a fim de evitar o surgimento de novos conflitos da mesma magnitude (KRIESBERG, 2009, p.17). Nesse período é possível perceber a clara divisão em dois vieses de pensamentos distintos. O primeiro, composto, em especial, por cientistas naturais, buscava identificar os sintomas e produzir a “cura” para a guerra (MIALL, RAMSBOTHAM, WOODHOUSE, 2011, p.34). Por outro lado, o segundo grupo – formado em especial por grupos religiosos pertencentes a igrejas tradicionais da paz, como a Menonita, e a Sociedade de Amigos (*Quakers*) – percebia os conflitos violentos e sua complexidade, compreendendo a exigência por abordagens multidisciplinares, que envolvessem práticas de empoderamento, de não-violência e de reconciliação (KRIESBERG, 2009, p.18).

Compreende-se, a partir disso, que a visão normativa e institucional dos liberais construída nas Relações Internacionais e nos primeiros estudos de Resolução de Conflitos, pode, de fato, ser considerada o alicerce do pensamento da paz na disciplina, entretanto, é com Johan Galtung – responsável, em particular, pelas subdivisões na definição de paz e violência – que tal viés ganha em autonomia e proeminência, representando a criação de um subcampo analítico (PUREZA, CRAVO, 2005, p.7; MIAL, RAMSBOTHAM, WOODHOUSE, 2011, p.40).

Desse modo, durante a segunda geração, entre 1946 e 1969, acontece a gestação do que viria a ser a ideia de Resolução ou Transformação de Conflitos, manifestação dos Estudos de Paz nas Relações Internacionais – situada numa intersecção entre as duas áreas, espaço esse que foi dividido, e ainda permanece, com abordagens mais focadas em questões relativas à violência direta e com os estudos relacionados ao controle de armamentos, isto é, pensando na geração de uma paz mais negativa (ver Diagrama 2). Tal processo de estruturação da área remonta, em especial, a 1957, com a criação do *Journal of Peace Research*. Ademais, nesse período, as pesquisas desenvolvidas por Kenneth E. Boulding, Anatol Rapoport, Galtung, entre outros, foram fundamentais para o aprofundamento teórico e a fundação, de fato, da abordagem (BARASH, WEBEL, 2009, p.4; MIAL, RAMSBOTHAM, WOODHOUSE, 2011, p.9; KRIESBERG, 2009, p.19).

Diagrama 2 - A disciplina como intersecção entre várias áreas



Elaboração própria, 2016.

Além disso, a partir desse momento, reforçou-se a pluralidade inerente dos Estudos de Paz, forçando a conexão do pensamento interno das Relações Internacionais com outros campos do conhecimento, o que acarretou no desenvolvimento de uma série de correntes e subcorrentes relacionadas ao tema (GALTUNG, 1964, p.4). O movimento que acompanhou a evolução do campo atingiu massa crítica no período pós-Guerra Fria, com a ascensão de uma vasta gama de abordagens para a construção da paz e da segurança. A partir daí, sob o título da Resolução de Conflitos, os Estudos de Paz desenvolveu seu próprio caminho e literatura. Ademais, na prática, se caracterizou como grande influência na formação das ideias das operações formais de paz da ONU.

A terceira geração (1970-1989) é observada como o momento da consolidação e institucionalização da área de pesquisa. Nesse período houve, durante os anos 1970, um afrouxamento nas disputas entre EUA e a antiga URSS. Porém, em seguida, com a invasão soviética ao Afeganistão, o conflito torna a ascender e, com a entrada de Mikhail Gorbachev, de novo passa por um processo de desaceleração, até o declarado fim da Guerra Fria em 1989 (KRIESBERG, 2009, p. 21-22). Por outro lado, nesse espaço de tempo, os movimentos sociais ganharam maior relevo como representantes de atores não governamentais, no que diz respeito às lutas contra a guerra e a favor do desarmamento de ambos os lados. Assim sendo, houve grande aprofundamento nas pesquisas, desenvolvendo novas linhas que revelavam como “conflitos poderiam ser conduzidos de forma construtiva, muitas vezes com pouca violência” (KRIESBERG, 2009, p.21). Buscou-se, portanto, a partir de uma vasta gama de disciplinas e de base institucional razoável, formular uma compreensão teórica mais aprofundada dos conflitos (MIALL, RAMSBOTHAM, WOODHOUSE, 2011, p.47).

Após isso, a quarta geração – iniciada em 1990 – que acompanha o fim da Guerra Fria e a dissolução da União Soviética, traz consigo diversas modificações no cenário internacional. A partir desse período, apesar da grande quantidade de conflitos intra-estatais em curso, há uma grande modificação da atuação da ONU, que passa a aprimorar suas Operações de Paz. Além disso, com o surgimento de movimentos sociais transnacionais e a maior integração nas comunicações, resistências são criadas em relação ao surgimento de novos conflitos violentos (KRIESBERG, 2009, p. 24). Entretanto, os ataques de 11 de setembro de 2001 “marcaram o início de um novo sistema mundial em que os ataques terroristas, repressões violentas e profundas antagonismos étnicos e religiosos foram se intensificando e se espalhando” (KRIESBERG, 2009, p. 25). Com isso, os estudos sobre Resolução ou Transformação de Conflitos foram impactados, porém, causaram impacto

igualmente, na medida em que incluíram novos métodos para a construção da paz – como no caso dos círculos de diálogo e nas práticas de reconciliação. Assim sendo, tal período – que diz respeito também aos dias atuais –, no qual as ameaças exigem um aumento de percepção e sensibilidade, diz respeito ao momento de maior produção acadêmica e fortalecimento da área (MIALL, RAMSBOTHAM, WOODHOUSE, 2011, p.54).

No que diz respeito aos modelos de operações para construção e manutenção da paz em cenários violentos – implantados, principalmente, por agências da ONU –, é possível identificar o seu papel decisivo para a produção teórica, ao mesmo tempo em que também foram impactados por ela. Assim sendo, tais operações podem ser divididas também em fases. “A primeira geração das operações de manutenção da paz geralmente envolvia a interposição de forças militares da ONU para monitorar o cessar-fogo, a fim de facilitar a retirada das tropas e de agir como um amortecedor entre os países em situações voláteis” (NEWMAN, PARIS, RICHMOND, 2009, p.5-6). Portanto, nesse período a intenção era gerenciar o poder entre os países – o foco não era o que ocorria dentro dos Estados, mas entre eles –, impedindo possíveis conflitos ou seu crescimento, mantendo certa estabilidade para a busca por soluções políticas entre as nações. Assim, as ações eram realizadas de acordo com certos requisitos, como a imparcialidade – por parte de qualquer ator externo –, o consentimento das partes envolvidas, isto é, sem ferir a soberania dos países e pelo não uso da força, usando-a apenas em casos de defesa contra agressões.

Desse modo, as operações realizadas já durante o período da Guerra Fria se baseavam em preceitos correspondentes àquilo que a corrente neoliberal das Relações Internacionais defendia, numa busca por cooperação no âmbito das instituições. Assim,

representaram o modelo clássico de gestão de conflitos interestatal [...]. Estas operações foram destinadas a conter – e não resolver – as fontes de instabilidade internacional, e ainda menos a prevenir ou solucionar guerras civis (NEWMAN, PARIS, RICHMOND, 2009, p.6).

Em seguida, após o fim da Guerra Fria, as operações de consolidação da paz começaram a ganhar outra forma e, com isso, obtiveram maior importância como uma das principais formas de ação das instituições multilaterais. Diferentemente da primeira geração, a segunda vai estar focada não só em questões entre Estados, mas também naqueles conflitos que ocorrem dentro dos Estados. Acompanhando a eclosão de dezenas de guerras civis, a ONU enviou tropas e agiu em diversos países – nem sempre atingindo seus objetivos (NEWMAN, PARIS, RICHMOND, 2009, p.7). Assim, as ideias em relação às operações e

construção da paz – ou a manutenção da paz atingida por meio de acordos entre as partes do conflito – desde então, dão ênfase a uma abordagem mais ampla ou multifacetada que inclui questões relacionadas ao bem-estar social, econômico e institucional.

Elas refletem um projeto liberal: não apenas gerenciando instabilidades entre os estados, mas também buscando construir a paz dentro e entre os estados com base na democracia liberal e na economia de mercado. Em conformidade com isso, os tipos de atividades nas operações de paz têm sido transformados e implicam o envolvimento com uma ampla gama de atores, incluindo organizações não governamentais, organizações humanitárias e entidades comerciais (NEWMAN, PARIS, RICHMOND, 2009, p.7).

Desse modo, é possível perceber que as propostas de resolução de conflitos e construção da paz a partir do viés institucional seguiram, mesmo com certas mudanças entre as duas gerações das operações, a linha institucional-liberal – dentro daquilo que caracteriza o *statebuilding*⁵ –, podendo ser definida a partir da ideia da necessidade de “promoção da democracia, reformas econômicas baseadas no mercado e uma série de outras instituições associadas aos estados ‘modernos’ como uma força motriz para a construção da ‘paz’” (NEWMAN, PARIS, RICHMOND, 2009, p.3). Sendo assim, o conceito de paz considerado por essa abordagem é o tradicional, focado, principalmente na ausência de violência física.

1.4 A PAZ SOB A LENTE INSTITUCIONAL LIBERAL OU CRÍTICA?

Assim como supracitada, a concepção institucional liberal – seguindo o viés tradicional de pensamento dentro dos Estudos de Paz – se concentra, principalmente, nas violências mais visíveis e quantificáveis, isto é, nas manifestações da violência direta, enxergando-a, em muitos momentos, como única expressão possível. Dessa forma, tal abordagem, presente tanto na teoria, quanto na prática, concentra-se majoritariamente na construção de modelos replicáveis, centrada nos Estados e no uso de ferramentas institucionais nos moldes *top-down*, – fazendo referência ao que seria uma equação muito simples, na qual “Estabilidade é igual a Segurança Militar mais Desenvolvimento Econômico vezes Competência Política [como sinônimo de democracia] [S = (M + E) PC]” (DURCH, BERKMAN, 2006, p.17). Tal lente de análise coloca, portanto, a sociedade local apenas como auxiliar ou coadjuvante. Entretanto, a presunção de uma violência unificada e a ideia de construção da paz realizada apenas nos moldes institucionais, são apontadas, pelas diversas

⁵ Em contraponto a ideia de *peacebuilding*, que foca na construção e solidificação da paz, o *statebuilding* está concentrado na reestruturação do Estado, nos moldes de instituições liberais, em busca da paz (AUTESERRE, 2014, p.21).

perspectivas críticas, como pontos falhos, uma vez que negligenciam aspectos essenciais nos processos que buscam gerar a paz (GALTUNG, 1969, p.169-172).

Em contrapartida, o viés crítico e suas lentes de análise opõem-se às correntes *mainstream*, principalmente, na medida em que defendem as iniciativas *bottom-up*, entendendo que as próprias sociedades devem ter a possibilidade de encontrar suas soluções – movimento que deve ser incentivado mesmo quando são necessárias as intervenções externas, buscando a realização de ações conjuntas.

Autores como Mac Ginty e Richmond defendem, a partir dessa visão crítica, a concepção de virada local – originalmente chamada de *local turn* –, que ilustra e representa boa parte das reivindicações feitas pelos autores críticos.

A virada local é uma espécie de *terra nullius* para a epistemologia da paz liberal. Representa um lugar perigoso e selvagem, onde a racionalidade ocidental, com os seus ditames da universalidade e da modernização, é desafiada de diferentes maneiras. A "virada local" está ligada à abordagem crítica dos estudos de paz e conflito e foi fortemente influenciada pela teoria crítica e pós-estrutural, pelo estudo e prática pós-colonial, pela interdisciplinaridade, bem como, uma variedade de metodologias etnográficas, sociológicas e de ações-relacionadas. (MAC GINTY, RICHMOND, 2013, p.763)

Ademais, o viés crítico, mesmo que com certas distinções em suas várias abordagens, busca valorizar outros atores e outras formas de geração da paz, deixando a possibilidade da criatividade fluir para que se possa pensar em novas ferramentas que sirvam exclusivamente para cada caso. A partir disso, entende-se que é necessário que haja espaço para se pensar nas inúmeras possibilidades e saídas presentes nos cenários violentos.

Assim, segundo Lederach (LEDERACH, 2011, p.3), “transcender a violência é algo forjado pela capacidade de gerar, mobilizar e construir imaginação moral”, sendo a imaginação moral a

capacidade de nos imaginarmos em uma rede de relações que inclui nossos inimigos; a capacidade de manter uma curiosidade paradoxal que abraça a complexidade sem se apoiar nas polaridades dualísticas; a crença fundamental no ato criativo e o seu exercício; e a aceitação do risco inerente de entrar no mistério do desconhecido que se encontra além da paisagem tão familiar da violência. (LEDERACH, 2011, p.3-4)

Considerando, portanto, a necessidade de transcendência em cenários conflituosos, compreende-se também que tal fenômeno só pode ocorrer quando se inclui todos os atores afetados pela violência advinda do conflito. Desse modo, a construção da paz segundo abordagens que levam em consideração a sociedade envolvida pelo conflito – e sua cultura –

identifica-se com a *pazjusta* – assim como definida anteriormente. Assim sendo, para as abordagens críticas, a própria ideia de resolução de conflitos e operações de paz nos moldes da ONU, nas quais há a tecnização e padronização das ações – por meio da geração de modelos como o de escalada, assinatura do acordo, desescalada e pós-conflito –, não se encaixam nem solucionam os problemas profundos pelos quais as sociedades em conflito enfrentam. Ademais, financiadas, em grande parte pelos países desenvolvidos – EUA e alguns da Europa –, as operações de paz servem, na maioria dos casos, para projetar poder e impor modelos de maneira hierárquica (PUREZA, CRAVO, 2005, p.13).

1.4.1 A vocação crítica dos Estudos de Paz: uma abordagem a partir do local

Tendo seu maior desenvolvimento em um período de turbulência e agitação no que diz respeito aos conflitos internacionais, os Estudos de Paz sempre possuíram vocação crítica. Uma vez constituídos com base na rejeição da inevitabilidade do conflito, os Estudos de Paz, essencialmente, negam a conformidade e fundamentam seu discurso na “aspiração a uma transformação profunda da realidade em vista da primazia da paz” (PUREZA, CRAVO, 2005, p.5).

O campo se deparou com o desafio do envolvimento do pesquisador com o seu objeto de estudo, elemento até então tratado com repúdio pelas ciências afins. Para os estudiosos da paz, no entanto, o campo assumia a posição de uma ciência normativa, de forma que o “(...) conhecimento dos valores da paz não é, por isso, suficiente: exige-se, em particular, uma ‘adesão emocional a estes valores’” (PUREZA, CRAVO, 2005, p.7). Com isso, inaugurava-se o que seria uma nova forma de se encarar tal objeto, a paz, não como uma construção teórica abstrata, residindo no campo das ideias, mas como um objeto palpável, que exigiria do pesquisador o empenho para transformar a realidade.

Dessa forma, a razão de ser dos Estudos de Paz é a intenção pessoal e direta do pesquisador. Sua pesquisa só existe, de fato, se gerar uma ação transformadora concreta – doravante, sua natureza crítica –, aproximando teoria e prática. Ademais, “ao tomar a paz e não a guerra como seu principal referente, se diferencia das abordagens ortodoxas [...]” (MAC GINTY, RICHMOND, 2013, p.766). Enquanto o pensamento tradicional positivista prima por um distanciamento entre pesquisador e objeto, reforçando a imutabilidade da realidade e a inevitabilidade da guerra, os Estudos de Paz, por outro lado, apresentam a “guerra como um problema necessitando de erradicação. No mínimo, alguém que escolheu se identificar como

dentro da ‘Pesquisa de Paz’ [...] sinaliza um ponto de vista normativo das coisas” (LAWLER, 2005, p.74). Tal normatividade impõe ao pesquisador da paz, incumbido de agência e capacidade transformativa do mundo concreto, uma motivação pessoal a envolver-se com o tema.

Tal possibilidade de atuar e transformar a realidade traz, portanto, a possibilidade de visualizar as guerras e a violência não como uma asserção constante de uma realidade imutável, mas como algo a ser tratado e modificado. Segundo Galtung (2007, p.14), tal relação pode ser explicada através de uma analogia da ciência médica, segundo a qual a violência é observada como uma patologia, que deve ser tratada com rigidez científica, na busca da sua cura, a paz. Os estudos de paz carregam, assim, uma promessa transformadora que caracteriza sua vocação crítica. Uma vez abandonada tal proposta, o campo sofre desnaturação e se afasta de sua essência.

Ademais, um ponto a ser questionado é que, uma vez concentrados em elementos formais das estruturas dos Estados, os advogados da paz institucional-liberal acabam por fazer uma equivocada equivalência, entre a construção da paz – ou *peacebuilding* – e *statebuilding*. Erros em potencial podem surgir dessa desnaturação, como, por exemplo, um foco exacerbado na reconstrução das instituições formais estatais. Isto se dá, em especial, devido ao fato de que a falta de instituições liberais é tratada como um sinal de que a sociedade envolta pelo conflito, não é capaz, ou não possui ferramentas suficientes, para realizar reformas – principalmente a nível institucional – que auxiliem na superação do conflito gerado. Desse modo, os atores externos possuiriam um papel essencial e insubstituível na reconstrução do local – que na verdade precisariam aprender a como guiar suas própria sociedade a partir de uma cultura que abarque a adoção de instituições democráticas e algumas medidas liberais (MAC GINTY, RICHMOND, 2013, p.765). Tal pensamento acaba por ignorar a importância de determinadas estruturas e instituições informais locais, tais quais tradições e elementos culturais, assim como práticas sociais, ou mesmo referentes à justiça e ao capital social local.

Outro equívoco a ser evitado, pelos acadêmicos e práticos na construção de paz, é o foco nos acordos de paz formais como fim de um processo. O acordo de paz deveria representar apenas um estágio de um longo processo, funcionando como ponto de partida e não como o fim da linha ou única meta, sob pena de negligenciar as etapas mais importantes e os atores diferenciados com poder de agência.

Desde 1990, data que marcou a redefinição global da abertura na era pós-soviética, foram escritos mais de 80 acordos de paz parciais ou completos. O simples ato de antigos inimigos colocarem seus nomes lado a lado em um pedaço de papel representou a culminância de negociações que supostamente iriam encerrar anos, ou até décadas, de violência e guerra. (LEDERACH, 2011, p.45)

Assim, boa parte desses acordos não foram colocados em prática, falhando com seus propósitos e comprovando que encerrar grandes ciclos de violência profunda – estrutural ou cultural, além da física – somente por meio da assinatura de documentos, pode não ser o melhor caminho. Ao invés disso, a proposta deveria ser a construção de uma *pazjusta*, buscando um pouco menos a solução para danos físicos – referentes à construção infraestrutura, como pontes, escolas e estradas –, e, muito mais, a reconstrução das relações sociais rompidas durante os anos ou décadas de violência e ódio (LEDERACH, 2011, p.45). Desse modo, os acordos de paz não são, em sua natureza prática, soluções, mas, na verdade, agem como medidas paliativas que suspendem a violência em seu aspecto físico ou direto. Mesmo gerando expectativas para a conclusão do conflito, os acordos apenas limitam a violência, por um determinado momento, ao estabelecer os caminhos que, se seguidos, podem ser capazes de transformar o cenário violento. Isso significa que, embora sejam frequentemente vistos como uma *panaceia*, os acordos de paz não podem ser tidos como o ponto mais importante a ser alcançado numa negociação, isto é, sozinhos, eles não possuem forças suficientes para reconstruir sociedades que estiveram submersas, por décadas, em conflitos (LEDERACH, 2011, p.49-50).

Dentro dessa perspectiva, tanto acadêmicos quanto praticantes careciam de um modelo de análise que fragmentasse a complexa e profunda realidade do conflito para tornar sua visualização mais operacional. Dessa forma, os conflitos passaram a ser vistos como uma “progressão linear de fases”. No que diz respeito a guerra a escalada e a desescalada passaram a ser visualizadas como um processo uniforme, como uma onda.

Nesta onda, foram localizadas categorias indicando o que deveria ser feito, quando e por quem, em resposta a o avanço do conflito e a construção da paz. No ponto mais alto da onda, costumamos encontrar o acordo, uma única linha no tempo. Ele é seguida pela fase chamada dos ‘pós’: pós-acordo, pós-violência, e às vezes o maior contrassenso de todos: pós-conflito. (LEDERACH, 2011, p.48)

Uma vez que o grande potencial crítico dos Estudos de Paz reside em seu poder de modificação da realidade, parece incoerente privilegiar determinados grupos ou órgãos com a exclusividade do poder de agência. Mac Ginty considera o termo *paz liberal* como a tradução do *peacemaking* e do apoio à paz ocidental. As diversas intervenções pela paz e desenvolvimento, das últimas décadas, foi totalmente antitético com as práticas tradicionais e

locais (MAC GINTY, 2008, p.139). A construção da paz, na verdade, decorre de uma mudança social profunda, o que implica na necessidade da tomada de ação política por parte dos membros de tal sociedade. Sendo assim,

Um dos lugares para procurarmos insights e lições sobre essas questões é precisamente onde muitos de nós olharíamos por último: nos ásperos terrenos e geografias de conflitos violentos e prolongados. Essa foi minha surpresa: as pessoas que enfrentam as piores situações de degradação humana, violência e abusos muitas vezes enxergam o desafio das mudanças construtivas genuínas com uma penetrante visão (LEDERACH, 2011, p.46).

Mesmo com tais problematizações – apresentadas até aqui – que geraram desenvolvimento teórico e prático, o termo *resolução* de conflitos ainda é utilizado sem qualquer discussão. Entretanto, autores como Galtung (1990, p.291, 293) e Lederach (2012, p.16), se dedicaram a desfazer essa visão cristalizada. Assim, levando em consideração, como apresentado nos tópicos anteriores, a concepção de conflito como algo não necessariamente associado à violência, entende-se que a paz não é o contrário de conflito. Desse modo, a própria ideia que advém da nomenclatura da subárea, se traduz de forma reducionista, gerando expectativas de criação de fórmulas ou modelos que sejam aplicados em situações violentas, sem levar em consideração as especificidades de cada contexto. Com base nisso, a presente pesquisa opta por adotar o termo *transformação* de conflitos, representando uma postura crítica, que encara o conflito como uma dinâmica natural das relações humanas e uma oportunidade de crescimento quando não associado à violência (LEDERACH, 2012, p.16).

A partir desse viés, a abordagem em relação à participação do local na construção da paz é modificada, desenvolvendo críticas e deixando para trás a exclusão total feita pelas correntes mais tradicionais – tanto da produção acadêmica, quanto das operações para construção da paz. Além disso – a partir de uma visão sul-americana e do caso colombiano que será abordado pela presente pesquisa –, rejeita-se da mesma forma, a concepção de inclusão do nível local como algo que faz parte apenas de um modelo já pré-construído de democracia e liberalização dos mercados – retirando qualquer poder de agência e empoderamento dessas comunidades. Assim sendo, “uma vez que a resolução de conflitos por entidades e indivíduos de fora, até agora, se mostrou ineficaz, [...] é essencial considerar o potencial de pacificação dentro das próprias comunidades conflitantes” (CURLE, 1994, p.96). Ademais, é necessário considerar que as mudanças mais genuínas se encontram no seio da própria sociedade e nas narrativas profundas produzidas por ela, portanto, o engajamento e participação das pessoas, imersas nas situações de violência é essencial para transformação dos conflitos e construção da paz.

1.5 MOVIMENTOS PELA PAZ: A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO

Os chamados movimentos pela paz possuíram, ao longo da história, grande importância em diversos conflitos, tanto aqueles de natureza intra-estatal, como também os interestatais, ou ainda problemas locais que transbordam as fronteiras (DURÁN, 2006, p.48). “Certamente não há outro movimento no passado recente que tenha tido tanta influência no sistema político como os movimentos pela paz” (KLANDERMANS, 1991, p.32, apud DURÁN, 2006, p. 49, tradução nossa).

Apesar de possuir grande importância em cenários violentos e de serem situados dentro dos Estudos de Paz, por pesquisadores como Lederach, boa parte das pesquisas desenvolvidas na área dos Estudos de Paz, sob o viés da Resolução de Conflitos, não levam em consideração o setor chamado por ele de Mudança Social Não Violenta (Ver Figura 4). As ações civis, com estratégias não violentas, como os anteriormente nomeados, movimentos pela paz – que se encontram nessa categoria – são consideradas, na maioria das pesquisas, como secundárias em relação a um processo de paz formal. Assim sendo, a definição do que pode ser ou não entendido como movimento pela paz, isto é, aquilo que o diferencia dos demais movimentos sociais, ainda não existe de forma clara – já que ainda há pouco interesse em relação ao tema. Ademais, para alguns autores, há um reforço mútuo entre a ausência de conceitualização e a própria disposição desses movimentos na prática.

O que nós consideramos como um “movimento” é, na verdade, um agregado de organizações altamente descentralizadas – com diferentes tamanhos, visões de mundo e objetivos claramente diversos – que usualmente desenvolveram programas ideológicos e estratégicos independentemente umas das outras (GIDRON, KATZ, HASENFELD, 2002, p.96, tradução nossa).

Figura 4 – Caminhos para Construção da Paz



LEDERACH, MANSFIELD, 2010.

Tal cenário justifica, portanto, o fato da formulação dessa definição esbarrar em complexos obstáculos conceituais, distanciando-se de uma possível homogeneidade. Porém, em contrapartida, para alguns autores como Durán (2006, p.48), a delimitação conceitual é dificultada por dois motivos teóricos principais – já que não se considera que na prática haja tanta heterogeneidade entre os movimentos. O primeiro é a falta de análise sistemática acerca desses movimentos e o segundo, que decorre do anterior, é a ausência de um paradigma que guie as produções acadêmicas no campo.

Isso se dá porque, “em grande medida, temos discutido sobre os movimentos de paz, como se fossem uma entidade simples, indiferenciada; no entanto, este não foi o caso no passado e é ainda menos hoje” (VAN DER DUNGEN, 1995, p.20). Dessa forma, percebe-se que uma série de lacunas foram geradas, passando a ser preenchidas por definições paralelas que não dialogam entre si e que não delimitam o que seriam organizações que promovem a não violência, setores amigos ou simpatizantes de propostas de paz ou outras iniciativas que de alguma maneira buscam a construção da paz.

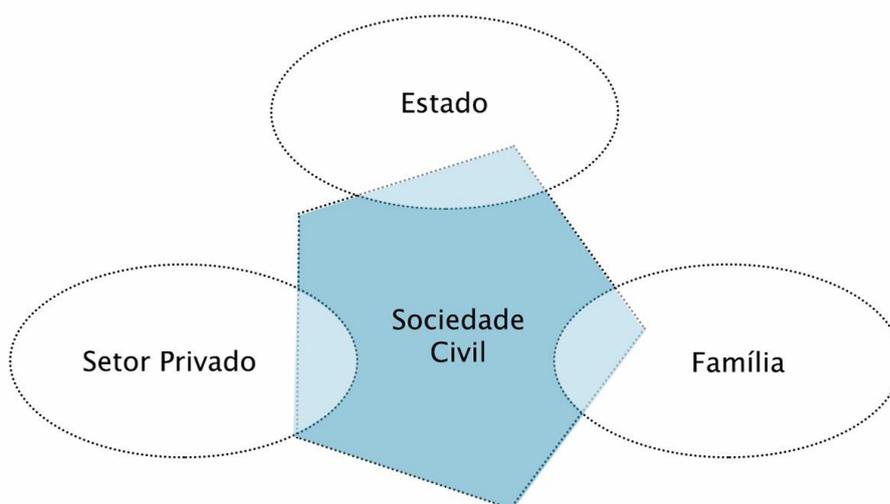
Além disso, apesar de existirem algumas produções que tratam da temática, tal ferramenta teórica não se estruturou como conceito que deve ser diferenciado de outras

definições importantes, como a de Movimentos Sociais ou mesmo de Sociedade Civil (DURÁN, 2006, p.48). Entretanto, ao buscar as definições para essas duas categorias é possível perceber distinções, ou especificações.

Diferenciando, portanto, essas concepções que, por vezes são apresentadas como sinônimos, é possível compreender que a definição de Sociedade Civil engloba uma realidade maior, que alimenta os movimentos pela paz, mas não se confunde com eles. Assim, a definição de sociedade civil, enxergada a partir de um pensamento não liberal⁶ – e que será aqui utilizada –, exclui atores como a mídia, as empresas, além dos partidos políticos e “[...] inclui uma ampla gama de atores como associações profissionais, clubes, sindicatos, organizações não governamentais (ONG), bem como os grupos tradicionais e clãs” (PAFFENHOLZ, 2009, p.5, tradução nossa). Em outras palavras, seria um conceito de “sociedade civil como a base social para um movimento contra-hegemônico” (VELTMEYER, 2004, p. 2). Apesar disso, é possível compreender que não existem fronteiras delimitadas e que em alguns momentos os setores se entrelaçam.

A sociedade civil está localizada entre outras esferas fundamentais da sociedade: a política (Estado, partidos políticos e parlamento), econômica (empresas e mercados) e privada (família) [...], embora as fronteiras, muitas vezes, sejam turvas ou se sobreponham. [...] A sociedade civil é um espaço político, onde são contestadas metas de governança e desenvolvimento (incluindo a construção da paz). (FORSTER, MATTNER, 2006, p.3)

Figura 5 – Sociedade Civil como Esfera Intermediária



Fonte: FORSTER, MATTNER, 2006, p.3, adaptado pelo autor.

⁶ Em contrapartida, há uma definição liberal de sociedade civil a qual consideramos pouco adequada para abordar o caso em questão. Tal definição aponta para a sociedade civil como uma representação que engloba todos os tipos de organizações encontradas entre a família e o Estado, incluindo associações de negócios que compõem o "setor privado" (VELTMEYER, 2004, p. 2).

Por outro lado, apesar do conceito de Movimentos pela Paz estarem inseridos de certa maneira e se aproximarem em relação às suas características, os Movimentos Sociais, em si, dizem respeito a qualquer grupo capaz de articular as preocupações e problemas sociais para assim conseguir transferi-los da esfera privada para a agenda política, podendo possuir diversas frentes. Distinguindo-se da definição de sociedade civil, na medida em que possuem formas específicas de ação, estruturas bem definidas e representam grupos organizados em torno de assuntos específicos. Portanto, os movimentos podem lutar por causas ambientais, sociais ou até mesmo pela paz, sendo assim um conceito-chave que engloba diversos âmbitos (PAFFENHOLZ, SPURK, 2006, p.8) – ver Diagrama 3.

Os movimentos sociais, incluindo os movimentos pela paz, são expressões de organizações cidadãs profundamente legítimas enquanto articuladores das visões e interesses coletivos de centenas de milhares de pessoas, e buscam promover projetos de vida e sociedade renunciando à violência como estratégia para promover a mudança social. (DURÁN, 2006, p. 21)

Diagrama 3 – Sobreposição de conceitos



Elaboração própria.

Assim, apesar das dificuldades de homogeneização do conceito de movimentos pela paz, é possível perceber que há, de fato, um amplo consenso sobre a necessidade de sintetizar os diferentes aspectos em uma perspectiva comum (MCADAM, MCCARTHY, ZALD, 1996, apud DURÁN, 2006, p.50). Entretanto, tal abordagem não deve seguir as ideias geradas nos grandes centros de produção de conhecimento, isto é, nos contextos europeus e estadunidenses. Essas produções precisam, ao contrário, serem “complementadas e ajustadas

de acordo com os elementos que se encontram nas lutas pela paz em circunstâncias de prolongados conflitos violentos” (DURÁN, 2006, p.50).

Partindo disso, para alcançar uma definição única, é preciso trabalhar em cima de duas principais distinções. A primeira produz duas correntes, que se distinguem no que diz respeito às suas visões sobre quais devem ser os objetivos dos movimentos pela paz. Um grupo defende a necessidade dos movimentos focarem nas questões mais urgentes de um conflito, isto é, possuírem objetivos específicos – como conseguir um cessar-fogo por meio de protestos –, sendo, portanto, algo que se realiza num curto espaço de tempo. Por outro lado, o segundo grupo reúne aqueles que se preocupam com questões mais amplas, ligadas ao desenvolvimento social e à construção da justiça como caminho para a paz, preocupando-se com necessidades que devem ser supridas em longo prazo (BENFORD, TAYLOR, 1999, p.772).

Existe ainda, uma segunda distinção relevante entre as produções que buscam definir os movimentos pela paz. A primeira e mais forte – que reúne ideias mais ou menos parecidas – considera que certos parâmetros devem ser criados e, portanto, tais movimentos precisariam atingi-los, para serem considerados como tal e para atingirem êxito:

Os movimentos pela paz mais exitosos mobilizaram a população influenciando na política quando três fatores principais convergiram: quando o contexto político amplo favoreceu a mobilização, quando o movimento desenvolveu uma ideologia capaz de transformar a consciência popular e atrair uma ampla coalizão de ativistas e quando o movimento goza de autonomia organizativa frente aos partidos políticos e outras instituições sociais (COOPER, 1996, p.23, tradução nossa).

Outras definições reforçam o conceito anterior e a ideia de que os movimentos servem para fins específicos – isto é, são movimentos contra a guerra e o militarismo no geral, ou mesmo em relação a conflitos específicos (BARASH, WEBEL, 2009, p.223). Afirmam assim que “um movimento pela paz é uma tentativa sustentada e organizada por grupos de pessoas que buscam evitar que uma guerra se inicie, terminar uma guerra em curso, construir uma sociedade pacífica e justa, e/ou construir uma ordem mundial pacífica” (BENFORD, TAYLOR, 1999, p. 771).

A partir dessas definições, portanto, é possível perceber a exigência de certos parâmetros para que mobilizações sejam reconhecidas, de fato, como movimentos pela paz. Em resumo, o que se percebe na maioria dessas conceitualizações é a concordância de que eles devem se caracterizar como: 1) *movimentos contra a guerra e a favor da paz*; 2) devem possuir uma *mobilização massiva* que envolva a sociedade civil; 3) precisam formar uma *sólida rede* entre si, incluindo diversos atores; 4) devem apresentar *amplo repertório de ações*

seguindo os níveis de confrontabilidade⁷: desde as de caráter mais civil, voltadas à conscientização da população em relação à importância da construção da paz – por meio de foros, seminários e ações educativas –, passando pela criação de organizações sociais pela paz unidas em forma de redes, das ações políticas – principalmente a nível local –, dos protestos, e chegando as que resultam de atitudes mais proativas da sociedade, por meio da criação de zonas de paz e de resistência civil em relação aos atores armados (ver Tabela 3); 5) por fim, um ponto importante, que serve para analisar tais movimentos é a *efetividade nas suas ações*, podendo ser medidas a partir das políticas públicas criadas e das mudanças nos valores sociais e culturais (DURÁN, 2006, p.90).

Tabela 3 – Formas de Ações Coletivas e Níveis de Confrontabilidade

Categorias de Lofland	Níveis de confrontabilidade		Classes de Ações Coletivas
Ações de Resistência	Alto	Nível 10	Ações que resultam em confrontos violentos
		Nível 9	Tomadas e bloqueios
		Nível 8	Ações de Resistência Civil
		Nível 7	Interrupções e greves
Ações de Protesto	Médio	Nível 6	Declarações de Neutralidade ou Zonas de Paz
		Nível 5	Marchas e Concentrações
		Nível 4	Participação eleitoral, diálogos e negociações
Ações Cívicas e Moderadas	Baixo	Nível 3	Processos de Consulta Cidadã Encontros, Fóruns e Seminários
		Nível 2	Atos culturais e esportivos Organização e coordenação Celebrações ou atos religiosos
		Nível 1	Campanhas ou ações educativas Prêmios e homenagens

Fonte: DURÁN (2006, p.123), adaptado pelo autor.

Dessa forma, nos termos aplicados por Durán, um movimento pela paz em um contexto de conflito armado, é:

uma mobilização social massiva, baseada em organizações e redes com um variado repertório de ações coletivas, que articula um consenso, que favorece a mobilização a integrar tanto a rejeição à guerra como a demanda por soluções pacíficas, de uma forma que desafia as partes enfrentadas, tanto ao governo como aos grupos armados ilegais. O surgimento, a evolução e os resultados dessa mobilização dependem de como o movimento assume as oportunidades e ameaças no contexto político,

⁷ Aponta-se as estratégias aqui apresentadas como confrontativas ou pouco confrontativas – referindo-se ao aumento de probabilidade do uso da violência –, de acordo com uma escala desenvolvida por John Lofland (1993, p.190), que divide as táticas em níveis de confrontabilidade baixo, médio ou alto, sugerindo que quanto mais alto o nível, mais violenta pode ser a ação.

constitui alianças e promove seus objetivos específicos (DURÁN, 2006, p.90, tradução nossa).

No entanto, outros pesquisadores questionam profundamente as concepções apresentadas nos parágrafos anteriores, dando origem à outra via de produções acadêmicas sobre o tema. Tal abordagem possui uma base crítica que constrói seus argumentos partindo da ideia de que a paz é muito mais que ausência de guerra, sendo assim, os movimentos pela paz poderiam englobar questões mais profundas em relação às necessidades da sociedade – isto é, dizendo respeito não só à paz negativa com ações reativas, no sentido de evitar que a violência direta se inicie ou continue, mas também à positiva, buscando, de maneira proativa, construir estruturas que construam e estabeleçam a *pazjusta* (ver Tabela 4). Ademais, aumentando as lentes de análise sobre tais movimentos, percebe-se que, além de suas ações poderem ser categorizadas dentro desses dois vieses, existem, igualmente, distinções a serem feitas segundo os níveis sociais de atuação dos grupos (ver Tabela 5). Isso quer dizer que mesmo inseridos nos objetivos gerais, certos tipos de ações, como os protestos contra ocupações externas e intervenções estrangeiras, de maneira geral, ocorrem mais constantemente por meio de movimentos pela paz que atuam a nível nacional. Por outro lado, o estabelecimento de zonas de paz diz respeito fortemente aos grupos que atuam nas comunidades locais e às relações estabelecidas entre elas, podendo ser impositiva qualquer tentativa por parte de movimentos externos.

Tabela 4 - Objetivos gerais dos Movimentos pela Paz

Reativo: Paz Negativa	Proativo: Paz Positiva
Parar as intervenções militares	Estabelecer zonas de paz
Prevenir uma guerra iminente	Reconstruir o tecido social
Parar uma guerra em curso	Estabelecer a justiça social
Eliminar os instrumentos da guerra	Eliminar as causas da guerra

BENFORD, TAYLOR, 1999, p.772, adaptado pelo autor.

Tabela 5 - Estratégias dos Movimentos pela Paz por Níveis

Níveis	Reativo (paz negativa)	Proativo (paz positiva)
---------------	-----------------------------------	------------------------------------

Internacional	Protestos contra sistemas de armas Redução de armas e desarmamento Tratados, cessar-fogo Anti-intervenção Arbitragem	Organizações internacionais Federalismo global Justiça social Direitos Humanos Teologia da libertação Justiça ambiental Mudanças políticas
Nacional	Protestos contra sistemas de armas em nações específicas Protesto contra ocupações externas e intervenções estrangeiras Protestos contra alianças conjuntas Lobbies com corpos legislativos e executivos Resistência a impostos Resistência a projetos	Justiça econômica Conversão econômica Estudos de paz
Local (grupal/individual)	Parar o emprego de armas em certos locais Protestos nos locais de fabricação de armas Persuadir soldados a deixarem as armas	Mediação Zonas de paz/Cidades irmãs Cessar-fogo a partir do local (por iniciativa dos grupos) Mudança de consciência Socialização das famílias Socialização de gênero Transformação de conflitos Pacifismo

BENFORD, TAYLOR, 1999, p.773, adaptado pelo autor.

Tais caracterizações levam também à modificação e alargamento dos parâmetros impostos a tais movimentos, que passam então a não se encaixar (BARASH, WEBEL, 2009, p.222-223). A partir disso, a crítica construída por esse segundo viés se direciona, principalmente, à ideia de que é necessária a mobilização de um enorme número de pessoas – ou praticamente toda a sociedade – para que o movimento seja legítimo, ou possua importância. “Os movimentos em favor da mudança social com frequência tendem a conceituar seu desafio como um campo de batalha cujo sucesso se mede pelo número de pessoas que aderirem ao ‘seu lado’.” (LEDERACH, 2011, p.101).

Assim, o sucesso ou não das ações realizadas pelos movimentos passa a ser medido pela capacidade de influenciar na criação de políticas diretas, ligada à quantidade de pessoas participantes dos protestos ou de outras atividades, levando a realização dos interesses de tais grupos.

[...] conceituamos a mudança social como algo basicamente ligado a aumentar a conscientização pública sobre uma verdade maior, e em seguida medir quantos compatriotas nossos na esfera pública estão se movimentando na direção da consciência daquilo em que acreditamos, e quantos estão dispostos a agir em função disso. Esse padrão de medida de sucesso se resume num jogo de números [...] (LEDERACH, 2011, p.102).

Entretanto, usando esses parâmetros, mesmo contabilizando iniciativas que se focam não só na redução de violência direta, mas também da estrutural, se esquecem das ações realizadas que funcionam de outras formas, mas que obtêm êxito – às vezes até maior que o de grandes manifestações ou grandes atos. “Na mudança social não é necessariamente a quantidade de participantes que lhe confere autenticidade. É a qualidade da plataforma que sustenta o processo de mudança que importa” (LEDERACH, 2011, p.103). Assim, apesar de ser importante medir a quantidade de adesão da sociedade aos movimentos pela paz, é igualmente relevante considerar ações que muitas vezes não buscam ir diretamente contra a guerra ou não possuem grandes propagandas e participação. Na realidade, o essencial é entender “quais são as coisas iniciais que, mesmo pequenas, possibilitam coisas exponencialmente maiores” (LEDERACH, 2011, p.105). Isto é, o foco estaria menos no que é combatido pelos movimentos e mais naquilo que o grupo procurou e conseguiu construir. Entende-se também que o essencial é buscar identificar “quais pessoas, embora não de mesma mentalidade nem de mesma situação, [...] teriam a capacidade, se fossem misturadas e mantidas juntas, de fazerem outras coisas crescerem exponencialmente [...]” (LEDERACH, 2011, p.106).

A partir disso, constata-se que para criar um conceito base sobre o tema é necessário flexibilizar aqueles que já existem para adaptá-los e uni-los. Assim sendo, os movimentos pela paz poderiam ser definidos – e essa será a definição usada no presente trabalho – como grupos de pessoas pertencentes à sociedade civil que, por meio de diversas ações, buscam construir a paz a partir do diálogo e de forma não violenta – numa transformação de relações destrutivas, isto é, violentas, em relações construtivas sem eliminar as diferenças, mas buscando encontrar as respostas aos problemas no próprio local.

Esses movimentos, portanto, podem atuar por diversos meios, desde os protestos, processos de consulta cidadã, além dos projetos educativos – em sua face voltada a construção de instituições políticas mais fortes, com um viés democrático –, até a declaração de zonas de paz e participação nos diálogos com grupos violentos – enfatizando, com isso, as situações locais de desigualdade que são a raiz do conflito. A efetividade de suas ações deve ser medida não só a partir dos números de participantes e de ações realizadas, mas também pela sua

capacidade de construção de relações duradouras que garantam, por conseguinte, a durabilidade da paz – que não quer dizer apenas ausência da violência física, mas, principalmente, uma construção social mais equitativa. Com isso, o conceito estrutura-se e torna-se mais forte, abrangendo assim também as possibilidades mais simples de construção da paz a partir do local, com sua própria cultura e história.

2 CONFLITO COLOMBIANO: O HISTÓRICO A PARTIR DOS PROCESSOS DE PAZ

A história da Colômbia foi sendo perpassada, ao longo dos séculos, pela violência, não só de maneira direta, mas, principalmente, estrutural e cultural, de modo que uma cultura violenta foi se enraizando à sociedade e rompendo relações. Nesse capítulo, portanto, será apresentado o histórico do conflito colombiano – e um pouco da história do país que pode servir para que as motivações para a guerra sejam compreendidas –, não só narrando os eventos violentos, mas seguindo as tentativas de geração de paz a partir dos processos formais já realizados no país. Ademais, será colocado em ênfase o desenvolvimento histórico dos movimentos pela paz, que acompanharam os diversos momentos do conflito e das tentativas de gerar a paz por meio do diálogo.

2.1 BREVE APRESENTAÇÃO DA HISTÓRIA COLOMBIANA: UMA RETOMADA DAS ORIGENS DO CONFLITO

Tendo sido colonizada pelos povos espanhóis, por volta do ano de 1500, a Colômbia tornou-se território pertencente à coroa espanhola, passando por todo o processo de exploração que os demais países da região e alcançando a independência somente no ano de 1819. Por meio desse processo que envolveu a presença desses povos europeus em uma estrutura de dominação, houve a formação do Estado colombiano e sua constituição em termos étnico-culturais.

Originalmente, diversas tribos indígenas habitavam as terras colombianas. Porém, com o processo colonizador houve

uma grande diminuição da população indígena, tanto pela sua extinção física, como também cultural, devido, por um lado, aos trabalhos em que eram obrigados a atuar como cargueiros, *bogas* ou mineiros; por outro lado, às doenças desconhecidas que os atingiam, sendo eles incapazes de reagir; e, finalmente, ao desejo de "civilizá-los", de incorporá-los ou assimilá-los à cultura do opressor, intimidando sua dignidade e, portanto, as suas possibilidades de expressão de pensamento. (DANE, 2007, p.12)

Os povos indígenas nativos habitaram as terras que hoje compõem a Colômbia até o século XV, quando testemunharam o impacto da chegada dos colonizadores espanhóis, assim como outros os habitantes de países latino-americanos. A Colômbia – que até então fazia

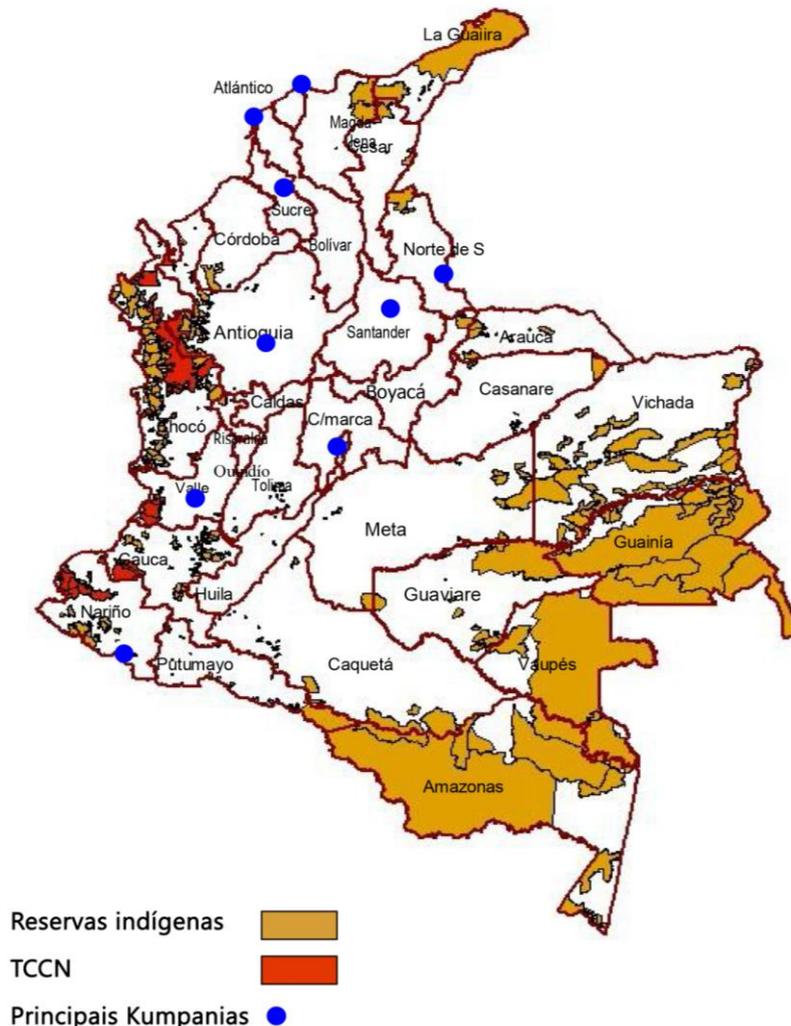
parte do chamado Vice-Reino de Nova Granada, ao lado dos territórios que hoje correspondem ao Panamá, Venezuela e Equador – sofreu a exploração colonial direcionada à produção agrícola por três séculos que culminariam com o surgimento e crescimento dos movimentos de independência que começaram no início do século XIX e que só tiveram fim, com a independência, após muitas lutas violentas, que deixaram um grande número de mortos. A grande violência gerada pela exploração e pelos movimentos de independência começaram a construir, no imaginário social do país, ideias que associavam violência à política, apontando para a violência como única saída para problemas socialmente construídos⁸ (SIMONS, 2004, p. 59).

Ademais, no fim do século XVI, começou a ocorrer também o processo de escravização de negros – de maneira similar à dos índios – trazidos de diversas regiões da África – hoje referentes a países como Nigéria, Gana e Mali –, que tiveram boa parte de suas populações dizimadas. Assim, até a independência do país, a escravidão foi o modelo presente, especialmente nos grandes latifúndios e áreas rurais, sendo possível identificar ou distinguir “quatro grandes grupos: aqueles localizados no corredor do Pacífico colombiano, os nativos do arquipélago de San Andres de Providencia e Santa Catalina, a comunidade de San Basilio de Palenque e a população residente [...] nas grandes cidades” (DANE, 2007, p.23). Desse modo, enquanto grupo étnico – mesmo que essas comunidades possuam diferenças culturais entre si –, a parcela afrocolombiana representa uma parte considerável da população do país (10,62%), possuindo mais de cem territórios próprios, o equivalente a pelo menos 4,13% das terras do país (DANE, 2005).

Além desses dois povos, acrescenta-se também os *Rom*. “Eles têm elementos culturais que os diferenciam de outros grupos étnicos do país, como a ideia de uma origem comum, longa tradição nômade [...], coesão interna e diferenciação em relação aos não-Rom – Gayde” (DANE, 2007, p.26). Ademais, ocupam, em grande parte, os setores urbanos – ao contrário de grupos nômades de outros países, como no caso dos tuaregues no Mali, que são, predominantemente, do campo. Têm a tradição de se agrupar nas chamadas *kumpanias*, que se caracterizam por serem unidades de coresidência e cocirculação, isto é, funcionando como clãs (ver Mapa 1).

⁸ Desde sua gênese, o Estado colombiano conta com a violência para alcançar seus objetivos de criação. Assim, só nesse período “[...] houve ainda oito guerras civis nacionais, quatorze guerras civis locais, várias pequenas revoltas, duas guerras com o Equador e três golpes de Estado” (SIMONS, 2004, p. 39).

Mapa 1 - Localização geográfica das reservas indígenas, territórios coletivos de comunidades negras (TCCN) e Kumpanias do povo Rom



Fonte: Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE), 2007, p.25.

Outra dimensão na qual é possível identificar elementos relevantes para a formação da história conflituosa da Colômbia, está relacionada à geografia.

A diferenciação geográfica extrema sempre foi um fator inevitável na política colombiana e permitiu que as elites assegurassem o seu poder em relação a terras [...]. O país é dividido por três grandes cordilheiras que se abrem em forma de leque a partir do sul e que, por sua vez, estão divididos pelos rios Cauca e Magdalena [...]. A maioria da população esteve sempre concentrada nas regiões montanhosas subtropicais mais frias. [...]. Mas as cidades estiveram, durante séculos, separadas por caminhos tortuosos e montanhas intransitáveis, tal como permaneceram para os camponeses nas zonas de fronteira (HYLTON, 2010, p.45).

Dessa forma, comunidades se formaram distanciadas e separadas a partir do próprio desenho geográfico colombiano. Essa estrutura gerou dois impactos no desenvolvimento da

sociedade. O primeiro, diz respeito à grande quantidade de culturas locais distintas que levaram muitos anos para entrar em contato com as demais e, por esse motivo, ainda conservam fortes traços – explicando assim as singularidades presentes em cada região do país. Em segundo, conectado com o fenômeno anterior, houve o processo de descentralização do poder político no país, institucionalizado por meio da promulgação da constituição de 1991. Assim, a “Colômbia na América do Sul é conhecida por seu processo de descentralização, mais radical ainda do que países que adotam a organização federal” (JOST, 2010, p.7). Esse modelo visa dar o máximo de autonomia possível aos departamentos, ação essa que serviu para reforçar a autonomia e características de cada local⁹.

Por fim, identifica-se o que, provavelmente, diz respeito a maior das desconexões presentes no país, isto é, a dicotomia entre campo e cidade. Essa distinção gerou e ainda gera diferenças de pensamento político, sendo um dos fatores para o início do conflito. São locais distintos, com necessidades e visões que partem de pressupostos distantes, mesmo que sejam obrigados a conviver em extrema proximidade ou que possuam uma relação de interdependência. A partir disso, portanto, percebe-se que o país não pode ser visto como homogêneo, sendo, pelo contrário, composto por inúmeras culturas, dinâmicas e lógicas distintas – existindo, na verdade, várias Colômbias dentro de uma Colômbia.

Possuindo um grande território, com grandes diferenciações de regiões, a Colômbia é dividida por três grandes cordilheiras, que são cortadas pelos rios Cauca e Magdalena. No sudeste do país, seguindo até o Equador, existe a predominância de planícies tropicais nas quais é possível ocorrer o cultivo e a agricultura, já que possuem também uma grande quantidade de rios na região. Nas áreas próximas as fronteiras com o Brasil e o Panamá, há a predominância de florestas extremamente fechadas e quase intransponíveis, sendo impossível pensar em qualquer tipo de plantação. Por fim, próximo ao território Venezuelano, encontram-se as principais reservas de Petróleo do país.

A maioria da população sempre esteve concentrada nas regiões montanhosas subtropicais mais frias. [...] Mas as cidades estiveram durante séculos separadas por caminhos tortuosos e montanhas intransitáveis, tal como permaneceram para os camponeses nas zonas de fronteiras. A péssima conexão viária e o isolamento geográfico foram fundamentais na conformação dos grupos dirigentes. O controle militar centralizado era intrinsecamente mais difícil na Colômbia do que em seus vizinhos (HYLTON, 2010, p. 45).

⁹ O cenário, entretanto, nunca foi estável, transitando entre momentos de tentativas de unificação e outros de descentralização de acordo com o viés político que detém o poder.

Diferente da maior parte dos países vizinhos – que contam com uma geografia mais propícia à agricultura, possuindo grandes porções do território destinadas a tal atividade – a Colômbia tinha apenas poucas áreas cultiváveis. Até o início do século XX, tais porções eram denominadas como terras livres, ou públicas, as *baldías*. (PÉCAUT, 2010, p.19). Tais áreas foram, desde o início, divididas de forma não igualitária entre os pequenos camponeses, que plantavam para a sua subsistência, e os grandes fazendeiros do país. Apesar da suposta divisão, no século XX, a história das zonas rurais colombiana está marcada pelas dinâmicas de ocupação e desocupação de terras. Com base nessa lógica, as terras foram constante alvo de políticas de desocupação de terras e a entrega aos grandes senhores, que nem sempre se preocupavam com a sua produtividade, deixando-as inutilizadas ou ocupando-as apenas para a realização da pecuária extensiva. Assim, “os beneficiários dessas apropriações não hesitavam em desalojar frequentemente os pequenos camponeses ali instalados que, no entanto, não contavam com títulos de propriedade ou eram incapazes de fazê-los lavrar” (PÉCAUT, 2010, p.20).

A dinâmica de desocupação e limitação do acesso às terras gerou, nos pequenos agricultores colombianos, dois tipos de reações. Um deles se caracterizava pelo surgimento dos focos de resistência e luta contra o processo de criação de latifúndios, como em Cundinamarca e no Sul de Tolima. “Tal movimento foi suficientemente poderoso para provocar, por volta de 1930, a desagregação de vários daqueles grandes latifúndios e para incitar o governo a adotar em 1936 uma lei de reforma agrária [...]” (PÉCAUT, 2010, p.20). Por outro lado, em regiões nas quais não se formou resistência, os grupos de pequenos camponeses foram sendo empurrados para os centros urbanos – se instalando em áreas já excluídas das cidades – ou para áreas marginalizadas do território. Porém, “nestas áreas periféricas, a presença das estruturas estatais era irregular ou era parte de um amálgama de poder exercido em articulação com as elites locais” (ALVES, 2005, p.16).

Dessa forma, tais poderes locais acabaram se enraizando, tomando o espaço que originalmente deveria pertencer ao governo, reforçando a descaracterização do Estado perante a população – isso se perpetuou em toda a história da Colômbia, criando um afastamento entre Estado e sociedade. “As regiões e suas diversidades são filhas diretas da distância, da imensidão que preservou todas as particularismos [...]. Esta diversidade torna-se causa de outras dinâmicas, como a inércia que favorece desentendimentos políticos e sociais” (ZAMBRANO, 1995, p.2). Já desde esse período – na virada entre os dois séculos –, portanto, a cidadania da Colômbia não foi capaz de formular uma identidade ou de adotar um

sentimento de pertencimento comum a toda a nação representada por um governo central. Em vez disso, as regiões respondiam aos senhores das terras e posteriormente a um dos dois partidos – afastamento esse cada vez mais aprofundado com as reformas descentralizadoras que já começavam a ocorrer no período e que ganharam forças na década de 1980 (HYLTON, 2010, p.46).

A partir disso,

É possível afirmar que a conjugação das características do processo de colonização com a dependência do povo em relação aos poderosos locais proporcionou um ambiente favorável às guerras, porquanto a integração de todo o território colombiano se apresentou como um empreendimento desafiador e altamente propenso a suscitar conflitos. (ALVES, 2005, p.16).

Dessa forma, verifica-se que, desde a conquista da independência da colônia em relação à metrópole, a história colombiana esteve transpassada por muita luta, sendo marcada por traços fortes de violência que se estenderam ao longo das décadas, por vezes, intrínsecos ao imaginário social e profundamente ligados às questões da vida política – em muitos momentos, o povo colombiano não conseguiu separar as motivações e ações políticas da violência como meio para se alcançar objetivos sociais. Tal situação continuou se enraizando à vida social colombiana, de modo que mesmo com a criação de partidos políticos e a busca pelo exercício da democracia, a realidade violenta nunca deixou de estar próxima do cenário político.

Sendo assim, “a política, definida em termos de amigo-inimigo, foi um assunto de soma zero nas regiões e nos municípios, e as afiliações partidárias transcenderam as linhas raciais, de classe, de etnias [...]” (HYLTON, 2010, p.46). Com efeito, os dois partidos, Liberal e Conservador – criados em 1948 e 1949, respectivamente – sempre dominaram o cenário político colombiano, encontrando-se profundamente ligados à reificação da visão acerca da necessidade do uso da força para se alcançar finalidades no âmbito político – sendo as disputas entre eles o estopim para o início das revoluções e do conflito violento. Isso se dava porque as rivalidades – e discordâncias – entre os dois lados ocorriam não só a nível nacional, mas em todos os espaços, isto é, nas comunidades ou municípios dentro de cada região, ou mesmo dentro da mesma localidade.

Liberais e Conservadores foram desde o início, e [continuaram sendo], extremamente facciosos como organizações nacionais. Originalmente a divisão entre Liberais e Conservadores tinham uma base ideológica racional na sociedade colombiana. Os liberais eram membros da elite de latifundiários e comerciantes com uma mentalidade laica [...]. Os conservadores que tinham vínculos mais próximos

com a aristocracia colonial ou com os círculos oficiais, identificavam-se com a ordem centralizada e com a disciplina social da região. (HYLTON, 2010, p.47)

Por conseguinte, é possível evidenciar que desde a formação da república e, portanto, do surgimento dos partidos, houve uma relevante polarização da sociedade colombiana, então radicalmente dividida entre um pensamento em “defesa de uma produção agrária de base feudal e do protecionismo econômico e na ênfase na natureza divina da fonte do conhecimento e do poder [...]” (ALVES, 2005, p.17). Do outro lado, predominou uma visão “favorável ao livre comércio, ao desenvolvimento do capital mercantil, ao federalismo e à laicização do Estado [...]” (IBIDEM, p.18). Dessa forma, as rivalidades construídas e a quebra do tecido social e das relações – ao se pensar que sempre era necessário escolher por um dos dois lados –, além das disputas por terras, sempre presentes na história da Colômbia, desencadearam diversos confrontos que definiram o país como cenário de uma guerra civil, deixando algumas marcas irreparáveis, instabilidade e fragmentação na região.

2.1.1 O estopim da guerra: La Violencia e outros meta-eventos¹⁰

Durante um período que compreende cerca de 50 anos após a sua criação, os partidos buscaram um revezamento do poder, através de acordos entre os dois lados que geravam uma dicotomia na política no país. Contudo, ao final desse período, emergiu na Colômbia uma série de revoltas, que escalaram ao status de guerras internas, que seriam as maiores vivenciadas pelo país. A primeira delas, conhecido como *Guerra de los Mil Días* (1899-1902), no período que compreende a chamada *Regeneración*, no qual houve forte repressão àqueles que possuíam ideias liberais, e aos que pertenciam às minorias negras ou índias, levando à morte de, aproximadamente, cem mil pessoas¹¹ – o conflito mais sangrento do século XIX, no qual 1 em cada 25 colombianos, teve sua vida encerrada (ALVES, 2005, p.18; ROCHLIN, 2003, p.93; HYLTON, 2010, p.68).

O conflito ocorreu, inicialmente, no cenário político, sem possuir ações de caráter violento – no que diz respeito à violência direta. Isso ocorreu, inicialmente, porque os Liberais ocupavam o cargo da presidência no período – no qual nenhum dos dois partidos possuíam

¹⁰ Segundo Buzan e Hansen, são denominados meta-eventos aqueles que produzem uma mudança crítica significativa no processo histórico, isto é, “um evento constitutivo que coloca alguns pressupostos analíticos centrais em questão” (BUZAN, HANSEN, 2009, p.218).

¹¹ Apesar do consenso quanto à brutalidade da Guerra dos Mil Dias, há controvérsias quanto ao número de mortos. Para muitos historiadores, 100 mil mortos, número aqui apresentado, seria um dado exagerado, no entanto, este é o marcador mais utilizado em documentos oficiais quanto ao conflito.

maioria do apoio popular – e buscaram implantar medidas que reduzissem as desigualdades e enfrentasse o crescente domínio da Igreja Católica na Colômbia. Porém, num período seguinte, os Conservadores passaram a ocupar o principal cargo do governo, e revogaram boa parte das decisões tomadas no governo anterior, voltando ao pensamento de que não seria necessário pensar em distribuição de renda – já que, para eles, dar uma melhor qualidade de vida para todos, significaria a criação de uma “república de iguais” e, conseqüentemente, a perda de privilégios para as elites (HYLTON, 2010, 48-49). Com isso, houve a tentativa liberal de retirar os conservadores do poder. Porém, as proporções dos atos realizados foram aumentando e assim envolvendo outros setores da sociedade, levando a formação de grupos guerrilheiros de um lado – sendo esses compostos por cidadãos que faziam parte de setores menos favorecidos da sociedade – e as Forças Armadas de outro.

Já na década de 30, os liberais voltaram ao poder a nível nacional, impondo medo aos conservadores, já que uma vez firmados no poder, os liberais “lançaram mão da intimidação, da violência policial e da fraude. [...] No início dos anos de 1940, [...] converteram a polícia em um apêndice do seu partido, ação que teria graves conseqüências” (HYLTON, 2010, p.68).

No ano de 1948, seguindo uma série de tensões sociais, um dos principais líderes do partido Liberal, Jorge Eliécer Gaitán, foi assassinado. “Na memória coletiva, contudo, [esse] acontecimento preciso constituiu o ponto de partida dos fenômenos de violência e formação de grupos armados” (PÉCAUT, 2010, p.21). Esse fato tomou ares decisivos, uma vez que Gaitán estava bastante associado às lutas por uma maior divisão das terras – isto é, uma reforma agrária, de fato –, além de ter favorecido a entrada de líderes camponeses e comunistas no cenário político nacional. Assim, “o discurso apaixonado de Gaitán, contava com vigoroso apoio popular” (VISACRO, 2009, p. 297). Além disso, ele se colocava além das rivalidades políticas vigentes até então Colômbia, se posicionando fora das disputas oligárquicas, conquistando, dessa forma, mais do que a admiração, como também a mobilização de boa parte da população. Assim, o seu assassinato foi o ponto de partida para uma série de motins e agitações urbanas, em Bogotá, que sofreram forte repressão por parte do governo Conservador durante os vários dias nos quais se passaram (HYLTON, 2010, p.68). O período em questão compreende o início de uma das mais violentas partes da história colombiana, o *Bogotazo*¹².

¹² Uma série de motins e agitações urbanas que duraram vários dias na cidade de Bogotá e sofreram forte repressão por parte dos Conservadores (ALVES, 2005, p.20).

Os conflitos entre os dois partidos tornaram-se mais intensos, a partir desse episódio, traspassando as lideranças do cenário político nacional e dentro da própria sociedade, como um todo. O cenário em questão passou a refletir na forma de violência direta, as diversas outras violências intrínsecas à história colombiana. Desde então, o país “não apresentou mais os mesmos níveis que outros Estados latino-americanos” (ROCHLIN, 2003, p.95 apud ALVES, 2005, p.20, adaptado pelo autor).

Além disso, os atos da elite conservadora do país foram colocados em questão, após a morte de Gaitán, o que gerou quanto à sua participação no assassinato, algo que gerou revolta nos líderes liberais, certos de que tal episódio havia sido planejado e executado pelos membros das oligarquias nacionais. “Grupos liberais e comunistas organizaram milícias camponesas de autodefesa, contra as quais os conservadores lançaram mão de unidades especiais anti-guerrilheiras e assassinos mercenários” (ALVES, 2005, p.20). A partir daí, um aprofundamento da rivalidade entre os partidos os levou ao extremo, período que ficou conhecido como *La Violencia*, episódio no qual tais divergências políticas atingiram o nível de uma guerra civil. Podendo ser descrita como uma época que “distinguiu pelo ‘terror concentrado’, utilizado para suprimir as políticas populares radicais e canalizar os crescentes conflitos [...] de classe entre as vias do bipartidarismo” (HYLTON, 2010, p.71). Dessa forma, entre 1946 e 1957 – ou até 1964, data oficial do seu término –, tal guerra civil gerou profundos traumas à sociedade colombiana, na forma de homicídios, assaltos, perseguições, entre outros crimes que deixaram milhares de mortos¹³ e marcaram fortemente a história do país (HYLTON, 2010, p.82).

Ao fim do período supracitado, eclodiria um Golpe de Estado¹⁴ na Colômbia, perpetrado por membros das Forças Armadas contando com o suporte da elite colombiana, que levou a presidência o general Gustavo Rojas Pinilla. Diferentemente de outros países da América Latina, o governo militar não se prolongou, uma vez que seu fim foi antecipado a partir da ação de movimentos de resistência civil, que reivindicavam a realização de um referendo acerca dos arranjos partidários no governo (HYLTON, 2010, p.84).

Uma significativa modificação do cenário político nacional seguiria tal resistência, no entanto, seu resultado apenas endossava a ideia de divisão do poder entre os dois principais

¹³ O número estimado de colombianos mortos no conflito da *La Violencia* é de aproximadamente 300.000 colombianos – sendo a maior parte deles camponeses homens analfabetos, ou seja, o conflito esteve profundamente relacionado às diferenças sócias e até, em certa medida, ligado às distinções entre brancos (ricos) e negros ou índios (pobres). Tal cenário é comparado, por alguns autores, com o período – e atrocidades cometidas – da Guerra Civil Espanhola (ALVES, 2005, p.20; PÉCAUT, 2010, p. 22).

¹⁴ Mais informações sobre como se deu o Golpe que removeu o presidente Laureano Gomez do poder em: <http://web.presidencia.gov.co/asiescolombia/presidentes/55.htm>

partidos do país, o que impulsionou a ascensão da chamada Frente Nacional (1958-1974) – inicialmente “prevista para durar dezesseis anos, [mas que] na realidade duraria, com alguns pequenos ajustes, mais de trinta. Torna-se a pedra angular da estabilidade institucional” (PÉCAUT, 2010, p. 26).

Esta foi concebida como um regime político peculiar ou uma expressão político-normativa do acordo de paz entre os dois partidos – segundo o qual os partidos Liberal e Conservador ocupariam todos os espaços da vida política e dividiriam entre si a administração das instituições estatais (ALVES, 2005, p.22).

A série de acordos firmados entre os dois lados englobava a alternância de poder na presidência, isto é, a rotatividade entre políticos liberais e conservadores no mais alto cargo do Estado. Ademais, em todos os níveis, os cargos políticos tornaram-se objeto de divisão entre eles. Por muitos anos, esse sistema se sustentou, o que gerou certa estabilidade a nível institucional e criou uma ilusão de que a paz havia sido estabelecida. Contudo, não houve qualquer modificação prática nas ações estatais, no que diz respeito aos problemas sociais e exclusão política, que seguiam se agravando, servindo de motivadores para a volta do conflito violento ainda latente nesse período (HYLTON, 2010, p.85).

A violência, no entanto, já vinha sendo alimentada por grupos que buscavam se erguer para reivindicar diversos pontos diante do Estado colombiano. Dessa forma, em 1964, um dos focos de guerrilha – criado no período de *La Violencia*, na região de *Marquetalia* – ainda sobrevivia mesmo em meio à grande repressão sofrida. Repetindo, portanto, a postura anterior e a fim de minimizar tal resistência, evitando que influências comunistas se espalhassem para outras áreas do território, o governo apresentou tais grupos como uma república de pretensões independentistas e ordenou que o exército atacasse incisivamente a região por meio de bombardeios (PÉCAUT, 2010, p.27). No entanto, antes que todo o foco de resistência fosse dizimado, a maior parte dos combatentes e suas famílias conseguiram se retirar do local. A partir disso, “a vitória do Exército sobre as repúblicas independentes, para as futuras FARC, constituiu o início de uma nova guerra” (PÉCAUT, 2010, p.28).

2.1.2 Guerrilhas: o nascimento e o fortalecimento dos grupos de extrema esquerda

Para as FARC (*Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia*), o episódio na região de *Marquetalia* – localizada entre os departamentos de Tolima, Cauca e Huila (ver Mapa 2) – significou uma declaração explícita de recomeço do conflito. O nascimento dessa

organização, em especial, mas também de outras, como o ELN (*Ejército de Liberación Nacional*)¹⁵, o EPL (*Ejército Popular de Liberación*)¹⁶ e o M-19 (*Movimiento 19 de abril*)¹⁷, que queriam reformar o sistema político vigente, teve seu maior estímulo a partir de ideias remanescentes da época do *La Violencia* (HYLTON, 2010, p.92).

Mapa 2 – Região de Marquetalia no ano de 1964: República de Insurgentes liderada por Manuel Marulanda ou Tiro Fijo



Fonte: elaboração própria, 2016.

Entretanto, os próximos anos se diferenciaram da guerra civil que o país tinha testemunhado anteriormente, na qual a luta representava a polarização político-partidária colombiana. Com os conservadores de um lado, por meio de suas milícias pagas para lutar pelas elites e, do outro lado, os liberais, que buscaram reunir os camponeses mais atingidos pela ausência do Estado, criando assim os mais importantes focos de guerrilha. Entretanto, aquelas que possuíam bases marxistas, “só aos poucos se distinguiram delas. O próprio

¹⁵ Segundo maior grupo guerrilheiro, criado na década de 1960, com inspiração marxista e com ligações com a igreja católica por meio das ideias propagadas pela teologia da libertação. Durante os anos 1970 foi o grupo responsável pelo maior número de sequestros realizados por guerrilhas (HYLTON, 2010, p. 92).

¹⁶ Sob a ideologia marxista-leninista criado no ano de 1967, com forte atuação urbana e com integrantes, em sua maioria, advindos do meio intelectual. Atuou até 1991, quando foi desmobilizado por meios de um acordo com o governo (HYLTON, 2010, p.93).

¹⁷ Mais recente grupo, criado nos anos 1970, atuou fortemente em áreas urbanas, contando com diversos episódios históricos, como a invasão do Palácio da Justiça em Bogotá, ou a ocupação da embaixada da República Dominicana. Foi desmobilizado no de 1989 por meio de acordo assinado com o governo colombiano (HYLTON, 2010, p. 93).

Manuel Marulanda [líder das FARC] começou a carreira numa guerrilha liberal do sul de Tolima, antes de juntar-se às guerrilhas comunistas” (PÉCAUT, 2010, p.23).

Dessa forma, tomando como base a forte influência de ideais do comunismo, as FARC – o maior grupo guerrilheiro – tomaram como base para ação uma conjunção entre da luta armada e política. Para Visacro (2009, p.298), “[...] era uma espécie de ‘guarda civil rural’, destinada a proteger a população campesina dos desmandos dos grandes estancieros e das represálias do Exército”. Com efeito, enquanto a maior parte dos grupos insurgentes da América Latina e da própria Colômbia nascia nas grandes cidades – mesmo que nas áreas marginalizadas e empobrecidas –, as *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia* tiveram suas raízes tão entrelaçadas às questões do campo que pode ser interpretada como reformista e revolucionária: “evocando um discurso centrado na defesa do campesinato, contra a dominação das oligarquias rurais, a influência norte-americana e a voracidade insaciável das multinacionais.” (VISACRO, 2009, p.298) – sendo também o seu líder, Marulanda (ou Tiro Fijo), de origem rural. De maneira diversa, os outros diversos grupos que mantiveram suas atividades no cenário do conflito colombiano, como o ELN (1965), o EPL (1966) e o M-19 (1972), tiveram suas origens propriamente no meio urbano, especialmente conectados ao caráter universitário, estudantil ou intelectual do país.

Em períodos que se seguiriam, com o início de alguns processos de paz, a serem esmiuçados adiante, governo e grupos guerrilheiros inauguraram uma dinâmica de diálogo e rompimentos que seriam constantes na história do país. Na década de 1980, por exemplo, muitos prisioneiros foram anistiados, em especial pertencentes ao M-19.

Dois anos depois, chegava-se a um cessar-fogo com três das quatro grandes guerrilhas: só o ELN o rejeitou. Evidentemente, esse cessar-fogo não comportava deposição das armas e mecanismos concretos de verificação [...]. Pelo menos, Manuel Marulanda se comprometeu solenemente a pôr fim aos sequestros, num processo que deu grandes esperanças a amplos setores da opinião pública. Mais uma vez, uma situação de conflito interno parecia capaz de desembocar numa fórmula política negociada. (PÉCAUT, 2010, p.38)

A ruptura que seguiu teve por base o retorno às ofensivas belicosas por parte do M19 e do EPL, mesmo após o fechamento dos acordos. As FARC, por sua vez, mantiveram o cumprimento de sua parte na trégua por mais tempo, período no qual os sequestros ficaram suspensos. A trégua propiciou um espaço no qual houve um pouco mais de abertura ao diálogo – mesmo que o cenário político nesse período fosse extremamente desfavorável, havendo muitas perseguições –, dando assim os primeiros passos para se pensar no tema da paz (HYLTON, 2010, p.108; PÉCAUT, 2010, p. 39).

Na década seguinte, muitos desses grupos sofreram uma desintegração após o declínio da luta armada, como o EPL e o M-19. Outros, como é o caso do ELN, mesmo não tendo chegado ao fim, sofreu um significativo declínio – apesar de ter tido grande importância no fim dos anos 1980 e início dos 1990. Por fim, ao contrário dos demais, as FARC se fortaleceram, após o genocídio político cometido contra a União Patriótica (UP), e conseguiram dominar parcelas ainda maiores do território. Assim:

Nas áreas sob o seu domínio, a organização edificou hierarquias paralelas – verdadeiras administrações autônomas, responsáveis pela gestão municipal, segurança da população, cobrança de impostos, aplicação da “lei”, concessão de crédito, redistribuição de terras, saúde pública, construção e funcionamento de escolas etc. (VISACRO, 2009, p.299).

Além disso, frente às equivocadas decisões tomadas pelo governo e diante do período de grande violência, tornava-se cada vez mais difícil a interação entre Estado e sociedade, aumentando as possibilidades de ação das FARC dentro do território colombiano e no âmbito internacional, por meio de atividades ilícitas como o tráfico de drogas: “a questão do narcotráfico, de fato, não apenas expôs a fraqueza das instituições estatais, mas foi capaz de alimentar significativamente a escalada da violência, ao prover de recursos os grupos armados que atuavam à margem da lei” (ALVES, 2005, p.28). Dessa forma, os objetivos fortemente políticos que caracterizavam a guerrilha anteriormente foram gradativamente substituídos por lideranças que direcionaram o emprego de suas forças para operações ilegais – de onde advinha seu o financiamento –, tal movimento conduziu o país a uma grave crise, que apenas reforçava o caráter desigual e violento da história colombiana.

2.1.3 Exércitos privados da extrema direita: o início do fenômeno do paramilitarismo

No outro polo do conflito, estavam os grupos que representavam a face armada da extrema direita, abastecidos pelo apoio da poderosa elite nacional – conservadora das resistentes estruturas locais de poder – e, por vezes, diretamente pelo próprio governo, que se utilizava de mercenários – exércitos privados – para auxílio na luta contra os grupos guerrilheiros (ALVES, 2005, p.20). Isto significa que,

Os três pilares do paramilitarismo foram os proprietários de terras e camponeses que queriam defender-se das guerrilhas; os narcotraficantes que fortaleceram ou recrutaram esses grupos subversivos; e os militares, ansiosos para acabar com a insurgência, utilizaram qualquer tipo de método para atingir os seus fins. (NIETO, GARCÍA, 2008, p.45)

Embora uma série de milícias armadas financiadas pelos grandes senhores de terras, que serviam para proteger os latifúndios e impedir ocupações indevidas, já existir – sustentando as estruturas de poder local –, os grupos chamados de paramilitares apenas surgiram, de fato, com a promulgação, em 1968, da lei nº48¹⁸ por parte do governo colombiano, que legitimava a atuação desses grupos nas regiões mais violentas (VISACRO, 2009, p.300). Na prática, essa modificação só ratificou uma prática já comum e cultural no país. Dessa forma, tais grupos apenas continuaram realizando os serviços de defender as grandes propriedades rurais do crescimento das guerrilhas nestas zonas.

O segundo pilar de sustentação dos grupos armados, segundo Castro (2009, p.26) consistia numa forte relação entre o desenvolvimento do narcotráfico e o surgimento do paramilitarismo de extrema direita:

O aumento do narcotráfico e o fortalecimento do poder da guerrilha criaram as condições para o desenvolvimento, em larga escala, de um fenômeno antigo na Colômbia: o paramilitarismo, as milícias armadas à margem do Estado, mas com relações com seus agentes, especialmente do poder local. (CASTRO, 2009, p.26)

Dessa maneira, “nos anos 1980 os principais produtores de coca também recorreram aos paramilitares para salvaguardarem suas plantações [...]. Em dezembro de 1981, o cartel de Cali subsidiou o surgimento da organização Muerte a Sequestradores (MAS)” (VISACRO, 2009, p.300). Devido a esse processo, grupos dessa natureza se multiplicaram e ganharam força. O maior deles, resultado desse maior uso dos grupos paramilitares do país, a *Autodefensa Campesina de Córdoba y Urabá* (ACCU), foi criada por jovens que tinham perdido seus pais pelas mãos das FARC¹⁹. Dessa forma, a ACCU foi o embrião para a criação das *Autodefensas Unidas de Colombia* (AUC). Sob esse nome, diversos dos grupos colombianos paralelos se uniram. Tal grupo se propunha a ser uma confederação de grupos armados que lutavam contra as guerrilhas de esquerda. No entanto, apesar de apresentar-se dessa forma, a AUC foi elencada como uma das principais organizações terroristas do mundo – pelos EUA e pela União Europeia no ano de 2001 (VISACRO, 2009, p.300; USA, 2014).

Por conseguinte, embora fossem inicialmente contratados para a proteção de interesses diversos – especialmente contra a guerrilha –, a maioria das ações efetuadas pelos *paras*

¹⁸ A Lei nº48 era um dispositivo legal que permitia ao Exército organizar e prover grupos civis de autodefesa, com o propósito explícito de combater a “delinquência armada” e as forças guerrilheiras que atuavam nas zonas rurais. A lei foi revogada em 1989, pelo Decreto nº1194. Mais sobre o decreto em *Corte Constitucional de Colombia*, disponível em <http://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/2002/C-234-02.htm>.

¹⁹ Os irmãos Fidel e Carlos Castaño tiveram o pai raptado, torturado e morto pelas Farc. Para mais informações sobre a ACCU, recomenda-se a leitura do texto *Marco Teórico y Aspectos Generales Relativos al Fenómeno de Desplazamiento Interno Forzoso* de Angélica Lucía Aguilar Gutiérrez (2007).

estava voltada contra “[...] populações civis rurais. Com bem menos frequência, entravam em choque com as guerrilhas. Cobravam por sua proteção e geravam deslocamentos forçados de milhares de camponeses no interior da Colômbia” (CASTRO, 2009, p.27). Dessa maneira, ao contrário do que se poderia supor, o paramilitarismo tornou-se um meio a mais para gerar violência contra a sociedade.

Como se isso não bastasse, na década de oitenta e noventa, a luta estatal contra a guerrilha e o narcotráfico fez com que se deixasse de lado o problema do paramilitarismo: com isso, ficou mais claro o seu potencial destrutivo para a convivência ao intensificar a violência na Colômbia. E acima de tudo, os paramilitares aprenderam muito bem que poderiam ser um modelo de contra-insurgência em toda a Colômbia; que poderiam adquirir pouco a pouco status político caso se opusessem às iniciativas de paz do Governo colombiano no que diz respeito à guerrilha e poderiam obter representação nos municípios se, de forma mais ou menos encoberta, se candidatassem nas eleições. (NIETO, GARCÍA, 2008, p.51)

Em contrapartida, outro fenômeno que passou a acontecer foi a associação de políticos a tais grupos. No início dos anos 2000, vários deputados eleitos para o Congresso da República foram vinculados comprovadamente aos paramilitares. Tal processo foi nomeado de *parapolítica*. Entretanto, ao se realizarem investigações constatou-se que “pelo menos 35% do Congresso era de aliados dos paramilitares” (GRISALES, 2013, p.128). Com isso, ao contrário do que inicialmente se propunha, isto é, a tentativa de debilitar as guerrilhas, o uso do paramilitarismo e o envolvimento do Estado com tais grupos, na verdade, serviu apenas para colocar em questão a soberania colombiana – “ao usar de maneira arbitrária as leis do Estado de exceção, tolerar e até fomentar os grupos paramilitares e outras estratégias privadas para controlar e combater a guerrilha” (GRISALES, 2013, p.127).

Esses grupos também foram um complexo entrave à construção da paz na Colômbia, uma vez que foram responsáveis em diversos momentos pelas maiores violações aos direitos humanos, crimes e massacres contra a população civil – especialmente nas zonas rurais e áreas mais afastadas do território, incluindo a geração de *falsos positivos*²⁰. “Portanto, à medida que sua expansão se traduzia em centenas de mortes [...] e os vínculos com o narcotráfico se mostravam necessários [...], os paramilitares constituíam-se num grande obstáculo à paz” (ALVES, 2005, p.85).

²⁰ “Soldados e oficiais, pressionados por seus superiores para demonstrar resultados 'positivos' e aumentar o número de vítimas na guerra contra os guerrilheiros, levavam a força suas vítimas ou as convocavam a lugares remotos com falsas promessas, com ofertas de emprego, para logo assassina-las, colocar armas ao lado dos corpos e relatar que se tratava de combatentes inimigos mortos em confrontos. A construção de 'falsos positivos' [...], é um dos episódios mais desastrosos de atrocidades em massa que ocorreram no Hemisfério Ocidental nas últimas décadas” (HUMAN RIGHTS WATCH, 2015, p. 1).

2.2 PROCESSOS DE PAZ: AS INICIATIVAS FORMAIS E SOCIAIS LOCAIS

Acompanhando o desenvolvimento do conflito, a criação de novos grupos guerrilheiros e paramilitares, o aumento das violações aos direitos humanos, além do surgimento de deslocados internos, houve também, desde o fim da década de 1970, iniciativas para a construção da paz. Os modelos utilizados eram modificados de acordo com a política de governo, os interesses de alguns influentes atores externos e da visão pessoal do próprio presidente.

Por outro lado, ao mesmo tempo que formalmente surgiam iniciativas para a paz, por parte do governo, a sociedade civil também começava a despertar para o tema. Diversas iniciativas locais passaram a ser realizadas, não só dentro de grupos organizados, mas em comunidades afastadas e em situações nas quais o Estado, muitas vezes, não conseguia chegar.

Nos subtópicos seguintes, portanto, serão apresentadas as mais diversas iniciativas, tanto a nível formal, por meio das negociações e tentativas de acordo – entre as elites dos grupos guerrilheiros e do governo colombiano –, como também a partir de manifestações ou criações de zonas de paz pelas comunidades em todo o país.

Dessa maneira, pretende-se mostrar o início do pensamento e das ações pela paz na Colômbia, buscando compreender aquilo que foi negativo enquanto experiência, porém que colaborou para que, aprendendo com os erros passados, pudessem ser estruturadas novas iniciativas de construção de paz, entendendo o papel essencial de toda a sociedade civil.

2.2.1 Julio César Turbay Ayala (1978-1982)

Representando um grande paradoxo entre os conflitos surgidos no mesmo período, a Colômbia se destaca, entre outras coisas, pela constância da violência durante décadas seguidas, apresentando, por outro lado, o maior número de iniciativas civis pela paz. Ao mesmo tempo em que a guerra eclodiu no país, trazendo suas mais diversas consequências negativas – como o deslocamento forçado e a introdução de crianças soldado na guerrilha –, cresceu também o interesse e envolvimento nas temáticas relacionadas à paz. “O Banco de Boas Práticas do PNUD registrou mais de 300 iniciativas pela paz na Colômbia, o que mostra um alto nível de atividade pela paz em um país no qual os atores armados parecem persistir em sua ideia de ganhar a guerra pelas vias militares” (CAMP, VANEGAS, 2011, p.73).

Entretanto, como política de Estado, a paz só começou a ser introduzida – ainda que de maneira lenta – a partir do governo de Turbay Ayala (1978-1982), sob a compreensão de que um processo de paz se resumia à anistia para aqueles guerrilheiros que se dispusessem a deixar as armas, de maneira que pudessem ser reintegrados à sociedade. Assim, iniciar qualquer contato com as guerrilhas anistiando os combatentes, serviria também como uma introdução às relações numa tentativa de passar a sensação de segurança e igualdade aos grupos guerrilheiros – prática que vinha sendo aplicada durante o governo anterior, do General Gustavo Rojas Pinilla, líder do golpe militar. “No entanto, um dos problemas mais graves para o êxito de qualquer processo de paz entre 1962 e 1980 foi a falta de garantias para as guerrilhas de que uma vez deixando as armas, sua vida iria ser protegida” (VENEGAS, 2011, p.83). Ademais, apesar de se falar de paz e de buscá-la por meio de algumas ferramentas, não havia diálogo ou abertura real de nenhum dos lados, já que todos ainda acreditavam que por meios militares se alcançariam melhores resultados.

Sendo assim, nesse período, aliada à estratégia de anistiar aqueles que quisessem se desmobilizar, houve também muito enfrentamento por parte das Forças Armadas, que não compreendiam ou concordavam que a paz pudesse vir a partir de negociações (VENEGAS, 2011, p.83-84). Porém, como resultado da situação social do país, mesmo havendo a maior militarização por parte do Estado, surgiram ainda mais grupos insurgentes nesse período – como é o caso do Partido Revolucionário de los Trabajadores (PRT) e o Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR). Ademais, no geral, “a resistência social foi aumentando [...] já que com a inflação os salários eram insuficientes para sustentar as pessoas”. Com isso, o governo de Turbay Ayala passou a reprimir também as manifestações da sociedade civil,

A repressão ao protesto social levou as guerrilhas a assumirem como próprias as reivindicações do movimento popular, estabelecendo-se uma relação inversamente proporcional entre o apoio à guerrilha e apoio ao movimento popular. [...] A resposta do governo nacional foi a aplicação da doutrina da segurança nacional, que estava em vigor na América Latina na década de setenta, utilizando, portanto, a repressão generalizada, motivo pelo qual, em muitos momentos, confundiu-se a guerrilha com as organizações sociais de base. (VENEGAS, 2011, p. 85)

A partir desse cenário, houve um aumento das denúncias de violações aos direitos humanos, cometidas pelo próprio Estado, que passava a nomear qualquer ato de protesto como ato terrorista, a partir das ações arbitrárias e da realização de tortura aos presos políticos – reproduzindo aquilo que se vivia nos demais países sul-americanos em meio às ditaduras militares. Por outro lado, como resposta à intransigência das Forças Armadas, cresceu

também a quantidade de atos violentos e a militarização das guerrilhas, que se recusavam a aceitar qualquer oferecimento de anistia advindo do governo.

“O fracasso da anistia foi seguida pela criação de uma Comissão de Paz no dia 6 de novembro de 1981. Essa Comissão teria a tarefa de criar mecanismos jurídicos necessários para se conseguir a reintegração dos guerrilheiros à vida civil” (VENEGAS, 2011, p.86). Assim, a partir de estudos realizados por tal Comissão, foram feitas algumas recomendações ao governo. A primeira delas se referia à necessidade de proteger os direitos humanos, a partir das próprias ações do Estado e realizar reformas sociais que pudessem retirar a grande parte da população que se encontrava abaixo da linha de pobreza – esgotando, assim, as reivindicações por melhorias nas condições sociais. Em segundo, a Comissão recomendava o estabelecimento de diálogo entre governo e guerrilha, especialmente com os maiores grupos, como no caso do M19. Entretanto, Turbay e os demais membros do governo rejeitaram tal proposta, por considerar os grupos guerrilheiros como aqueles que menos tinham chance de obter uma vitória militar. Sendo assim, o governo seguiu privilegiando as ações de enfrentamento, distanciando-se de qualquer iniciativa não violenta para a construção da paz.

2.2.2 Belisario Betancur Cuartas (1982-1986)

Com o início do governo Betancur, no ano de 1982, começou a haver também algumas modificações na maneira de se pensar a paz, isto é, passando a ser entendida como algo que deveria ir além de uma lei de anistia – que, na realidade, foi adotada também, durante as cerimônias de paz, como estratégia desse governo para demonstrar o empenho por parte do Estado em se aproximar e dialogar. Assim sendo, representa a “primeira tentativa de negociar um cessar-fogo e uma agenda de paz com as insurgências” (HYLTON, 2010, p. 108). Sua campanha para a presidência apoiou-se nos temas relacionados à possibilidade de encontrar uma saída negociada para o conflito. Pela primeira vez, portanto, havia o reconhecimento de que o conflito não era restrito ao cenário político formal – isto é, nas disputas entre os liberais e conservadores – mas tinha fortes raízes nas iniquidades sociais e na ausência do Estado em diversos territórios do país, sendo necessárias, portanto, ações que fossem além das maneiras mais tradicionais ou oficiais de lidar com conflitos.

Pensava-se, assim, em um processo que buscasse modificar as estruturas sociais tanto a nível local, como a nível nacional, colocando em foco a necessidade de eliminar a pobreza na Colômbia enquanto que, simultaneamente, poderiam ser abertos os diálogos com os grupos

guerrilheiros – naquilo que Betancur chamou, respectivamente, de questões subjetivas e objetivas que motivavam o conflito (VENEGAS, 2011, p.88). Ademais, agir em cima desses pontos já produziria respostas às principais reivindicações das guerrilhas, fossem elas provenientes do campo ou da cidade, que estavam centradas no papel do governo como responsável por suprir necessidades básicas da população, além de questões relacionadas à participação dos indivíduos enquanto cidadãos, com direito de participação ativa nas decisões tomadas pelo governo.

No entanto, mesmo com essa concepção, inicialmente a ideia do processo se focou na tentativa de criar bases institucionais para a paz – compreendendo que o conflito também estava na esfera política. Isto é, algumas questões foram consideradas essenciais para o posterior diálogo com a guerrilha: 1) a primeira delas era referente à necessidade de ajuste em relação à institucionalização e financiamento de partidos, além da regularização dos direitos e deveres da oposição; 2) em segundo, estaria a modernização do sistema eleitoral do país, dando mais condições e acesso ao voto; 3) em terceiro encontrava-se o ponto sobre direito de acesso à informação e o livre acesso por parte dos meios de comunicação naquilo que dizia respeito às campanhas eleitorais, para assim se alcançar maior transparência em relação aos gastos de cada partido; 4) e, por fim, trazia-se a necessidade de maior envolvimento da sociedade, abrindo espaços para discussões de decisões para as cidades, gerando também maior descentralização das cidades e departamentos em relação à capital (VENEGAS, 2011, p.88-89).

Em seguida, atingindo a questão mais profunda apontada como causa para o início do conflito, foi lançado o *Plan Nacional de Rehabilitación* “como uma maneira de lidar com as causas objetivas da violência e estabelecer relações harmoniosas entre o Estado e a sociedade. Destinava-se a aumentar o investimento social por parte do Estado e sua presença nas zonas rurais, a fim de reduzir o apoio aos guerrilheiros” (GARCÍA-DURÁN, 2004, p.94). No começo de sua implantação, o plano foi efetivo em alguns pontos, entretanto, por falta de recursos financeiros para sustentar o projeto, ele foi abandonado pela gestão Betancur – sendo retomada, de maneira reorganizada, ainda no governo Barco.

Apesar de não atingir completamente os objetivos, no entanto, a administração Betancur se destacou na temática da paz, sendo responsável pela criação da Comissão de Paz – numa retomada daquilo já realizado, de certa forma, no governo anterior, de Turbay –, composta por 40 membros que deveriam, de maneira geral, tornar possível o diálogo entre os vários setores da sociedade colombiana, os grupos guerrilheiros e o governo, gerando maior

aproximação entre os setores. Foi estabelecida assim, na tentativa de realizar uma nacionalização da paz, isto é, de encerrar a violência e construir a paz sem necessariamente contar com a participação de atores externos.

A Comissão teve a tarefa de criar as condições para alcançar um acordo de paz. Inicialmente, eles procuraram um cessar-fogo e começaram a desenvolver pesquisas sobre as violações dos direitos humanos, particularmente, desaparecimentos forçados e execuções extrajudiciais, e as atividades do grupo paramilitar chamado Morte aos Sequestradores (MAS). (VENEGAS, 2011, p.89)

Mesmo com todos os esforços, porém, houve muitas barreiras que limitaram ou impossibilitaram que tal iniciativa fosse efetiva na realização de suas propostas. A primeira dificuldade advinha da falta de financiamento para que se conseguisse eliminar as desigualdades sociais e a pobreza advinda desse cenário. Além disso, outro ponto que gerou obstáculos foi o não apoio dos partidos políticos, que se mostraram desinteressados em relação às ações do governo e a qualquer tentativa de solução negociada do conflito.

Dessa forma, as ações se concentravam na figura do presidente, sendo, portanto, uma paz que era fruto de um desejo pessoal e não algo que partia de todos os setores da sociedade. Bentancur, portanto, buscou mais bases para a Comissão já criada, por meio da nomeação de outros membros que formaram o *Alto Comisionado de Paz*, servindo como uma ponte de diálogo entre o governo e a guerrilha. Porém, ao definir esses novos representantes, a Comissão entrou em um processo de divisão e desintegração – a partir da renúncia do próprio presidente da Comissão –, deixando espaço para o novo grupo e outras estratégias a serem criadas pelo governo²¹.

A partir desse momento, negociando com o governo colombiano – por meio desses *altos comisionados* –, as FARC propuseram alguns pontos: 1) que as diálogos ocorressem num território controlado pelas FARC, como o de La Uribe, onde ocorreria um processo de desmilitarização – isto é, o exército teria que parar de atuar naquela área; 2) que fosse modificado o status do grupo, de guerrilha pra grupos de autodefesa agrária, atualizando também a lei de anistia; 3) que houvesse o envolvimento e comprometimento das Forças Armadas no processo; 4) que fosse realizada uma reforma agrária no país e, simultaneamente, iniciativas para reparar as vítimas das mais variadas violências presentes na Colômbia; 5) que

²¹ Como no caso da *Comisión Nacional de Verificación*, para monitorar os acordos assinados com as FARC a partir dos diálogos com os *Altos Comisionados*; a *Comisión Nacional de Negociación y Diálogo*, para buscar estabelecer contato com outros grupos guerrilheiros que ainda atuavam fortemente; e a última chamada *Comisión de Paz, Diálogo y Verificación*, que substituiria as anteriores agregando todos os empenhos. No entanto, todas falharam em missões, principalmente, porque os integrantes renunciavam aos cargos.

se estabelecesse uma abertura política, de fato; 6) que se decretasse o cessar fogo, sendo ele por parte do governo e das próprias FARC. Sendo assim, os *altos comisionados* alcançaram mais êxitos que a Comissão extinta, conseguindo um cessar fogo unilateral das FARC e “em 28 de março de 1984 se firmou com as FARC os acuerdos de la Uribe. [...] Como consequência desses acordos se abre um espaço político às FARC que, junto com outros grupos da esquerda colombiana, criam a União Patriótica²² [...]” (VENEGAS, 2011, p. 91).

Ademais, além de todos os eventos já apresentados – que serviram para obstaculizar os diálogos e uma possível abertura à paz foram decisivas para o encerramento do processo de paz, as ações do *spoilers*²³. O principal deles foram as próprias Forças Armadas, que viam aquele momento como extremamente propício à vitória militar por parte do Estado colombiano. “A visão do Exército era claramente bélica e propunha a derrota militar das guerrilhas. No lugar de um processo de paz, exigiam maiores recursos materiais e jurídicos para ganhar a guerra” (VENEGAS, 2011, p.90). Desse modo, para os militares, dar um caráter político a tais grupos era sinônimo da ilegitimidade do governo e de uma vitória comunista no país. Ademais, junto a eles, estavam também os grandes empresários e fazendeiros da Colômbia que se recusavam a aceitar o não desarmamento dos guerrilheiros e, por conseguinte, qualquer trégua por parte do Estado. Assim, no fim do ano de 1982, as Forças Armadas declararam oficialmente que não apoiariam iniciativas de diálogo, já que para eles “qualquer processo de paz estava condenado ao fracasso, pois, só buscava que o instrumento militar perdesse a confiança em sua capacidade própria para resolver o problema com êxito [...] a trégua serviria unicamente para fortalecer a organização guerrilheira” (ULLOA, 1993, p.96). A partir disso, portanto, ocorre o fenômeno do crescimento de organizações privadas de segurança, identificados como paramilitares. Diversos grupos – como o MAS – fizeram alianças com o exército, gerando um clima de grande desconfiança e insegurança para os

²² A União Patriótica consistiu num partido político criado – a partir de um momento de maior abertura política – pelas FARC, outros movimentos guerrilheiros menores e o PCC. Entretanto, apesar de ter sido criado a partir dos mesmos ideais das guerrilhas os integrantes do partido pertenciam à outra geração, que possuía outras concepções de luta e que abandonaram as armas, concentrando-se apenas nos meios políticos. “Os militantes da UP trabalhavam pela paz, justiça social e ‘mudança revolucionária’ com base no terreno eleitoral” (HYLTON, 2010, p. 111). Tal iniciativa, porém, não se fortaleceu devido à grande quantidade de integrantes do partido que foram mortos tanto pelos extremistas das FARC, quanto de grupos paramilitares. Assim, “dois anos depois de sua fundação, [...] haviam sido assassinados cerca de 500 militantes da UP [...]” (HYLTON, 2010, p. 112).

²³ A definição aqui utilizada é a de que *spoilers* são atores que buscam dificultar ou impedir a realização de um processo de paz. “Existem *Spoilers* apenas quando há um processo de paz para minar, isto é, depois de pelo menos duas partes beligerantes se comprometeram publicamente a um pacto ou assinaram um acordo de paz abrangente” (STEDMAN, 1997. p.7). Além disso, podem ser classificados, mais precisamente, a partir de quatro categorias: em relação a sua posição, isto é, se ele faz parte ou não processo formal; no que diz respeito ao número; no que se refere ao tipo, como limitado, ganancioso ou total; e, por fim, no que se refere ao seu *status quo*, ou seja, se ele é líder ou seguidor (STEDMAN, 1997. p.8)

guerrilheiros, que passavam a não ter garantias de proteção – impedindo, desse modo, o processo de desmobilização e desarmamento dos grupos de esquerda.

Uma das causas para tal aversão – considerando a possibilidade desses guerrilheiros serem anistiados – por parte das Forças Armadas colombianas em relação ao processo, diz respeito, especialmente, ao grupo M19, grupo responsável “pelas humilhações que foram infligidas sobre eles com o roubo das armas do Cantón Norte e com a tomada da embaixada da República Dominicana” (VENEGAS, 2011, p.90). Entretanto, da mesma forma, tal grupo atuou como *spoiler* do processo de paz, sendo contrário às propostas de construção de paz por parte do governo, já que, segundo ele, a paz não podia partir de anistias, mas de diálogos sobre questões profundas relacionadas às reformas políticas e sociais. Ademais, outro fator que determinou tal posicionamento, foi o fato de que “o M19 se encontrava no ponto mais alto de aceitação popular fazendo sua própria transição à guerrilha e a Exército do Povo” (VENEGAS, 2011, p.92). Dessa forma, para tal grupo a vitória por meios militares era algo possível e aceitar a paz seria um sinônimo de aceitar a derrota frente ao governo colombiano.

[...] o M19 não tinha intenções de paz, produto da supervalorização de sua capacidade militar e política, dado que pensavam que a partir de sua convocação, a população colombiana se lançaria à uma insurreição geral. [...] O projeto do presidente para criar um espaço de convivência civilizada por meio de reformas políticas e sociais em que fosse possível a luta política das forças de oposição – parecia cada vez mais irrealizável. (ULLOA, 1993, p.112)

Desse modo, o que se pôde perceber a partir desse cenário é que nem o governo, nem a guerrilha queriam, de fato, dialogar ou pensar juntos em como construir a paz no país. “Tanto para o governo como para o M19 e para as FARC, o processo de paz foi visto como uma oportunidade para reorganizar-se e continuar a guerra” (VENEGAS, 2011, p.95). Para todas as partes, portanto, a vitória pela via militar ainda parecia possível e próxima, sendo uma demonstração de fraqueza deixar de lado as armas. Ademais, existiam diversos *spoilers* durante todo o processo – alguns apenas deixando de apoiar e outros, como no caso dos paramilitares, agindo, de fato, contra a iniciativa. Outro ponto que deve ser considerado é o envolvimento norte-americano, que se intensificou no período, devido a ideia – forjada, em 1984, pelo embaixador dos EUA na Colômbia – de que as FARC e outros grupos de esquerda eram, na verdade, narco-guerrilhas e, portanto, o diálogo não poderia ser uma opção válida. “Como se não bastasse, Betancur também não recebeu apoio decisivo por parte de nenhuma fração da classe dominante, e sua política de paz tornou-se então dependente da vontade de um congresso avesso a mudanças estruturais” (HYLTON, 2010, p. 109). Ficava claro, assim,

que apenas a vontade pessoal do presidente não seria suficiente para realizar um processo de paz de maneira positiva – e mesmo com a criação de várias comissões, a iniciativa falhou tanto nos aspectos formais, de assinatura de acordos, como na tentativa de construção de uma paz positiva.

A partir dessas dificuldades e erros cometidos pelas várias partes envolvidas, entretanto, foi possível refletir sobre os caminhos a serem seguidos e diversas lições serviram como pontos de partida para os processos de paz seguintes. A primeira está focada na “necessidade de se partir de um consenso acerca do significado da paz, pois se para alguns setores bastava a anistia, para o M19 era claro que era insuficiente. O processo se transformou no fim em si mesmo, independentemente das transformações sociais e políticas” (VENEGAS, 2011, p. 95). Assim, a ideia inicial de se considerar causas subjetivas para a violência foi colocada em segundo plano, restando apenas as questões referentes à violência direta presente no conflito, passando a se pensar apenas em questões militares e se esgotando no enfoque exagerado na assinatura de acordos – mesmo quando a intenção era atingir a paz, restava apenas a paz negativa. Ademais, o segundo aprendizado a ser extraído desse momento é a necessidade de coesão em todos os lados que estiverem envolvidos – havendo a necessidade de concordância, principalmente, das Forças Armadas, que deveria ser um dos principais atores nos diálogos. Em resumo, portanto, dominava o país uma visão militarizada, que buscava a vitória sobre o inimigo, sendo esse o pensamento que mais prevalecia dentro dos diversos setores da sociedade e que pode ser entendido como decisivo para o fracasso, a nível institucional, do processo de paz.

2.2.3 Mobilizações sociais pela paz: de 1978 a 1985

As primeiras manifestações pela paz que, posteriormente, se transformariam e ganhariam números cada vez maiores de participantes, nasceram entre os anos de 1978 e 1985, que compreende os mandatos presidenciais de Julio César Turbay (1978-1982) e boa parte do governo de Belisario Betancur (1982-1986) – tendo, nesse último, um Processo de Paz como plano de fundo, iniciando os diálogos e debates acerca de propostas para geração de paz (DURÁN, 2006, p.129). Sendo assim, esse primeiro momento significava que a sociedade civil estava iniciando também o seu contato com o tema da paz, servindo como base para os anos seguintes, quando as ações continuaram crescendo até atingirem seu pico na década de 1990 (FERNÁNDEZ, DURÁN, SARMIENTO, 2004, p.19).

Durante esses primeiros anos, portanto, as ações se restringiam à realização de marchas, protestos e concentrações – que costumavam ser mais intensas nas maiores cidades do país como Bogotá e Medellín – podendo ser destacadas a: *Gran marcha obrera por la vida y la paz* (1982), a *Marcha por el derecho a la vida* (1983) e a *Gran caminata por la paz* (1985) (DURÁN, 2006, p.131). Ademais, outras importantes atividades se refletiam em tentativas de construção de uma consciência em relação à paz, por meio de formações, workshops dirigidos às comunidades locais e debates (DURÁN, 2006, p.130).

Apesar de existirem, no período, as primeiras iniciativas de declarações de territórios como zonas de paz²⁴, as ações de resistência, no geral, ainda eram poucas, refletindo também num baixo nível de enfrentamento direto. Isso pode ser explicado a partir de duas questões. A primeira diz respeito ao foco das ações realizadas nesse momento, isto é, a maior parte das iniciativas estava voltada à conscientização da sociedade em relação à paz. Por outro lado, o segundo ponto que explica o baixo nível de enfrentamento se refere ao fato de que inicialmente não havia organização e participação popular suficiente para pressionar o governo ou os atores armados, assim, “os vários movimentos pela paz, neste momento, eram ainda relativamente limitados e dispersos por todo o país [...]” (FERNÁNDEZ, DURÁN, SARMIENTO, 2004, p.19). Apesar disso, “há que se reconhecer que se constata a emergência de alguns focos ou ‘campanhas’ em que o interesse pela paz começa a ser central, como foram os esforços a respeito da anistia, a abertura democrática, a busca de alternativas para a paz e a negociação” (DURÁN, 2006, p.132). A partir dessas primeiras ações, portanto, traz-se o tema da paz para o meio público, levantando o interesse e fazendo aumentar a participação civil no que diz respeito aos processos de terminação do conflito.

2.2.4 Virgilio Barco Vargas (1986-1990)

No ano de 1986, iniciou-se o governo de Virgilio Barco. Com o fim da administração de Betancur, a ideia de que negociações ou processos de paz não eram efetivos, e, portanto, deveriam ser deixados de lado, passou a ganhar força entre os grupos guerrilheiros – já que, formalmente, não se conseguiu atingir nenhum objetivo, agravando a situação de violência na qual a Colômbia já se encontrava. A partir disso, diversos setores da sociedade colombiana – principalmente as elites, tanto urbanas quanto rurais – fortaleceram e apoiaram a volta do

²⁴ Zonas de paz são áreas territoriais declaradas livres de armamentos e, por conseguinte, livres da influência de qualquer grupo insurgente, paramilitar ou mesmo em relação às Forças Armadas. Sendo assim, são comunidades que buscam lutar contra a violência que antes era presente no dia a dia.

enfrentamento direto e militar em relação às guerrilhas. A vitória por vias militares parecia, portanto, que era algo possível, tanto para a insurgência, quanto para as Forças Armadas, levando ao enfrentamento frontal e à ascensão das ações violentas. Assim,

Devido ao fracasso e o cansaço em relação aos processos de paz além da vitória da visão militar sobre o conflito armado, [...] na primeira parte do governo [de Virgílio Barco] não ocorreram tentativas de se aproximar da guerrilha nem de continuar com o processo de paz que havia sido iniciado com as FARC, durante o governo Betancur. (VENEGAS, 2011, p.97, adaptado pelo autor)

Assim, nesse período, houve um distanciamento da guerrilha em relação ao governo. Com isso, alguns grupos guerrilheiros como o M19 começaram a correr o risco de se dissociarem da luta política, especialmente por dois motivos. O primeiro, diz respeito ao cenário internacional do momento, no qual ocorria o início da fragmentação do bloco soviético, reduzindo, por conseguinte, o apoio financeiro e ideológico aos movimentos guerrilheiros presentes não só na Colômbia, mas em outras regiões da América Latina. Por outro lado, Cuba, que havia sido uma grande inspiração para tais grupos insurgentes, também era enfraquecida com a queda da URSS. Ademais, um segundo ponto seria a associação das guerrilhas ao narcotráfico. Nesse momento, espalhavam-se no território colombiano laboratórios de produção de cocaína, levando muitos dos grupos de esquerda a associarem suas atividades com bases político-sociais a tais atividades ilegais, deixando visível o problema de afastamento do governo em relação à guerrilha e ao tema da paz.

A partir desse cenário, o M19 já começou a realizar análises sobre as reais possibilidades de vitória militar sobre o exército colombiano. Assim, o grupo concluía que não possuiria guerrilheiros suficientes para seguir a luta armada e que esse caminho perdia o seu sentido. Por conseguinte, devido às fragmentações internas e à falta de apoio da sociedade – que condenava a realização de alguns sequestros e a invasão do Palácio da Justiça, em Bogotá –, o M19 possuía apenas duas alternativas, ou “embarcar num processo de paz, com todos os riscos que isso trazia, ou continuar a guerra e serem rejeitados pelas organizações populares, colocando em risco sua visibilidade e sua própria existência [...]” (VENEGAS, 2011, p.98). Começava a ocorrer, portanto, uma forte inclinação ao diálogo para que as questões relativas aos crimes cometidos pudessem ser resolvidas a partir de negociações. Sendo assim, a partir do dia “22 de agosto de 1988 a Comissão de Convivência Democrática trabalhou durante 30 dias para criar condições necessárias para um processo de paz” (VENEGAS, 2011, p.98).

Simultaneamente a isso ocorria também a realização de pesquisas e estudos acerca do fenômeno da violência – financiados pelo Estado colombiano sob o título de *Comisión de Estudios sobre la Violência* – criando assim um campo que passou a ser aprofundado por outros pesquisadores, isto é, a área da *vientología*. Os informes assim gerados foram de grande utilidade para as negociações, já que trilhava com a teoria aquilo que ocorreria na prática. Portanto, a partir da primeira publicação do grupo de *vientólogos* se referia às diferenciações entre violência social e econômica e aquela chamada de violência política. Desse modo, definia-se aquilo que se caracterizava como “violência negociável, a violência política; e a violência não negociável, a violência social e econômica. Essas eram objeto de medidas de transformação social e eliminação da pobreza, enquanto que a primeira seria objeto de uma negociação de paz” (VENEGAS, 2011, p. 98-99). Com essa definição como base, o governo seguiu separando também aqueles grupos que tinham apenas objetivos criminais em relação àqueles que possuíam um ideal construído a partir de desejos políticos, para que pudesse haver tratamentos distintos em cada caso.

A partir disso, portanto, foi possível iniciar diálogos com as guerrilhas, reconhecidas como movimentos de base política, para a construção da paz – iniciativa ligada, igualmente, às reivindicações feitas pela sociedade civil, que buscavam e desejavam uma paz diferente do simples enfrentamento.

Diferentemente do processo de Betancur, esta iniciativa era coerente e pretendia utilizar um único modelo de negociação com todos os grupos guerrilheiros, evitando a anarquia que caracterizava aquele realizado em Betancur. [...] a anistia não era base para o processo e nem o seu objetivo final, mas apenas um elemento dentro de um processo que era muito complexo. (VENEGAS, 2011, p.98)

Ao contrário do processo anterior, Barco buscou estruturar previamente os passos que seriam dados, planejando as tentativas de acordo de maneira mais estratégica. Dessa forma, o processo se estruturava a partir de três etapas: 1) gerar condições de segurança e sobrevivência para aqueles grupos – e seus integrantes – que decidissem dialogar com o governo; 2) estruturar um período de transição, na qual se pensaria sobre os mecanismos que poderiam ajudar nas iniciativas de reintegração; 3) e, finalmente, incorporar a guerrilha à vida civil: tendo o governo como garantidor da participação política e da proteção dos indivíduos que deixassem as armas, o congresso como aquele que aprovaria uma lei de anistia, além da sociedade civil, possuindo papel principal no processo. Ademais, o processo voltava suas maiores preocupações para as causas sociais e políticas do conflito, evitando-se usar a palavra “paz e substituindo-a por três palavras: reconciliação, reabilitação e normalização [...] deste

modo evitava-se reduzir a paz às negociações com a guerrilha, partindo de uma visão mais completa da paz” (VENEGAS, 2011, p.101) – isto é, não se considerava apenas a violência direta, entendendo que apenas assinaturas de acordos e anistias não eram suficientes. Isso explica o empenho do presidente, especialmente, em realizar uma reforma política e em criar uma Assembleia Nacional Constituinte para estruturação de uma nova constituição.

Com isso, o M19 considerou que, pela primeira vez as suas demandas estavam sendo incluídas formalmente nas negociações sem a necessidade da utilização da violência numa luta armada, aceitando, assim, se aproximar do governo e assinar o acordo que tinha início já com o desarmamento e a desmobilização do grupo, inserindo-o na sociedade – além do M19, outros grupos como o MAMQL (*Movimiento Armado Quintín Lame*), o EPL (*Ejército Popular de Liberación*) e o PRT, também assinaram o documento. “A cerimônia de paz ocorreu em Santo Domingo, Cauca, na presença de representantes da comunidade internacional. O grupo entregou as armas à Comissão Técnica da Internacional Socialista [...], sobretudo, para comprometer a comunidade internacional com a vigilância do processo” (VENEGAS, 2011, p. 101). Ademais, internamente, o país contava com a *Comisión Nacional de Reconciliación y Rehabilitación*, servindo como dispositivo governamental para construção da paz, criada para servir como base institucional e perdurar até o governo seguinte.

A partir desse cenário torna-se possível perceber as distinções entre o processo anterior, em Betancur, e aquele realizado durante o governo de Virgilio Barco. Entre elas, encontra-se o objetivo da não fragmentação das negociações, isto é, buscando estruturar uma agenda única que pudesse ser utilizada com todos os grupos e envolver toda a sociedade – reduzindo as chances de isolamento do presidente em relação à construção da paz. Ademais, no que diz respeito a essa tentativa de envolver outros setores da sociedade, o governo buscou dialogar com partidos políticos e o congresso, evitando que tivessem o papel de *spoilers* e diminuindo a divisão de poderes apenas entre conservadores e liberais – como no período da Frente Nacional. Um último ponto a ser trazido como algo que foi decisivo para o sucesso dos acordos – observando o processo formal – está voltado à inclusão da sociedade civil: “foram criados espaços regionais e nacionais de discussão de reformas [...]. Um desses espaços eram as mesas de consulta e análises que buscavam canalizar as contribuições cidadãos para as reformas que o país necessitava” (VENEGAS, 2011, p. 100). Sendo assim, mesmo que a participação da sociedade não fosse a única variável a ser considerada ou aquela determinante

para a assinatura de acordos, serviu para que as reivindicações, os protestos e os desejos dos colombianos pudessem ser defendidos diante do governo nacional, durante as negociações.

2.2.5 César Gaviria Trujillo (1990- 1994)

Os acordos firmados entre governo e os diversos grupos guerrilheiros, entre eles o M19, assim como trazido anteriormente, tiveram grande importância, já que abriram caminho para novas iniciativas de paz que pudessem tratar o conflito por meio do diálogo também com as demais guerrilhas que ainda permaneciam ativas – as principais sendo as FARC e o ELN, que seguiram ativas para além desse período.

Dando continuidade, portanto, às iniciativas de Virgilio Barco, nos primeiros anos de governo de César Gaviria Trujillo (1990-1994), mais precisamente entre 1991 e 1992, são realizados encontro em Caracas e Tlaxcala em busca de uma saída negociada para o conflito. Nessa iniciativa houve dois pontos positivos que devem ser destacados. O primeiro diz respeito à inclusão – podendo ser considerado, talvez, como uma das maiores conquistas desse processo – das Forças Armadas, colocando tal instituição dentro da mesma lógica que se buscava envolver toda a sociedade. Assim, fazendo uma pequena comparação entre tal processo e aquele implantado por Betancur, percebe-se que esse foi um ponto definidor para a continuação dos acordos iniciados na administração Barco. Assim sendo, “a conquista mais importante do governo Gaviria foi o envolvimento das Forças Armadas no processo de paz. [...] para Gaviria o sucesso do processo dependia da neutralização dos militares como sabotadores” (VENEGAS, 2011, p.101).

Ademais, o segundo ponto a ser colocado em relevo é a grande abertura à participação de todos os setores possíveis, buscando desenvolver diálogos com diversos níveis sociais, preocupando-se com a inclusão dos indivíduos em geral e dos movimentos pela paz. Por outro lado, é necessário sublinhar a abertura para a participação não só dos atores internos, mas também dos externos, podendo identificar os Estados Unidos como os principais participantes, tanto por meio de financiamentos, quanto de apoio político (CAMP, VENEGAS, 2011, p.67). A partir disso, portanto, durante do governo Gaviria, conseguiu-se, pela primeira vez, alargar e multiplicar os diálogos, atingindo também as bases dos grupos guerrilheiros, isto é, indo além das negociações apenas com as elites – ou membros da cúpula – de cada guerrilha, “sendo possível afirmar que se trata de um processo altamente participativo” (CAMP, VENEGAS, 2011, p.34).

Tendo alcançado o objetivo principal do processo – com o M19, EPL, MAMQL e PRT –, que se centrava na tentativa de desmobilização dos grupos e reinserção dos guerrilheiros na sociedade, Gaviria buscou dialogar também com as outras guerrilhas, em especial, com as FARC. Todavia, as conversações são rompidas quando as FARC voltam a realizar sequestros. A partir disso, Gaviria lança a estratégia política conhecida como guerra integral ou guerra frontal. Tal política de embate foi realizada entre os anos de 1990 e 1994. Sua elaboração ocorreu em reação à resposta hostil, por parte dos grupos guerrilheiros, às tentativas de diálogo e negociações anteriores. O governo desenvolveu, então, uma política de ofensiva permanente, com altos investimentos no termo bélico, fomentados, inclusive por novos "impostos de guerra". As consequências desse período foram investidas muito agressivas, especialmente por parte das FARC e do ELN, em setores distintos do governo, desde a mais comum violência urbana, até o ataque a infraestrutura petrolífera do país, causando severos prejuízos e uma crise energética no país. Por outro lado, os grupos paramilitares se multiplicaram travando grandes disputas territoriais com as guerrilhas (COLOMBIA-SA, S/A).

2.2.6 Institucionalização das mobilizações: de 1986 a 1992

Durante esse intervalo, que vai do ano de 1986 a 1992, ocorre a estruturação, de fato, dos movimentos de paz na Colômbia. As iniciativas que antes eram espalhadas em todo o território e desconectadas umas das outras, nesse período conseguem se consolidar, se espalhando por todo o território – chegando a localidades afastadas das grandes cidades (DURÁN, 2006, p.134). Ademais, aumenta também, significativamente, o número de atividades coletivas para a geração de paz.

Dois eventos na esfera política definem esse período e têm importância especial para as mobilizações pela paz: o processo de negociação e desmobilização do Movimento 19 de Abril (M-19), o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), o Movimento Armado Quintín Lame (MAMQL), e a reforma constitucional de 1991 que abriu e deu vida a participação democrática na Colômbia. (FERNÁNDEZ, DURÁN, SARMIENTO, 2004, p.19)

Além disso, outros dois fatores também influenciam diretamente o crescimento das mobilizações e, mais especificamente, daquelas com poder formativo, como é o caso dos foros, encontros e seminários. O primeiro se refere ao fato de que a violência cresce no

período – principalmente advinda do paramilitarismo, na chamada guerra suja²⁵, e do extermínio de membros da UP – fazendo com que esses espaços de debate e formação, se transformassem em locais onde a população poderia denunciar a violência sofrida (DURÁN, 2006, p.134). Exemplos disso, seriam a criação do *Foro por el derecho a la vida, la paz y la libertad* e o *Foro por los derechos humanos, la paz y el derecho a la vida*. Em segundo há o fato de que nesse período ocorreram processos de paz e, por esse motivo, grupos guerrilheiros foram desmobilizados e os diálogos com as FARC e o ELN deram seus primeiros passos, gerando assim, espaço para debates acerca das alternativas para construção da paz (DURÁN, 2006, p.135).

Entretanto, nesse momento, surgem outras formas de ação coletiva pela paz que começam a ser empregadas e a se fortalecer, aumentando o repertório de formas atuação. Entre elas, estão as mobilizações e marchas em favor da paz, que cresceram rapidamente, contando com uma massiva participação civil, como é o caso da marcha realizada em Medellín no dia 12 de setembro do ano de 1986, na qual 20.000 pessoas estiveram presentes, ou em Bogotá, no ano de 1989, onde foram mobilizados 20.000 estudantes (DURÁN, 2006, p.137). Tal dinâmica se espalhou por todo o território. Nesse ponto, emergiram com mais força os protestos contra as agressões realizadas pelos guerrilheiros, como os sequestros ou os atentados à estrutura elétrica das cidades, levando ao lançamento de uma campanha a nível nacional contra o terrorismo.

Outra frente de ação que surgiu e se estabeleceu nesse período foram os processos de concertação social, podendo ser destacados os diálogos regionais que aconteciam “com participação governamental, em busca de consensos em torno de alternativas para resolver as críticas situações de violência que estavam sendo apresentadas” (DURÁN, 2006, p.136). Dessa forma, tais colóquios passaram a ser difundidos por boa parte do território colombiano, chegando, em algumas áreas, a fomentar a realização de pactos sociais para o desenvolvimento e geração da paz.

A partir dessas iniciativas, portanto, nascem organizações que se propõem a trabalhar pela paz nos diversos âmbitos. Localmente, algumas se destacam, como é o caso da *Corporación Viva la Ciudadanía*, que surgiu em 1991 com o propósito de reformular a maneira de inserção da sociedade, no âmbito político, buscando abrir espaços para maior interação dos cidadãos com o governo, criando novas possibilidades de participação direta da

²⁵ Esse período – entre os anos de 1886 e 1889 – foi chamado de “guerra suja” por causa do aumento sem precedentes da violência política no país, realizada principalmente pelos paramilitares, por meio de massacres que não só atingiam os guerrilheiros, mas também a população civil (DURÁN, 2006, p.141).

sociedade. Outro relevante grupo é o *Centro de Investigación y Educación Popular (CINEP)/Programa por la paz*, criado em 1987 com o objetivo de construir uma paz atrelada à justiça, além de, por meio de pesquisas, cooperar com o fornecimento de dados sobre violência e paz. Por fim, outra organização de grande importância foi a *Comisión de Convivencia Democrática*, que serviu como instrumento de pressão sobre o governo de Virgilio Barco para que acontecessem negociações com grupos guerrilheiros e propostas para um processo de paz (FERNÁNDEZ, DURÁN, SARMIENTO, 2004, p.19).

Ademais, na época em questão, diferentemente dos anos anteriores, se percebe um aumento no grau de resistência e confrontabilidade das ações. Isso ocorreu principalmente por dois motivos. O primeiro diz respeito à supracitada ampliação dos atos públicos em defesa da vida e contra a violência, isto é, a população estava se colocando em posição de ator questionador e, por isso, existiam mais confrontos. Em segundo, há o início de iniciativas de ocupação de alguns espaços. A primeira ocorreu em 1988,

quando pessoas de distintos setores sociais [...] ocuparam a sede das Nações Unidas para tornar pública uma série de denúncias de desaparecimentos forçados. As outras cinco aconteceram em 1992 realizadas por ex-guerrilheiros reinseridos à vida civil em 1990/1991, para reivindicar o cumprimento dos acordos de paz com o governo (DURÁN, 2006, p.138).

Por outro lado, outras formas de iniciativas de resistência surgiram também nessa mesma época. A mais relevante e genuína, entre essas, que serviria como base para outras comunidades nos anos seguintes, foi a criação da *Asociación de Trabajadores Campesinos del Carare*, no ano de 1987. Era assim definido o primeiro território auto-proclamado como zona de paz e diálogo, buscando a reconstrução das relações rompidas pela guerra.

Assim, a partir desse momento, houve um aumento no poder de pressionar os órgãos públicos. Isso ocorreu motivado também pelo fato de que essas mobilizações conseguiram, nesse momento, se espalhar e atingir boa parte do território colombiano. Tal crescimento não se restringiu apenas ao nível nacional, mas, passou a prevalecer nos âmbitos locais e regionais, imprimindo um perfil específico às mobilizações que viriam a se desenvolver no país (DURÁN, 2006, p.139). Ademais, esse florescimento se dá não só números de municípios alcançados, mas em zonas inteiras que passam a possuir forte ativismo em favor da paz.

A partir disso, é possível afirmar que nesse período emergem fortes ações que têm como foco o fim do conflito, geradas, principalmente, em resposta aos altos índices de violência (DURÁN, 2006, p.141). A violência foi, portanto, o motor dos protestos, levantes e

ações em favor da vida. Desse modo, as atividades realizadas no fim dos anos 1980 e início dos anos 1990 embasaram o aumento exponencial de atuações no período seguinte, gerando novos espaços políticos de diálogo – dentro da concepção dos processos formais de paz –, mas também abriram espaço para a atuação da sociedade, de maneira espontânea e criativa, na construção da paz.

2.2.7 Ernesto Samper Pizano (1994-1998)

Nas eleições do ano de 1994, o liberal Ernesto Samper – derrotando o conservador Andrés Pastrana, em sua primeira tentativa – tornou-se presidente, amparado, especialmente, pela boa recepção da sociedade em relação à proposta da desmilitarização de algumas regiões, facilitando assim o diálogo com os guerrilheiros. No entanto, seu mandato ficou marcado por uma série de escândalos e polêmicas que englobavam um suposto envolvimento do presidente com os grupos guerrilheiros, indicando um possível financiamento de sua campanha eleitoral com dinheiro advindo das práticas ilegais – especialmente do narcotráfico –, gerando, portanto, o afastamento de diversos atores internacionais, entre eles, os EUA, que representavam o maior parceiro comercial e político da Colômbia (ALVES, 2005, p.75).

A partir disso, o país começou a entrar numa profunda crise econômica que se aliou a um período em que o país passava por condições climáticas adversas, agravando ainda mais a situação. “Como efeito do fenômeno denominado *El Niño*, em outubro de 1997, em meio à crise econômica, metade das províncias sofria com a seca, a qual havia destruído 200.000 hectares da safra de algodão em apenas três meses” (ALVES, 2005, p.76). Tal cenário levou o governo Samper, ainda mais, à beira do colapso.

Por conseguinte, com todas as dificuldades enfrentadas pela Colômbia, esperava-se que, nesse contexto, o presidente seria afastado ou que algum outro órgão agisse para buscar saídas para a crise econômica e para o conflito, que se acentuava ainda mais. Porém, ao permitir que Samper continuasse governando, “expuseram a fraqueza do Congresso e fortaleceram as Forças Armadas enquanto instituição oficial ainda dotada de alguma legitimidade” (ALVES, 2005, p.104).

Diante disso, apesar de não possuir nenhuma iniciativa formal de diálogo para a construção da paz, sendo aquele que menos investiu em qualquer iniciativa para se chegar ao fim do conflito, o período do governo de Ernesto Samper pode ser visto como uma das causas ou um dos fatores que pode explicar o aumento do envolvimento civil com a causa da paz. A

sociedade, portanto, se viu obrigada a agir e a pressionar o governo para que fosse realizado um processo de paz no sentido mais amplo, no qual o objetivo a ser atingido não se resumisse apenas à paz negativa, por meio de assinatura de acordos com as guerrilhas, mas também a geração de paz positiva, isto é, uma paz que fosse sinônimo de equidade, justiça e uma real reconciliação.

2.2.8 O grande aumento nas mobilizações: de 1993 a 1999

Desde o início com as primeiras iniciativas para a construção da paz, não houve nenhum período com tantas ações como o espaço temporal que vai de 1993 a 1999. Ele corresponde ao auge do ativismo e da mobilização pela paz, não só em números, como também em objetivos alcançados por meio da atividade social. Isso ocorreu de maneira reativa ao grande aumento da violência no período – não só por parte da guerrilha e dos paramilitares, mas também realizada pelo governo e suas políticas.

Os movimentos políticos que definiram as mobilizações pela paz nesse período foram a declaração da “guerra integral” pela administração de Gaviria e a crise decorrente do Processo Judicial 8000 a respeito da doação de dinheiro do tráfico de drogas para a campanha eleitoral do presidente Ernesto Samper. (FERNÁNDEZ, DURÁN, SARMIENTO, 2004, p.20)

Assim, tal crise provocada durante o governo Samper serviu como motivador para o envolvimento em relação à paz, de setores como o do empresariado (ALVES, 2005, p.75). Houve uma movimentação no setor que se traduziu em um documento, promulgado durante a Assembleia Nacional da *Asociación Nacional de Empresarios de Colombia* (ANDI) de 1999, trazendo o posicionamento favorável dos empresários em relação à Agenda Comum por uma nova Colômbia. Agenda essa que tinha como pauta a preocupação com a qualidade de vida da população colombiana e com uma distribuição de renda mais equitativa, incluindo a realização da reforma agrária integral – buscando uma relação democrática entre Estado e sociedade (ALVES, 2005, p.75).

Dessa forma, principalmente no fim dos anos 1990, isto é, entre 1997 e 1999 – fim do governo Samper, período eleitoral e início da administração de Andrés Pastrana – houve uma escalada das ações pela paz. Assim,

Não só foi evidente a existência de uma demanda pública, organizada e massiva pela paz [...] mas igualmente uma cobertura geográfica de caráter nacional e uma extensa rede de organizações com uma identidade e segurança de sua atuação como conglomerado (DURÁN, 2006, p.141)

Ademais, as mobilizações sociais pela paz continuaram aumentando seu repertório de ações e consolidando as estratégias próprias – resistência civil, criação de zonas de paz e prêmios pela paz. Assim, numa tentativa de transformar o cenário violento já instaurado e inserir a cultura de paz no cotidiano colombiano, as ações de formação, debates e educação foram amplamente utilizadas – assim como no início com as primeiras iniciativas –, chegando a representar 56% das ações realizadas no período (DURÁN, 2006, p.142). Algumas dessas principais atividades – periódicas ou pontuais – em formato de campanhas e programas com o propósito de promover a defesa à vida, aos direitos humanos e à convivência cidadã pacífica, foram: a *Semana por la paz*; *Semilleros por la paz*; *Jornadas de desarme*; *Gertores de paz*; *Cultura para la vida*; *Paz y equidad entre mujeres y hombres*; *Un cuento por la paz*; *Mujeres por la paz*; *Quiero mi colegio en paz*; *Los derechos humanos son paz*; *Deja tu huella en siglo XX: adiós a la violencia*; e *La paz de los mil días*²⁶ (DURÁN, 2006, p.142-143).

Além desse viés, outros formatos voltados à educação foram fortalecidos, como é o caso dos encontros, foros e seminários, gerando debates em relação ao tema da paz e sobre como fomentá-la. Alguns desses eventos devem ser destacados pelo significativo resultado político e social, dando origem a importantes organizações responsáveis pela inserção da sociedade civil como atores importantes para a construção da paz, entre eles estão o *Encuentro Nacional de Iniciativas contra la Guerra y por la Paz*, que serviu de base para a criação, em 1993, da *Redepaz*²⁷; já no ano de 1995, o *Seminario Nacional Paz Integral y Sociedad Civil*²⁸; a *Cumbre del Mandato de los Niños por la Paz*²⁹ e a *Asamblea por la Paz*³⁰, no ano de 1996; em 1998, a *Primera Plenaria de la Asamblea Permanente de la Sociedad*

²⁶ Era uma tentativa de contrapor-se e gerar conscientização da sociedade fazendo uma crítica à guerra civil que marcou profundamente a história do país, durante o século XX e que ficou conhecida como *Guerra de los Mil Días*.

²⁷ A "Red Nacional de Iniciativas por la Paz y contra la Guerra" (REDEPAZ) é uma organização que surgiu no ano de 1993, como iniciativa civil com o intuito de articular diversos processos regionais que se opunham à extensão da guerra e da violência. A Redepaz atua em todo o território nacional colombiano, tendo como objetivo a construção de uma nação que tenha como eixo a paz, a civilidade e a democracia (Acessar: <http://www.redepaz.org.co/>).

²⁸ Foi o seminário que significou o auge dos encontros que haviam sido realizados no país com o objetivo de discutir propostas para um futuro processo de paz, contando com a participação de membros da guerrilha.

²⁹ Realizado para dar sequência ao *Mandato de los Niños y Niñas por la Paz*, que aconteceu no ano de 1996 e surgiu da colaboração entre diversas instituições tais como a Redepaz, a UNICEF- Colômbia além de mais de 20 outros aliados. O Mandato possuía o objetivo de elevar o protagonismo das crianças na luta pelos seus direitos em meio aos conflitos do país.

³⁰ "Assembleia de caráter nacional convocada pela *USO, Ecopetrole a Oficina del Alto Comisionado para la Paz*, que promulgou a constituição de um amplo movimento nacional pela paz, proposta que buscou concretizar-se dois anos depois na primeira plenária da *Asamblea de la Sociedad Civil por la Paz*." (DURÁN, 2006, p.144)

*Civil por la Paz*³¹; e, por fim, o encontro do *No Más*, em combate aos sequestros e desaparecimentos forçados (1999).

A criação das organizações ou a expansão das existentes alcançou, nesse intervalo temporal, seu maior crescimento. As mais importantes instituições foram criadas, como é o caso da *Redepaz* (1993); do *Comité de Búsqueda de la Paz y la Comisión de Conciliación Nacional* (1995); *Ruta Pacífica de las Mujeres* (1996); *La Red de Universidades por la Paz y la Convivencia* (1997); *Consejo Nacional de Paz y la Asamblea Permanente de la Sociedad Civil por la Paz* (1998) (DURÁN, 2006, p.144).

No que diz respeito à atuação política direta, “até os anos finais do período de 1997 a 1999, se consolidaram os conselhos e as comissões locais e regionais que têm como fim impulsionar os diálogos e os processos de concertação sociais” (DURÁN, 2006, p.145). Exemplos relevantes disso são: a construção de uma proposta, em 1997, de política pública voltada à paz a ser realizada pelo Estado; a criação da *Frente Social Amplio por la Vida e contra la Guerra*, em 1998; e o estabelecimento de grupos de trabalho pela paz a nível local – considerando aquelas comunidades mais afastadas do território e os grupos étnicos minoritários. De igual modo, ações voltadas às questões eleitorais, de fato, tiveram grande efeito em ocasiões como é o caso da campanha *Voto en Blanco por la Paz* – que recebeu o apoio de diversas organizações (DURÁN, 2006, p.146).

Ademais, um dos fatores mais importantes a ser destacado é o crescimento dos atos de protesto e das declarações de zonas de paz. As marchas e ações de contestação tornaram-se mais massivas³², ganhando assim grande importância e alcançando o objetivo de alertar a população em relação à violência sofrida, ao mesmo tempo em que pressionavam o governo que iria ter início a partir de 1998, entre elas: *La vida se toma Medellín*³³, *Abriendo el camino de la paz*³⁴, *Ruta pacífica de las mujeres hacia Urabá*³⁵, além das inúmeras realizadas em apoio ao *Mandato por la Paz*³⁶, e o *No Más*³⁷. Por outro lado, diversas áreas do território colombiano se declararam nesse período, afirmando a força das iniciativas locais – que

³¹ Plenária antecedida por diversos congressos regionais, departamentais e setoriais.

³² “Mais de 2,5 milhões de pessoas participaram de 40 marchas entre abril e setembro, e mais de 8 milhões de pessoas mobilizadas em 24 de Outubro de 1999, participando de passeatas e eventos em mais de 180 municípios [...]” (FERNÁNDEZ, DURÁN, SARMIENTO, 2004, p.21)

³³ Realizada em 1993 “[...] tem uma participação de 40.000 pessoas, que protestam contra a situação de violência que se vive na cidade.” (DURÁN, 2006, p.147).

³⁴ A marcha estudantil ocorreu em 1995 objetivando abrir caminho à tolerância, ao diálogo e ao respeito à vida.

³⁵ Realizou-se em 1996, com os objetivos de rejeitar a violência contra a mulher, pedir uma saída negociada do conflito e declarar que se negavam a conceber mais filhos condenados à guerra.

³⁶ Em 1997 foram realizadas diversas marchas para pedir ao governo que considerasse o diálogo como único mecanismo que poderia colocar fim no conflito.

³⁷ Marchas massivas contra os sequestros, realizadas durante todo o ano de 1999, mas principalmente no dia 24 de outubro quando ocorreram em 180 municípios em toda Colômbia.

ocorriam independentemente do processo formal, mas que construíam a paz – zonas de neutralidade³⁸ sendo “por um lado, uma clara manifestação de fadiga frente à situação de violência e, por outro lado, por ter ultrapassado o ‘limite do medo’ (cf. Albo, 1993), que provocam as ações violentas dos vários atores armados” (DURÁN, 2006, p.148). Uma dessas comunidades é a *Comunidad de Paz de San José de Apartadó*, criada em 1997, como forma de resistir ao massacre cometido na região. Assim, declarou-se como zona neutra frente ao conflito, rejeitando a presença de todos os grupos armados no seu território.

A partir de todas essas iniciativas houve, portanto, uma grande ampliação do alcance territorial, passando de 147 municípios que possuíam projetos locais para a construção da paz, para 350. Assim, diante disso, é possível afirmar que, de fato, nesse período as mobilizações ganharam uma dimensão nacional – com presença maior em municípios que enfrentavam um alto índice de violência. Ainda, segundo Durán é possível perceber a:

[...] existência de dois recursos operantes dentro do movimento pela paz: um de caráter regional, que envolvia mobilizações massivas e buscava ter impacto nas políticas governamentais, particularmente nos processos em curso, e outro de ordem local, que implicava na realização de um trabalho formativo e organizativo de médio a longo prazo, que buscassem gerar diversas expressões de poder nos processos regionais e locais (2006, p.149, tradução nossa).

Apesar da rápida multiplicação das ações, um ponto importante a ser destacado diz respeito ao fato de que em nenhum momento, as mobilizações se traduziram em atos que se utilizassem da violência para alcançar seus objetivos, sendo, de fato, movimentos pela paz que agiam de maneira não violenta. Assim, “[...] não se registra nenhuma [ação] que tenha implicado no uso da violência ou o choque violento com as autoridades” (DURÁN, 2006, p.149). Dessa forma, esse período representa o vértice das mobilizações sociais pela paz na Colômbia, agindo não apenas de forma pontual, mas possuindo um caráter decisivo – a ponto de ser responsável pela realização de um processo de paz formal entre governo e FARC, a partir do ano de 1999 –, com uma imensa rede de organizações em todos os níveis, desde o nacional ao local, articulados e consistentes.

A partir do que foi descrito, portanto, é possível sintetizar todas as informações, numa tentativa de entender como a busca pela paz, apesar de profundamente diversificada, sempre esteve presente durante a história política da Colômbia – ver Tabela 6.

Tabela 6 - Processos de Paz de 1978 a 2010

³⁸Parte delas fazia parte do programa *Cien Municipios de Paz*, realizado pela Redepaz em todo o território.

	Julio César Turbay Ayala (1978 -1982)	Belisario Betancur Cuartas (1982 - 1986)	Virgilio Barco Vargas (1986 - 1990)	César Gaviria Trujillo (1990 - 1994)	Ernesto Samper Pizano (1994 - 1998)
Balança Militar	Confiava-se na derrota militar da guerrilha. Por isso a anistia se concedia como instrumento para premiar a entrega das armas e a desmobilização.	As duas partes confiavam na vitória militar. Se entrava no processo de paz convencido que, de toda forma, a vitória militar era possível.	O M-19 entra convencido que a vitória militar não é possível. O governo necessita do processo de paz para não disputar a guerra em várias frentes.	Continuação da política de paz iniciada no governo Barco.	As FARC melhoram o seu desempenho militar e estão convencidas que podem ganhar a guerra pela via militar.
Dilema de Segurança	Os grupos guerrilheiros desconfiavam das Forças Armadas e de seu respeito aos acordos.	Vários militares foram assassinados. Começou o processo de extermínio da União Patriótica.	Existia desconfiança no processo, mas a entrega de armas do M-19 se fez pública, para garantir a segurança dos combatentes.	O M-19 está comprometido com a paz e assume os riscos do que isso significa.	A memória da UP impede o desenvolvimento do processo de paz.
Papel das Terceiras Partes	Não houve intervenção internacional.	Houve escasso apoio internacional.	A comunidade internacional, em especial a Internacional Socialista, serve de garantia dos acordos.	A comunidade internacional, em especial a Internacional Socialista, serve de garantia dos acordos.	
Sabotadores	As Forças Armadas e o governo nacional eram os principais sabotadores do processo de paz.	As partes na mesa de negociação eram os principais sabotadores do processo.	As Forças Armadas são controladas e se não apoiam o processo, tampouco o sabotam.	As Forças Armadas são controladas e se não apoiam o processo, tampouco o sabotam.	
Dispositivos de negociação	Comissão de Paz. Seu objetivo era explorar novas possibilidades para a paz e criar as condições que permitem a revogação do estado de emergência.	Comissão de Paz Assessora do Governo Nacional.	Conselho para a Reconciliação, Normalização e Reabilitação, CRNR.	Conselho para a Paz.	Escritório do Alto Comissariado para a Paz.
Agenda de negociação	Mínima. Se exigia desmobilização e desarme.	Mínima, pois se supunha que o governo não estava trabalhando nas causas objetivas da violência. Os grupos guerrilheiros têm uma agenda máxima.	Mínima, pois há um acordo para a desmobilização e para garantir a participação política para conseguir as reformas por vias democráticas.	Mínima, pois há um acordo para a desmobilização e para garantir a participação política para conseguir as reformas por vias democráticas.	

Comportamento dos atores do conflito	Violações massivas de direitos humanos. Denunciadas pela Anistia Internacional.	Violações de direitos humanos. A tomada do Palácio da Justiça leva ao fim o processo de paz no governo Betancur.	As guerrilhas assumem uma atitude diferente frente à guerra. O M-19 sequestra Álvaro Gómez e o compromete à busca da paz.	Atitude de diálogo das guerrilhas. O maior problema para esse governo vem do Cartel de Medellín e sua guerra terrorista.	As FARC começam a prática de sequestros massivos.
Participação social	Escassa participação cidadã. Ainda surgiam as primeiras mobilizações pela paz.	Participação em apoio aos atores do processo. Mas não se trata de um movimento organizado.	Se dá uma incipiente participação. Há começos de mobilização pela paz.	Surge o movimento pela paz, com força. Surgem nessa época mobilizações nacionais pela paz como a REDEPAZ e Viva la Ciudadanía.	Os movimentos pela paz fazem com que os atores armados sentem para negociar.

VENEGAS, 2011, p. 117-118, adaptado pelo autor.

Embora tenham sofrido severas mudanças, as iniciativas para a construção da paz foram um elemento crucial nos governos supracitados, e tenderam a definir o direcionamento político de cada um. Ademais, outro ponto que fica visível ao se observar a tabela é o fato de que as tentativas de negociação ou os processos de paz que foram conduzidos nesses períodos possuíram diversos erros em comum, advindos da repetição das mesmas estratégias empregadas – da mesma, forma, como se pôde observar, a constata influência de uma série de atores, entre externos e internos, que hora cooperavam, hora sabotavam as negociações. Não obstante, a participação social no processo foi uma das variáveis mais constantes durante todo o período abordado, obtendo, já antes de um acordo formal, a paz nos mais diversos locais da Colômbia.

3 INICIATIVAS PELA PAZ NA COLÔMBIA: OS PROCESSOS FORMAIS DE 1998 A 2016 E A RELEVANTE ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS PELA PAZ

Nesse capítulo serão abordados os períodos dos dois processos de paz mais recentes, nos governos de Andrés Pastrana Arango (1998-2002) e Juan Manuel Santos (2010-2016), que, por suas propostas, demonstravam estar voltados às questões sociais mais profundas presentes no conflito – levando em consideração também o governo que atuou entre os dois períodos, de Álvaro Uribe (2002-2010), entendendo que ele também teve importância no cenário abordado, apesar de não terem ocorrido iniciativas formais de negociação durante essa administração. Dentro desses dois períodos serão analisados, especialmente, os movimentos pela paz que atuaram em cada momento, buscando compreender o peso de suas ações, não só na mesa de negociações e nos acordos alcançados, mas, especialmente, na construção da paz local, nos níveis mais micro da sociedade. A partir disso, portanto, será realizada a comparação entre cada momento, buscando analisar os processos de paz e buscando identificar as rupturas ou continuidades nas atividades dessas organizações que trabalham pela paz.

3.1 O GOVERNO PASTRANA (1998-2002)

Diante das dificuldades vivenciadas durante a administração Samper, a sociedade civil buscou, a partir da participação por meio de vários canais, modificar e determinar o cenário seguinte, trazendo o tema da paz novamente, como nas eleições de 1982. Com isso, nas eleições do ano de 1998, o conservador Andrés Pastrana, em sua segunda tentativa, é eleito para governar o país. A plataforma política de sua candidatura se apoiou nas aspirações por um Processo de Paz, advindas, justamente, de grande parte da população que se inseriam, cada vez mais, nas várias mobilizações em favor da terminação do conflito a partir do diálogo – seu adversário, Horacio Serpa, se utilizou de uma plataforma bastante semelhante, reforçando a legitimidade de tal estratégia, junto ao eleitorado colombiano, naquele momento.

Em uma jogada arriscada, o candidato conservador Andrés Pastrana viajou para a selva para se encontrar com Manuel Marulanda "Tirofijo", líder das FARC. A foto da reunião foi publicada em vários jornais da Colômbia e a mensagem enviada foi a de que as FARC estavam dispostos a negociar a paz com o governo de Pastrana, se

ele fosse eleito. Naturalmente, Pastrana foi eleito com um mandato claro para alcançar a paz com as FARC (VENEGAS, 2011, p.104).

Desse modo, dotado de maior capacidade de dialogar diretamente com líderes e membros das FARC³⁹, Pastrana foi eleito, mesmo que com uma mínima diferença no percentual dos votos de 51% a 47% referentes ao outro candidato (ALVES, 2005, p.74).

Durante sua campanha, Andrés Pastrana baseou seu projeto de governo na proposta de um novo Processo de Paz, o que se confirmou no primeiro ano de mandato, com o lançamento do mesmo. Entretanto, como foi recorrente durante a década de 90, o início do seu governo foi marcado por uma desaceleração no ritmo de crescimento do país. Desde 1997, os cenários futuros para a Colômbia eram preocupantes e em 1999 o país imergiu em uma crise sem precedentes que atingiu fortemente a sua economia (ALVES, 2005, p.34). Assim, não só o conflito violava os direitos humanos, mas, além disso, por causa das dificuldades financeiras o Estado deixava, ainda mais, de atender às necessidades básicas da população.

3.1.1 A dimensão formal: o processo de paz na mesa de negociações bilaterais

O primeiro encontro de Andrés Pastrana com as FARC aconteceu logo após sua eleição, em 1998, para iniciar os diálogos de um possível Processo de Paz. Em setembro do mesmo ano, era anunciada a criação de zonas desmilitarizadas (ver Mapa 3)⁴⁰ – condição imposta pelas FARC para que o Processo tivesse início – que possibilitaram a ocorrência das negociações em situação de maior abertura (ALVES, 2005, p.76). Contudo, essa foi somente uma das cinco condições exigidas pelo grupo guerrilheiro⁴¹. Complementavam as demandas as seguintes: “(1) o reconhecimento do caráter político da guerrilha, (2) a ‘descriminalização’

³⁹ No que diz respeito à interação entre Pastrana e os movimentos de guerrilha, é válido ressaltar que aquele, durante a sua campanha, enquanto prefeito da cidade de Bogotá sofreu um sequestro por parte do cartel de Drogas de Medellín. Sua campanha ficou em suspenso, houve protestos generalizados e greve de jornalistas. Foi libertado pela polícia oito dias depois. Após isso, Pastrana se empenhou em criar, sob o slogan “Uma aliança para a mudança”, políticas de auxílio social, votadas ao aumento de empregos, melhorias nas condições de moradia e infraestrutura, garantia à boa alimentação e educação, além de programas voltados à geração de segurança e paz. Com isso, Andrés Pastrana começava a ganhar a confiança e a credibilidade não só por parte da sociedade, mas também das FARC que, de uma maneira ou de outra, vinham reivindicando as mesmas questões desde a sua criação (SIMONS, 2004).

⁴⁰ Previstas para durarem noventa dias, as zonas desmilitarizadas foram uma iniciativa do governo colombiano, com o objetivo de facilitar o diálogo com as FARC. Abrangia San Vicente del Caguán, em Caquetá, e de La Uribe, Mesetas, La Macarena y Vista Hermosa, em Meta, com uma extensão de 42.139 Km². Na prática, significava a suspensão das atividades de monitoramento e controle, nas regiões, além da suspensão de ordens de captura contra alguns líderes do movimento guerrilheiro (ALVES, 2005, p.76).

⁴¹ Em contra partida o governo apenas apresentava uma agenda com pontos a serem discutidos, porém buscando aceitar as condições colocadas pela guerrilha, a fim de facilitar o início dos diálogos (ALVES, 2005, p.76-77).

do protesto social, (3) o fim do pagamento à sociedade por serviços de inteligência, na base de recompensas e (4) o desmantelamento dos grupos paramilitares⁴²” (ALVES, 2005, p.76).

Mapa 3 – Zonas Desmilitarizadas



Fonte: BBC, 2002.

Dessa forma, num evento realizado em Sán Vicente del Caguán, no dia 7 de janeiro de 1999, as negociações foram oficialmente iniciadas⁴³. Desta feita, o líder do grupo guerrilheiro não compareceu, levando as tentativas de reconciliação à um início menos otimista do que se esperava. Além disso, apenas doze dias depois, em resposta a um massacre cometido por grupos paramilitares, os diálogos foram paralisados pelas FARC – esse congelamento das negociações continuou até abril desse mesmo ano (ISACSON, 2000, p.8). Esse impasse causou o retorno das FARC à realização de sequestros e ao descumprimento dos acordos, durante o rompimento com o governo, exigindo, portanto, um posicionamento claro em relação à ação paramilitar. Após esse período de empecilhos, as negociações voltaram a

⁴² Algumas campanhas foram lançadas para cumprir essa exigência, no entanto, elas não alcançaram êxito – como a lançada em 1998 e “denominada ‘Bloco de Busca’[...]; depois, um ‘Centro de Coordenação para a luta contra os Grupos de Autodefesa’ foi anunciado em fevereiro de 2000; e, por último, um ‘Comitê Anti-Assassinatos’ foi declarado em vigor em janeiro de 2001.” (ALVES, 2005, p.77).

⁴³ Após a oficialização das conversações, as FARC apresentaram ao governo, um documento intitulado “Plataforma para um Governo de Reconstrução e Reconciliação Nacional”, que apresentava o posicionamento da guerrilha e aquilo que eles achavam essencial que fosse feito, para que acordos pudessem acontecer numa perspectiva de reconstrução e reconciliação nacional. Assim, a Plataforma de dez pontos foi aprovada na VIII Conferência das FARC e foi reajustado no último plenário do Estado Maior Central de Março de 2000 (ISACSON, 2003, APUD ALVES, 2005, p.77; PÉCAUT, 2010, p.115).

acontecer. No entanto, em de junho de 1999 – depois do Ministro da Defesa ter renunciado ao cargo, por discordâncias em relação às zonas desmilitarizadas – sequestros em massa voltaram a acontecer (ISACSON, 2000, p.8). Assim sendo, no fim do primeiro ano de negociações, percebia-se que não havia um desejo real de ambos os lados em negociar, pois o grupo guerrilheiro continuava ofensivo e o governo endurecia suas decisões.

As guerrilhas optaram por realizar uma grande ofensiva e o governo, por adotar um tom mais duro, de modo a disputar força e obter vantagem em suas posições particulares, quando da retomada dos diálogos. Estava exposta a fragilidade do entendimento que havia permitido os abraços trocados anteriormente (ALVES, 2005, p.79).

No ano 2000, as forças políticas colombianas foram convidadas pelo governo, em concordância com as FARC, para “fazer parte de um ‘grupo de apoio à mesa de negociação’ com o propósito de intensificar o fluxo de informação acerca do processo de paz” (ALVES, 2005, p.80). Assim, avanços começavam a ser identificados, contando, inclusive, com a participação internacional, no tocante à discussão de agendas delicadas, como os cultivos ilícitos, por exemplo. Ainda em 2000, no mês de novembro, o presidente Pastrana elaborou o que viria a ser a *Frente Común por la Paz y contra la Violencia*, com o objetivo de assessorar operativamente as ações em favor da pacificação do conflito, sendo formada pelo próprio presidente, além de outros seis políticos (GOVERNO COLOMBIANO, 2000). O processo de paz, no entanto, caminhava no mesmo ritmo do ano anterior, tendo seus acordos descumpridos pelo grupo guerrilheiro em várias ocasiões, o que fez com que as negociações fossem congeladas e retomadas diversas vezes – gerando descontinuidade e mínima efetividade das ações (ALVES, 2005, p.80). Dessa forma, o país mergulhou num complexo período de paz armada, no qual o diálogo entre as partes seguia em três perspectivas: (a) as negociações formais, que não conseguiam avançar em nenhum ponto; (b) as audiências públicas⁴⁴ onde a população podia apresentar propostas, sempre caóticas e não obtinham a efetividade esperada – tais fatos eram motivados pela grande quantidade de discursos realizados nesses momentos e pela pouca apreensão, de fato, daquilo que representava a vontade popular; (c) e, por fim, eram realizadas reuniões de cúpula onde se negociavam

⁴⁴ Muitos segmentos da sociedade colombiana e da comunidade internacional faziam-se presentes nessas audiências para debater soluções para o conflito e outros problemas do país. Em tais momentos, durante o período do processo de paz, 23.795 pessoas puderam ouvir 1069 expositores – entre esses, encontravam-se representantes de alguns movimentos de paz – trazendo ideias que esperavam poder ser agregadas aos momentos na mesa de negociação que esperavam que fossem acolhidas pela mesa de negociações (VALENCIA, 2002, p.50).

questões – que não estavam dentro da agenda – como o cessar-fogo e a troca de prisioneiros (ALVES, 2005, p.80).

O ano seguinte se mostrou um período de grandes tribulações para a política internacional, em especial para o campo da segurança internacional. Eventos marcantes como os atentados do dia 11 de setembro aos Estados Unidos e o lançamento da *Guerra Global Contra o Terror* tiveram influência direta nas agendas políticas mundiais, inclusive na Colômbia, que já possuía forte relação bilateral com Estado norte-americano. Ademais, internamente, os colombianos enfrentavam muitos problemas com relação às ações violentas e ilegais que as FARC continuavam realizando (ALVES, 2005, p.85). “No auge de seu poder, em 2001, as FARC pretenderam até mesmo generalizar o sistema de extorsões, promulgando uma “lei”, a lei n. 002, que submetia a elas todos os possuidores de certo capital”, assim, quem se recusasse a pagar as taxas⁴⁵ estipuladas, seria retido pelos guerrilheiros (PÉCAUT, 2010, p.75-76). Ademais, nesse momento do processo, as zonas desmilitarizadas se expirariam, porém, para prolongá-las, foi assinado o *Acuerdo de Los Pozos*⁴⁶. Após essa decisão, as Forças Armadas da Colômbia retiraram o seu apoio às negociações, o que dificultava profundamente o seu prosseguimento (ALVES, 2005, p.82). Por outro lado, as FARC passavam por uma fase de oscilação entre as ações políticas e militares – motivada também pela ausência de unidade interna do grupo –, resultando em vários congelamentos nas negociações. “De um total de 1140 dias, o processo de paz esteve congelado durante 440 – o equivalente a 35% de sua duração – ora por iniciativa da guerrilha, ora por iniciativa do governo” (ALVES, 2005, p.84). Dessa forma, durante essa etapa, as desconfianças entre as duas partes continuavam crescendo e enfraquecendo as tentativas de saída negociada do conflito.

Finalmente, o ano de 2002 iniciava-se com uma intensa crise que levou ao anúncio, por parte do governo, do rompimento do processo de paz. Entretanto, atores internacionais como a ONU e o Grupo de Países Amigos⁴⁷ se ofereceram para ajudar na retomada das negociações.

⁴⁵ “Segundo o relatório publicado pelo Ministério da Defesa em 2003, o conjunto das extorsões teria representado naquela data cerca de 40% da receita das FARC, ou seja, a fonte mais importante depois da participação na economia da droga.” (PÉCAUT, 2010, p.76).

⁴⁶ O Acordo de Los Pozos foi um tratado de 13 pontos assinado em nove de fevereiro de 2001 entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o governo do presidente Andrés Pastrana, durante as negociações de paz no meio do conflito armado colombiano. Foi assinado em Los Pozos, área rural da cidade de San Vicente. O acordo, na íntegra, com todas as suas diretrizes, pode ser acessado em: http://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/CO_010209_Acuerdo%20De%20Los%20Pozos.pdf

⁴⁷ O Grupo de Países Amigos da Colômbia, na citada ocasião, contava com França, Cuba, Suécia, Espanha, Itália, Noruega, Canadá, Suíça, México e Venezuela.

Ao término de uma série de reuniões com o representante da ONU, as FARC emitiram um comunicado afirmando que o governo havia fechado as portas. Propunham ao presidente a realização de um ato público para devolução dos cinco municípios (ALVES, 2005, p.86).

Dessa maneira, apesar de ter apresentando um início promissor, com um resultado inicialmente positivo – uma vez que o processo e a assinatura de acordos foram retomados – com poucos dias, o cenário foi revertido e o presidente encerrou permanentemente as negociações após as FARC realizarem mais um sequestro. “O presidente mostrou provas dos vários delitos que foram cometidos pelas FARC na zona desmilitarizada [...], retirou o status político das FARC e reativou as ordens de captura contra os porta-vozes da organização” (ALVES, 2005, p.87). Dessa forma, após o congelamento das conversas, houve uma cisão de opiniões entre os atores externos, divergindo sobre quem deveria ser apontado como culpado pelo fim da pacificação. Porém, ficou evidente que tanto as circunstâncias externas – como o 11 de setembro e todas as consequências decorrentes dele – quanto as internas – demonstrando, de ambos os lados, a ausência de maior empenho para a resolução do conflito – se colocaram, em todos os momentos, de forma desfavorável (ALVES, 2005, p.88).

3.1.1.1 O papel dos atores internacionais no processo formal

Embora se trate de um conflito intraestatal, ou seja, não envolvendo diretamente outros Estados, a problemática colombiana gerou visíveis desdobramentos regionais e globais. Entretanto, antes das iniciativas que foram tomadas pelo governo Pastrana, a participação de parceiros externos voltadas ao fornecimento de assistência técnica e financeira na busca por uma resolução das discordâncias, era escassa (OCAMPO, 2004, p.75).

Só recentemente houve um maior reconhecimento da crescente interdependência entre as nações e uma aceitação de que, além de sérios esforços internos, a colaboração ativa, com organizações internacionais, governos amigos e ONGs é necessária, a fim de alcançar a paz (OCAMPO, 2004, p.74).

Assim, atores internacionais se envolveram maciçamente durante o processo de paz em questão, com o objetivo de “influenciar os atores armados, informando-os que suas táticas de guerra, financiamento através do tráfico de drogas, raptos e extorsões desafiavam diversos acordos multilaterais” (IBIDEM, 2004, p.75). Esse processo de ampliação da participação internacional se deve, em grande parte, pois havia uma percepção de que o conflito colombiano havia, de fato, transbordado para além de suas fronteiras, atingindo o âmbito

internacional. Assim, “confrontado com a internacionalização do conflito (...) o governo colombiano optou por uma ‘internacionalização da paz’. Convidou a comunidade internacional a compreender e cooperar na busca por soluções.” (OCAMPO, 2004, p.75).

A parceria internacional mais relevante da história colombiana, no entanto, se dá com os Estados Unidos, Estado com o qual “sempre houve um cuidado por parte dos sucessivos governos da Colômbia quanto à manutenção de um bom relacionamento.” (ALVES, 2005, p.88). Dessa forma, o período do processo de paz marcou a primeira visita do presidente Pastrana aos Estados Unidos, no ano de 1998. Naquela ocasião, a sua política de diálogo e busca por uma resolução pacífica do conflito foi bem acolhida pelo então governo Clinton (1993-2001). O presidente estadunidense estava inclinado à opção do diálogo, nos vários âmbitos, desde que tomara posse em seu cargo, por isso, “a estratégia antinarcóticos poderia deixar de ser unicamente repressiva para começar a articular-se a um grande plano de paz.” (ISACSON, 2003, APUD ALVES, 2005, p. 89).

Assim, nas seguintes visitas aos Estados Unidos, Pastrana apresentaria diversos pontos dos planos para geração de paz que o seu governo buscaria abarcar, reservando aos americanos parte essencial à execução do processo (ALVES, 2005, p. 89). Claro exemplo de tal importância – em especial no que concerne ao seu papel dentro das ações que estavam sendo propostas – reside na sua participação na análise da Plataforma para um Governo de Reconstrução e Reconciliação Nacional, documento produzido pelas FARC e destinado, inicialmente, apenas ao governo colombiano. “No seu último ponto estava claro o desafio para a solução do fenômeno da produção, da comercialização e do consumo de narcóticos, entendidos como um problema social grave que não poderia ser tratado pela via militar [...]” (ALVES, 2005, p. 90).

É perceptível, a partir disso, que o governo norte-americano possuía um privilegiado papel de mediação e diálogo entre as FARC e o governo colombiano. Tal postura, no entanto, sofreria uma significativa mudança, por parte de Washington, após um determinado episódio⁴⁸ – no qual três cidadãos americanos perderam suas vidas – no ano de 1999 (ALVES, 2005, p.91). O fato estremeceu o otimismo com a opção diplomática, que começou a esvaecer-se e dar lugar a um posicionamento mais agressivo – essa nova face seria ratificada no ano 2000, com a elaboração do chamado Plano Colômbia⁴⁹ (ALVES, 2005, p.90).

⁴⁸ Em 6 de março de 1999, os indigenistas norte-americanos Terence Freitas, Laheenae Gay e Ingrid Washinawatok, respectivamente de 24, 39 e 41 anos, foram mortos (...) após terem sido sequestrados, em 28 de fevereiro, departamento de Arauca (ALVES, 2005, p.90).

⁴⁹ O Plano Colômbia foi um pacote criado para combater as narcoguerrilhas. Foi apresentado por Pastrana aos EUA, apesar deste país ter participado da sua elaboração em 1999 (no auge da citada política de mão dupla do

Países como Canadá, Cuba, Espanha, França, Itália, México, Noruega, Suécia, Suíça e Venezuela também tiveram participação considerável na busca pelas soluções pacíficas para o conflito, no período, mas de maneira bem menos direta. Estes fizeram parte da aliança que ficou conhecida como o Grupo de Países Amigos. Tal organização era constituída por representantes de 26 ‘nações amigáveis’, reunidas numa comissão facilitadora, com representantes das dez nações supracitadas, além de agentes da ONU (OCAMPO, 2004, p.76). Ademais, a instituição baseava suas ações no consenso, tendo um país coordenador – cargo com rotatividade de dois meses – e apoiava o processo de paz como observador, embora, em momentos mais delicados, tenha assumido o papel de mediador.

A ONU, por sua vez, teve uma atuação profundamente difusa durante as negociações para a paz.

Na Colômbia, as circunstâncias de envolvimento das Nações Unidas relacionaram-se ainda a Jan Egeland, ex-ministro da Noruega, o qual havia visitado a Colômbia anos antes e se tornara amigo pessoal do político Andrés Pastrana, além de vir a ser um verdadeiro admirador do país. [...] A vitória de Andrés Pastrana e a proposta de reconciliar o país levaram Egeland a apresentar-se para ajudar, inicialmente, em caráter pessoal e, depois, com o respaldo do Secretário-geral das Nações Unidas (ALVES, 2005, p. 100).

Dessa forma, mesmo que o envolvimento da organização tenha sido aceito pelas partes, ao menos formalmente, o conselheiro especial⁵⁰ que veio a substituir Egeland, perdeu-se na nebulosidade da definição de suas funções – ora mediador, ora facilitador. Esse problema operacional fez com que as observações da ONU fossem frequentemente ignoradas por ambas as partes – governo e FARC –, subtraindo fortemente o poder de influência da instituição.

No que concerne aos países vizinhos – os primeiros a serem afetados, direta ou indiretamente pelo conflito colombiano – a preocupação foi expressa de maneira crescente durante a década de 1990 e, especialmente, durante o governo Pastrana. Alguns deles sentiram certos efeitos de maneira mais significativa. O Equador, por exemplo, recebeu cerca de 6.000 refugiados colombianos durante o período em questão – o mesmo aconteceu no Panamá, ainda que em menor escala (OCAMPO, 2004, p.76). Além disso, em situações posteriores, o Estado equatoriano foi acusado de permitir o fornecimento de armas para os

estadista colombiano). Os objetivos do plano podem ser resumidos nos seguintes pontos: “(i) processo de paz; (ii) economia colombiana; (iii) desenvolvimento social e democrático; (iv) luta contra o “narcotráfico”; (v) reforma do sistema judicial e proteção aos direitos humanos” (GUZZI, 2006, p. 62).

⁵⁰ O cargo de Conselheiro Especial, na Colômbia, foi ocupado primeiro pelo diplomata norueguês Jan Engeland, que retornou à Noruega para exercer o cargo de presidente da Cruz Vermelha, sendo assim sucedido pelo alemão James Lemoyne, no ano de 2002 (ALVES, 2005, p. 100).

diversos grupos envolvidos no conflito. No caso da Venezuela, por outro lado, além dos deslocados, o país também se tornou o principal corredor para o tráfico controlado pelas FARC, além do mais comum destino para guerrilheiros feridos em combate que solicitavam atendimento hospitalar (OCAMPO, 2004, p.76). Ademais, problemas com o transbordamento de algumas atividades ilegais – episódios relacionados ao tráfico de drogas e atividades de guerrilha local – através das fronteiras foram enfrentados por países como o Peru e, principalmente, o Brasil (OCAMPO, 2004, p.76).

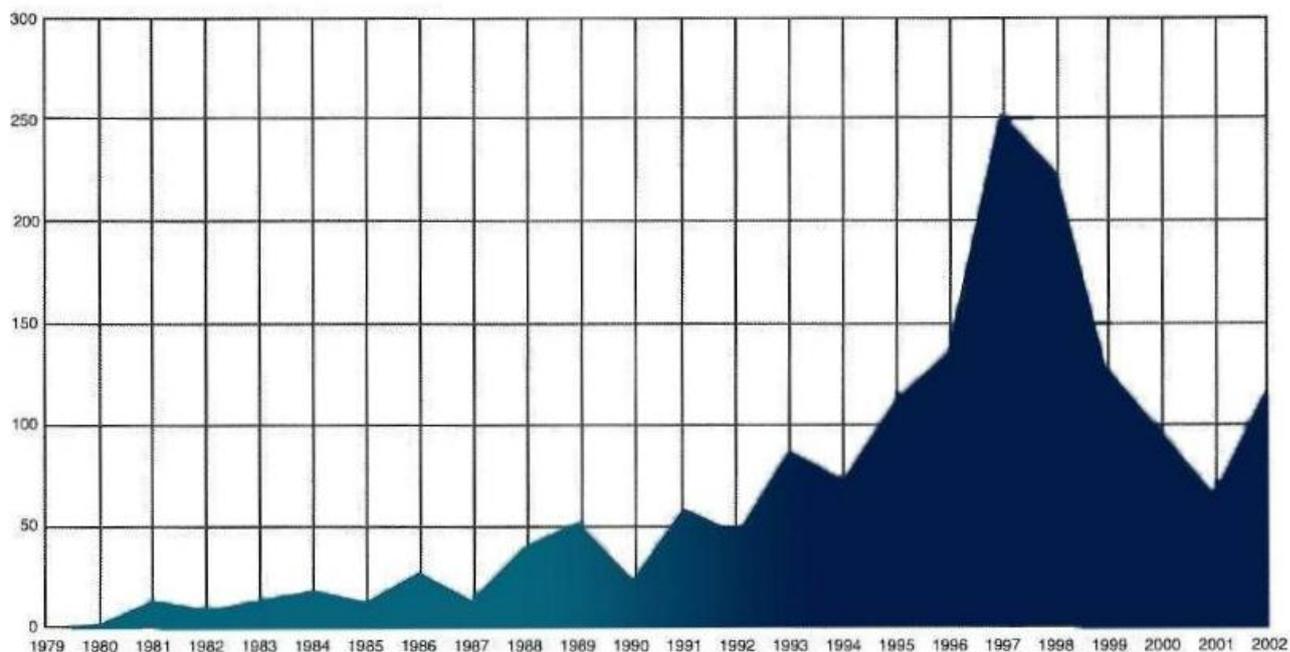
A assinatura da Declaração de Lima, em novembro de 2001 – trazendo uma abordagem sistemática desenvolvida pela Comunidade Andina (CAN) – reflete, portanto, toda a preocupação dos países vizinhos (OCAMPO, 2004, p.77). O projeto compreendia uma estrutura de trabalho por parte dos países da organização, que tinham como foco a redução dos armamentos em seus países, tal qual a erradicação do tráfico de drogas. A iniciativa recebeu forte apoio dos Estados Unidos, que dedicaram cerca de 460 milhões de dólares para apoiar tais esforços (OCAMPO, 2004, p.77).

No entanto, mesmo com todas as posturas assumidas pelos diversos atores internacionais, é de fácil constatação que a participação deles foi, na maior parte do tempo, mantida de lado, prejudicando o processo e criando um cenário onde “a comunidade internacional e as Nações Unidas somente tiveram oportunidade de exercer um papel mais ativo nas conversações de paz em sua etapa já avançada” (ALVES, 2005, p. 101).

3.1.2 A desescalada das ações dos movimentos pela paz: de 2000 a 2002

Nos anos anteriores à eleição de Andrés Pastrana como presidente, os movimentos pela paz – e a sociedade civil colombiana, no geral – vinham ganhando espaço e força, sendo decisivos para a definição do plano de governo. Porém, nos anos seguintes, entre 2000 e 2002, as ações coletivas pela paz a nível nacional – isto é, os movimentos de maior alcance e organizações com atuação em todo o território –, tão importantes para dar visibilidade aos reais desejos da população, entraram num momento de enfraquecimento (Ver Gráfico 1).

Gráfico 1 – Iniciativas pela paz na Colômbia (1979-2002)
Número total de iniciativas em cada ano



Fonte: FERNÁNDEZ, DURÁN, SARMIENTO (2004, p.21), adaptado pelo autor.

Tal diminuição nas atividades pode ser explicada a partir de dois motivos principais. O primeiro diz respeito a um movimento, realizado pela própria sociedade e organizações, de afastamento em relação ao tema da paz, isto é, no geral, adotou-se a ideia de que com as negociações ocorrendo entre os dois atores armados do conflito, a população não precisaria mais estar diretamente envolvida – confiando assim que os representantes do governo colombiano representariam e defenderiam todos os interesses da sociedade. Por outro lado, o segundo motivo, conectado ao primeiro, diz respeito às ações realizadas por parte do Estado colombiano que não só deixou de criar espaços reais – que tivessem impacto, de fato, nas negociações – para o envolvimento dos diversos grupos civis, como também, em certos momentos, buscou silenciar as mobilizações sociais em favor da paz. Assim sendo, a forma de atuação para a construção da paz que se fortaleceu nesse período, foi a local – ocorrendo, portanto, um processo inverso ao das grandes mobilizações de alcance nacional. Sem grande alcance, porém com atuação incisiva e com forte protagonismo das comunidades – principalmente aquelas mais atingidas pela guerra e mais afastadas do poder estatal –, diversas iniciativas de resistência ganharam força.

Motivada, portanto, pela diminuição das ações a nível nacional, também é possível identificar uma grande queda no repertório de ações no período. A única exceção são os

prêmios, que haviam sido criados nos anos anteriores, mas que só ganham força a partir desse momento. Um dos principais é o *Premio Nacional de Paz*⁵¹, que se fortaleceu nesse período e continua sendo concedido anualmente a pessoas, grupos ou entidades que tenham contribuído de forma notável para desenvolver processos de paz nos níveis local, regional ou nacional, contribuindo, assim, para a solução do conflito armado com processos de reconciliação, recuperação da memória histórica, respeito às diferenças, apoio às vítimas e reconstrução do tecido social (DURÁN, 2006, p.152).

Além disso, apesar de sofrerem a maior queda desde o início dessas mobilizações, as iniciativas referentes à formação e conscientização da população em relação à paz, isto é, os foros, seminários e debates, continuaram mantendo esforços para promoção de eventos. Alguns são criados nesse período, como no caso das III e IV plenárias da *Asamblea por la Paz* (2001), do *Congreso Paz realizada y País* (2002) e da *Constituyente Emancipadora de las Mujeres “Nuestro Pacto por la Paz”* e outros, já institucionalizados, continuam sendo realizados, ganhando maior força e alcance, como no caso da *Semana por la Paz* (DURÁN, 2006, p.153).

Outro ponto que desafiava o cenário desfavorável do período diz respeito à criação de novas organizações para reivindicar o fim do conflito e lutar em favor da paz. Desse modo, mesmo com a queda nas ações mais visíveis nesses anos do fim do mandato e do processo de paz de Andrés Pastrana, são criados a *Redprodepaz* – responsável pela maioria dos Programas de Desenvolvimento e Paz (PDP) –, a *Corporación Otra Escuela*, a *Red de Estudiantes por la Paz y la Convivencia*, o *Protectorado Ciudadano por la Vida*, o *Planeta Paz*, o *Movimiento Social por la Paz em Sumapaz*, e a *Red Nacional de Conciliadores Escolares*. Da mesma forma, aquelas já criadas e consolidadas, assim como a *Redepaz*, o *Consejo Nacional de Paz* e a *Asamblea Permanente de la Sociedad Civil por la Paz*, continuam crescendo em termos de importância política, de número de atividades e de relevância perante os diálogos formais, sendo possível, mesmo que ainda de forma limitada, levar alguns dos desejos da população para a mesa de negociações.

Apesar de tal crescimento em algumas atividades com alcance nacional, aquelas voltadas às próprias regiões, departamentos e comunidades, não só alcançavam um maior número, mas também se caracterizavam por serem mais efetivas, na medida em que, de fato, construam a paz, mesmo que num espaço pequeno, reconstruindo as relações rompidas pela

⁵¹ “Este prêmio foi criado em 1999 por diversos meios de comunicação social (*El Tiempo*, *El Espectador*, *El Colombiano*, *Revista Semana* e *Caracol Radio y TV*) e a ONG de origem alemã *Fescol* para promover o reconhecimento de experiências positivas na construção da paz no país [...]” (DURÁN, 2006, p.152). Além desses órgãos, o Prêmio é apoiado também pelo PNUD e pela Fundação Friedrich Ebert.

violência. Desse modo, as iniciativas voltadas à construção de comunidades de resistência ganharam força nesse momento. Há, portanto, entre os anos de 2000 e 2002, a declaração de 21 áreas do território como novas zonas de paz – muitas delas ligadas ao programa *Cien Municipios de Paz* lançado pela *Redepaz* (DURÁN, 2006, p.154). Tais ações de resistência civil eram, predominantemente, movimentos não violentos de reação aos grupos armados. Essa estratégia costumava partir da população civil desarmada, com algum destaque para as lideranças indígenas – isto é, as localidades com maior número de povos nativos apresentavam mais resistência por meio da não violência, determinando as áreas livres de conflito. “Foram mais impactantes para a opinião pública os casos em que a população civil desarmada partiu para enfrentar grupos armados, particularmente guerrilhas” (DURÁN, 2006, p.155). Assim sendo, com esse aumento nas movimentações de resistência civil, também as taxas de confrontabilidade se elevaram. Encurralada pelos altos níveis de violência, os grupos civis passam a reagir por meio da criação de Assembleias Constituintes, das Comunidades de Paz, e dos Programas de Desenvolvimento e Paz, definindo espaços nos quais os atores armados não podiam estar – isso explica, portanto, o motivo de pelo qual nesse período há uma queda no número de ações educativas, isto é, os foros e seminários.

Por outro lado, existiu um aumento das ações que buscavam a conciliação, por meio dos diálogos regionais, e de concertação social, realizadas pelas próprias populações locais. Alguns exemplos disso são: 1) os processos de constituintes municipais ou departamentais realizadas em diversas regiões do país; 2) os diálogos e debates estabelecidos em relação aos planos de paz estruturados a partir das necessidades das comunidades; 3) além das iniciativas mais inovadoras como “[...] os programas de desenvolvimento e paz promovidos de maneira consciente durante esse período com o apoio da cooperação internacional (União Europeia) através dos chamados Laboratórios de Paz” (DURÁN, 2006, p.154). Tais laboratórios foram uma das principais ações realizadas localmente nesse período – sendo o primeiro, o *Laboratorio de Paz del Magdalena Medio*. Essas estruturas se configuram como uma das mais inovadoras e originais iniciativas de construção da paz criadas a partir da sociedade civil colombiana – mesmo que em parceria com outros atores, como a União Europeia (UE), além do próprio Estado Colombiano, surge entre comunidades. A criação desses espaços está focada na ideia de paz como sendo algo multidimensional e necessariamente estruturado a partir da base – isto é, com raízes locais e civis –, sendo localizados em várias das regiões mais problemáticas e conflituosas do país, conectados aos Programas de Desenvolvimento e Paz.

Eles são projetados e configurados como verdadeiros "laboratórios de paz", na medida em que buscam caminhos inovadores e "fórmulas" alternativas para a paz a nível local e regional. São uma experiência piloto e exploratória que representam um cenário provocativo para construir novas relações e novas transformações; elaborando propostas de saída numa escala micro. [...] operam como um "laboratório social", no qual os habitantes das regiões são os pesquisadores [...] e os motores do processo de transformação do conflito e construção coletiva da paz. Sustentam-se sobre um conjunto complexo de processos sociais, culturais, econômicos e políticos de base, que buscam integrar os territórios marginalizados ou periféricos e os setores sociais tradicionalmente excluídos da população colombiana (como os grupos indígenas e afrodescendentes, as mulheres, os jovens, mas, principalmente, os camponeses) [...], tendo como foco gerar um impacto sobre as causas profundas do conflito; e produzir uma cultura de paz [...]. (HENRIQUES, 2011, p.66)

Outro caminho de atuação que se mantém e chega a ter um crescimento, conseguindo mobilizar não só os indivíduos já envolvidos com o tema, como também novas comunidades, são os protestos e marchas. Portanto, é possível perceber o amadurecimento dessas ações de protesto, que passam a se focar – 82% delas – não só em contestar os atos violentos realizados pela guerrilha, mas também àqueles cometidos pelos paramilitares e pelas próprias forças armadas, representantes do Estado – levando as mobilizações a adotarem uma perspectiva de proteção à sociedade civil, reivindicando o fim da violência advinda de qualquer ator armado (DURÁN, 2006, p.154).

Por conseguinte, também nesse período é possível perceber uma diminuição principalmente na distribuição geográfica dos movimentos pela paz, estabelecidos anteriormente em praticamente todo o território colombiano – tal característica é o que reafirma a queda no número das ações e extensão abrangida por elas. Assim como houve o período de expansão, há a partir daqui uma contração das grandes ações – que se configuravam como as mais visíveis, tanto internamente, servindo para motivar outras atividades, quanto externamente, chamando a atenção do cenário internacional para o caso colombiano e para o tema da paz por meio das negociações entre os polos do conflito. Segundo Durán (2006, p.158) “[...] quando a mobilização pela paz parecia ter atingido o seu pico, os espaços organizativos e de articulação foram incapazes de resolver as tensões e paradoxos que o amplo processo havia despertado”. Os movimentos perdem parte do poder de pressão que haviam obtido nos anos anteriores, enfraquecendo o apoio ao Processo de Paz no seu modelo de forma, que viria a ser rompido, em grande parte, porque não abriu espaço para uma real participação civil – mesmo que regionalmente e entre as comunidades, existissem diversas iniciativas que já faziam florescer a paz nesses pequenos espaços. A população não se sentia satisfeita com o Processo de Paz – que se rompe sem que nenhuma vantagem seja

obtida – “[...] no lugar de avançar em direção à paz se passou a uma situação de maior respaldo às opções de força e segurança” (DURÁN, 2006, p.156) – sendo confirmado com a eleição de Álvaro Uribe, logo em seguida, expressando o desejo da população, que optou pelo candidato que prometia usar a força para conter o conflito.

3.2 GOVERNO URIBE (2002-2010): ENFRENTAMENTO DIRETO E NEGOCIAÇÕES COM OS GRUPOS DE DIREITA

A eleição de Álvaro Uribe Velez para a presidência da Colômbia, se configurou como uma resposta aos erros cometidos no governo anterior e, por conseguinte, se apoiou no descrédito em relação a qualquer promessa de negociação para pôr fim ao conflito (ARIAS, 2008, p.23). Assim sendo, nesse período – que vai de 2002 a 2010, somando os dois mandatos exercidos –, o combate direto às forças de insurgência se transformou na principal ferramenta, levando ao desmembramento de alguns focos de guerrilha, limitando as portas de saída das drogas e diminuindo as áreas de atuação e comando, principalmente nas fronteiras (CEPIK, 2010). Contudo, apesar das quedas no contingente guerrilheiro e nos índices de comercialização de drogas, durante o governo Uribe, a insegurança não diminuiu no país. As relações com as FARC ficaram ainda mais complicadas, levando o grupo a alcançar um dos momentos de maior atividade.

Depois da ruptura das negociações com as FARC, a situação mudou drasticamente com o novo presidente Álvaro Uribe, que chegou ao poder com o programa de "segurança democrática", baseado na recuperação do espaço público e combate militar contra a guerrilha, com o apoio dos Estados Unidos através do Plano Colômbia⁵². A partir desse momento, não foi realizada qualquer negociação com as FARC que ultrapassasse as tentativas para alcançar um acordo humanitário. (FISAS, 2010, p.7)

Desse modo, no lugar da busca por estabelecimento de canais de diálogo, durante a administração Uribe, a política da segurança democrática em conjunto ao Plano Colômbia, que incluía ataques firmes aos grupos guerrilheiros e enrijecimento do Estado por meio do poder militar, foram fortemente incorporados.

⁵² O Plano Colômbia foi um pacote criado durante o governo Pastrana, por meio de uma parceria entre Colômbia e EUA – negociado desde 1998 e assinado em agosto de 2000, durante a administração Clinton. Originalmente, o plano continha objetivos voltados ao combate ao narcotráfico, mas também às reformas sociais (GUZZI, 2006, p. 62). Entretanto, “embora o Plano Colômbia tenha obtido êxito em relação à profissionalização das Forças Armadas e da Polícia Nacional assim como na fumigação de grandes áreas semeadas com coca, até 2006 não conseguiu enfraquecer a guerrilha [...]” (HYLTON, 2009, p.150).

Sendo assim, já no início do seu primeiro mandato, no ano de 2002, percebeu-se um aumento dos enfrentamentos diretos – entre exército e grupos guerrilheiros –, política essa que se ancorava na mesma concepção defendida pelos grupos de extrema direita representados pela AUC, isto é, a ideia de que a população civil era influente, senão responsável, pela evolução e sustentação da guerrilha, devendo, portanto, ser chamada a colaborar com as Forças Armadas (HYLTON, 2009, p.151). Tal aproximação entre aquilo que era defendido pelos paramilitares – na figura de Carlos Castaño, criador da AUC – e as políticas implantadas pelo governo, ocorriam mediante a história pessoal do presidente Álvaro Uribe, que teve seu pai assassinado pelas FARC. Assim, “os fantasmas de *La Violencia* reapareciam: a superação do trauma pessoal e a restauração da honra familiar por meio da guerra contrainsurgente foram traços distintivos dos personagens políticos e das figuras públicas que Uribe e Castaño encarnaram” (HYLTON, 2009, p.150). Essa ideia de que a justiça era sinônimo de militarização, associando paz à guerra, num cenário no qual a maioria da população havia sido vítima de violências diretas, através das quais haviam perdido familiares, levou a um grande apoio – principalmente por parte da parcela pertencente às classes mais altas da sociedade – à realização de negociações para um acordo de paz com os paramilitares.

Uribe atuou, portanto, “com um programa bem definido [...]: não mais tentativas de negociar com a subversão, mas sim ‘mão firme’. A solução era eliminar as guerrilhas [...] definidas como tal de maneira vaga e ampla para incluir qualquer um que trabalhasse em prol da mudança social” (HYLTON, 2009, p.151). Não havia margem para diálogo e, as mínimas tentativas de criar espaços, não foram aceitas pelo governo a menos que isso incluísse o cessar fogo unilateral por parte dos grupos armados de extrema esquerda, o desarmamento e a total desmobilização – diferentemente do modelo aplicado no governo anterior, que dialogava com os grupos em meio ao conflito (VENEGAS, 2011, p.108). Em contrapartida, na tentativa de se alcançar um acordo com os grupos paramilitares, a postura do Estado colombiano era completamente distinta, já que para que os diálogos tivessem início foi necessário reconhecer o caráter político de grupos como a AUC, dotando-os de certa legitimidade em sua luta (VENEGAS, 2011, p.8). Com isso,

[...] a política de paz durante os dois períodos de Uribe (2002-2010) tiveram resultados mistos. Na verdade, os ataques e sequestros realizados pelas guerrilhas foram reduzidos, mas foi menos eficaz na redução do número de deslocamentos. Também foi notório o aumento de abusos cometidos por agentes do Estado. Houve ataques e espionagem contra membros de ONGs, jornalistas e ativistas políticos; mais de 1.000 execuções extrajudiciais (falsos positivos), em que os jovens

inocentes foram apresentados como guerrilheiros mortos em combate. (ARIAS, 2008, p.23)

Assim, as negociações foram restringidas aos paramilitares, na figura das AUC. Por meio desses diálogos, tal grupo foi desmobilizado enquanto organização privada que lutava contra a guerrilha. Entretanto, ao destituir tais grupos, o governo não previu a possível reorganização deles em outras formas. Por outro lado, o financiamento que advinha do narcotráfico e das várias conexões com os cartéis, dava mais impulso para que as atividades realizadas pelos paramilitares continuassem – mesmo que nomeadas de maneira distinta. Foram formadas, portanto, a partir desse período as chamadas Bandas Criminais (BACRIM).

Dessa forma, os resultados das políticas implantadas por Uribe e da guerra contra as FARC e demais guerrilhas, se restringiram a poucos pontos positivos, e a grandes retrocessos na busca pela construção da paz.

O modelo de Uribe realizou políticas muito similares às de Turbay e com os mesmos resultados negativos. No ano de 2008 ocorreu o pico da política de segurança democrática, em termos de capturas e mortes de membros da guerrilha. Mas a partir daí começou a mostrar os seus limites e seus riscos. No ano de 2009 houve um aumento de 17% na taxa de homicídios na Colômbia e de 30% nas atividades das FARC, o que mostra que depois de oito anos de políticas militaristas de segurança, com as consequentes violações aos direitos humanos, o governo Uribe não cumpriu a sua promessa de eliminar a guerrilha. (VENEGAS, 2011, p.108)

Assim sendo, mesmo levando em consideração os, praticamente, 3 mil homens que foram desmobilizados ao serem assinados os acordos com os grupos paramilitares, no que diz respeito à construção de uma paz estável e duradoura – que leve em consideração melhorias sociais e participação ativa da sociedade –, a administração Uribe chegou ao fim com um grande déficit.

3.2.1 Das grandes ações nacionais às iniciativas regionais e locais: de 2002 a 2010

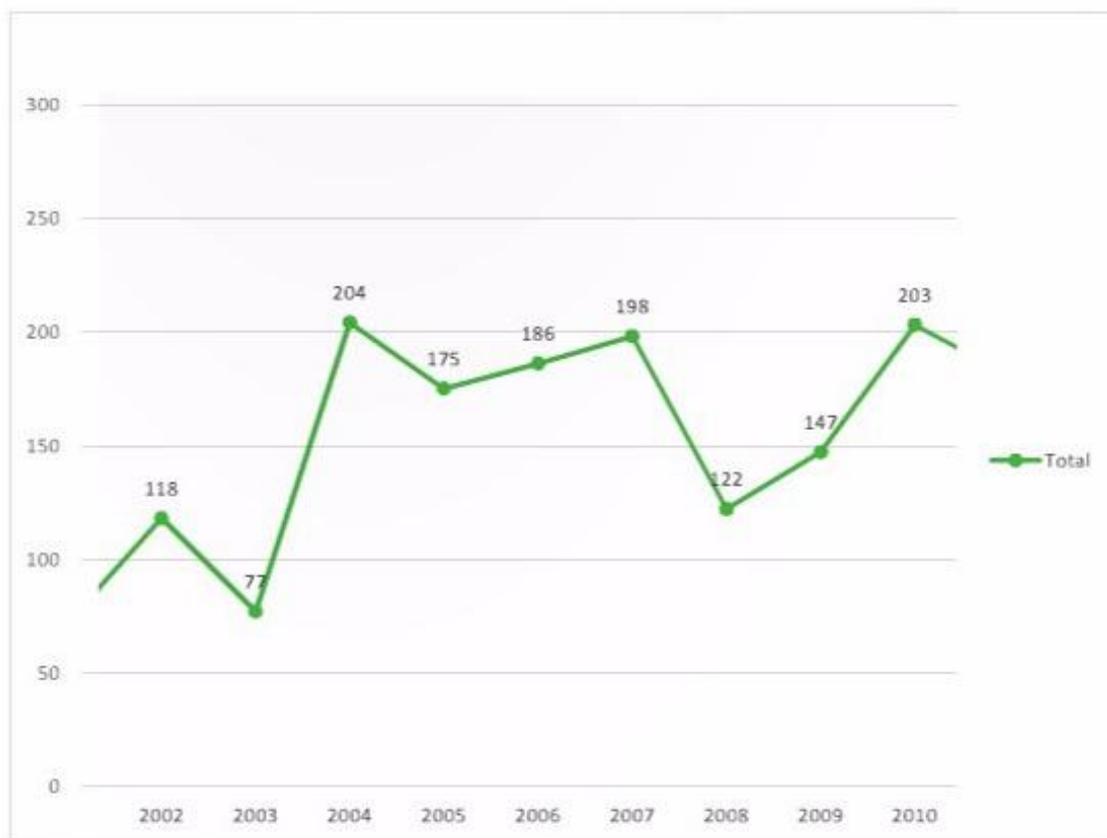
Assim como no fim do período anterior, porém, de maneira intensificada, nesse intervalo, entre o fim do ano de 2002 e a primeira metade de 2010 – que compreende os dois mandatos do governo Uribe –, as mobilizações pela paz diminuíram a nível nacional, mas se mantiveram, tendo inclusive um crescimento no número de ações nos âmbitos regional e local (VENEGAS, 2011, p.112).

[...] as iniciativas de paz mudaram-se do nível nacional para os níveis regional e local. Estas iniciativas surgiram, em parte, porque os atores armados cada vez mais

atacavam as cidades ou pequenos grupos de cidades para ganhar o controle de recursos. [...] [Além disso], refletem a incapacidade das iniciativas nacionais para entender e representar os diversos interesses da sociedade civil, a ineficiência do Estado para garantir a segurança básica, e, por outro lado, a criatividade das comunidades em face da crise. [...] No período posterior ao falho processo de paz Pastrana-FARC, iniciativas locais e regionais passaram do nível das negociações nacionais para a paz, à busca de soluções mais específicas ao contexto para os problemas causados pelo conflito (tais como sequestros, deslocamentos, e minas terrestres). Assim, elas contribuíram para uma agenda mais ampla e mais complexa de construção da paz. (BOUVIER, 2006, p. 8)

Dessa forma, apesar de não haver uma mesa de negociações formais entre o governo e os grupos guerrilheiros – se restringindo aos diálogos com os paramilitares apenas – que visassem alcançar ao menos um cessar fogo, as iniciativas sociais pela paz no nível da base, entre as comunidades mais afetadas pela violência e, na maioria dos casos, esquecidas pelo Estado, seguiam ganhando força e conseguiam ser responsáveis pela paz nesses pequenos espaços. O foco deixava de ser a quantidade de participantes nas mobilizações, ou a visibilidade delas e passava a buscar a paz no dia a dia, na reconstrução das relações rompidas, na resistência não violenta e delimitação de áreas livres do conflito. “Iniciativas regionais e locais são menos ambiciosas do que as iniciativas nacionais, mas talvez mais eficazes na entrega de suas promessas [...]” (BOUVIER, 2006, p.5). Mesmo assim, entre os anos de administração Uribe, ainda foi possível registrar grandes números de ações pela paz (Ver Gráfico 2).

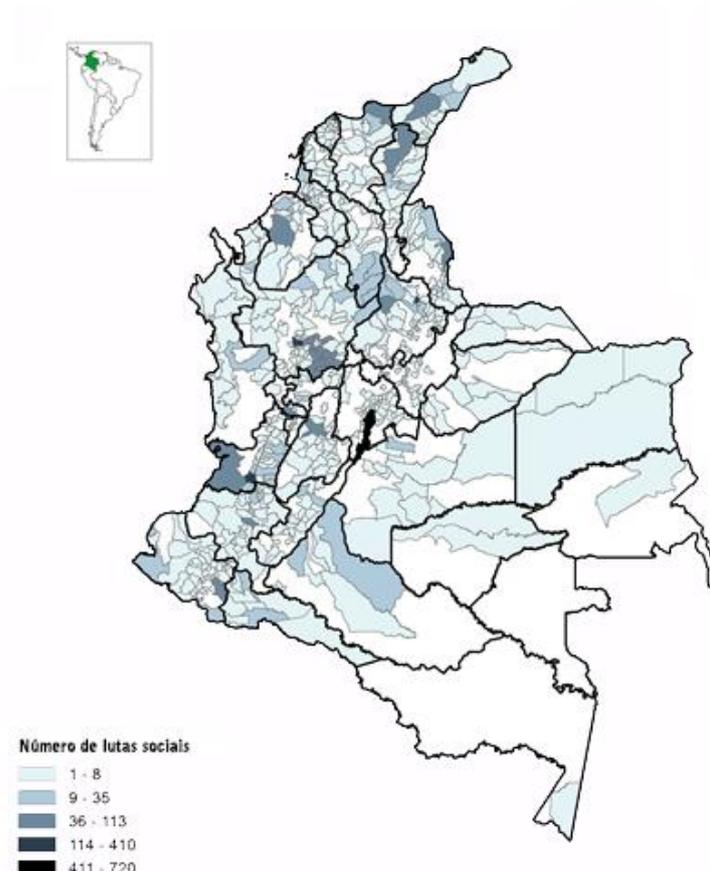
Gráfico 2 – Números de mobilizações pela paz 2002-2010



Fonte: Datapaz-Cinep, 2014 (adaptado pelo autor).

Ademais, grupos considerados como minorias dentro da sociedade colombiana tiveram um papel essencial nesse período, sendo responsáveis pelas mais importantes iniciativas no período. Entre elas, está a Minga indígena, Minga Nacional ou Grande minga pela vida, que foram uma série de marchas e protestos em outubro de 2008, realizados por aproximadamente 20.000 indígenas de diferentes etnias, que cobriram cerca de 120 quilômetros entre Santander de Quilichao, departamento de Cauca e Santiago de Cali, no departamento do Valle de Cauca (GRANADOS, 2008, p.8). Assim, tais mobilizações também conseguiram, mesmo que em quantidades menores e por meios diferentes do período anterior – que tinha um cenário mais favorável, já que havia uma inclinação maior por parte do Estado colombiano ao tema da paz –, as ações estiveram presentes praticamente em todo o território (Ver Mapa 4). “‘A Colômbia é uma terra de esperança’, observou Ricardo Esquivia, coordenador geral da Red ASVIDAS de Montes de Maria e Sencelejo, ‘onde mais de 30.000 iniciativas de paz foram contadas’” (BOUVIER, 2006, p. 8).

Mapa 4 – Mobilizações pela Paz na Colômbia 2006-2010



CINEP, Base de Datos de Luchas Sociales em Colombia, 2010.

Se por um lado, nesse cenário, desenvolveram-se outros meios para se construir a paz, através de novas formas de ação dentro das várias comunidades – e dos vários locais da Colômbia – servindo para explorar outros meios de aproximação com a insurgência, nos poucos momentos de busca por negociações formais, que o governo Uribe teve com as guerrilhas, na figura do ELN, o papel dos movimentos pela paz foi excessivamente limitado; e, nos acordos firmados com os paramilitares, particularmente com as AUC, em Santa Fe de Ralito, foi praticamente nulo. Além disso, o discurso da paz foi banido do cenário público, aqueles que promoviam diálogos, negociações ou rejeitavam os abusos da ação militar das forças de segurança ou grupos paramilitares foram arbitrariamente associados aos guerrilheiros (HENRIQUES, 2012, p.438).

3.3 GOVERNO SANTOS: UM PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PAZ COM INÍCIO, MEIO E FIM

Ao final dos dois mandatos de Álvaro Uribe como presidente, “o ELN revelou [...] que havia recebido propostas do governo para realizar um diálogo, que foram rejeitadas por considerarem que estavam revestidas de conveniências eleitorais. As FARC, por sua vez, acabaram com qualquer possibilidade de negociações com o governo [...]” (FISAS, 2010, p.14). Por outro lado, o Alto Comissário pela Paz, Frank Pearl, e a Comissão de Conciliação Nacional (CCN), levantavam propostas de novas tentativas assim que o novo presidente fosse eleito, gerando novas expectativas em relação à saída negociada do conflito, partindo de oito pontos que deveriam estar necessariamente presentes. Sendo eles:

1) Política negociada de reconciliação e paz; 2) democracia real e transparência com os fundos públicos; 3) equidade nos direitos para uma vida digna; 4) construção do país a partir da diversidade regional; 5) alternativas produtivas sustentáveis; 6) educação de qualidade e da cobertura; 7) a participação dos cidadãos na construção de destinos coletivos; 8) e reforma agrária integral. (FISAS, 2010, p.14, adaptado pelo autor)

Assim sendo, a partir das tentativas fracassadas na busca pela paz dos governos anteriores, as eleições de 2010 se configuraram como um momento decisivo para o país, já que entre os anos de 1998 e 2010, durante os governos Pastrana e Uribe, o país atravessou momentos distintos e profundas mudanças na maneira de lidar com o conflito – especialmente com as guerrilhas –, indo de um processo de paz até o enfrentamento direto, sem alcançar êxitos na construção da paz. Em meio a esse cenário, Juan Manuel Santos é eleito. Ele havia sido Ministro da Defesa no governo anterior (2006-2009), e chegou a levantar muitas dúvidas sobre qual seria a postura do governo perante o cenário conflituoso e se haveria espaço para o diálogo como caminho para a paz (BRANCHER, CEPIK, GRANDA, 2012, p.18). Porém, ao assumir o cargo da presidência, Santos passou a se posicionar junto com aqueles que acreditavam na saída negociada do conflito.

A partir desse momento, portanto, o país e, formalmente, o governo, voltava a pensar em maneiras não militarizadas de alcançar o fim do conflito colombiano. Porém, ao contrário das iniciativas anteriores, houve maior cuidado na estruturação do processo de paz, que só teria início no ano de 2012 – isto é, dois anos após a entrada de Santos para a presidência – expressando um cuidado maior na etapa de criação de estratégias, visando uma paz estável e duradoura.

3.3.1 A dimensão formal: o processo de paz na mesa de negociações

A administração de Juan Manuel Santos definiu e deixou claro desde o início os caminhos que iria seguir no que dizia respeito ao conflito interno, tornando públicas as suas preferências durante o discurso inaugural, no dia 7 de agosto de 2010, no qual:

[...] afirmou que "a porta para o diálogo não está trancada com chave." E acrescentou: "Eu desejo, durante a minha administração, semear as bases para uma verdadeira reconciliação entre os colombianos. Aos grupos armados ilegais que invocam razões políticas e agora falam novamente de diálogo e negociação, digo-vos que o meu governo estará aberto a qualquer conversação que busque a erradicação da violência e a construção de uma sociedade mais próspera, equitativa e justa" (FISAS, 2016, p.103).

Ademais, outros indicativos foram sendo dados, por parte do presidente Santos, de que haveria grandes alterações⁵³ nas políticas sociais relacionadas ao conflito, sendo mais uma vez confirmados em seu “discurso perante a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) em setembro de 2010 quando, pela primeira vez, o presidente falou sobre a necessidade de rever e redefinir os termos da guerra contra as drogas” (BORBA, 2013, p.4). A partir desses posicionamentos, portanto, foi possível perceber que haveria mudanças nos rumos das políticas do governo voltadas ao conflito – e tudo o que era consequência dele.

Mesmo com tal abertura ao diálogo, as estratégias dessa administração divergiam daquelas utilizadas em governos anteriores que haviam buscado a paz por meio do diálogo, sendo importante sublinhar que em nenhum momento cessaram os ataques por parte das Forças Armadas aos grupos guerrilheiros, no início do governo, ainda em 2010. Com isso, nos primeiros meses do mandato de Santos, parte da sociedade e um grande número daqueles que pesquisavam sobre o tema, acreditaram – apesar do presidente sempre reafirmar o seu compromisso com a paz – que ele estaria muito mais preocupado com questões políticas que com a busca pela paz e segurança, inclinando-se “a um modelo militarista [de enfrentamento às guerrilhas] como defendido por Julio Cesar Turbay e Álvaro Uribe” (VENEGAS, 2011, p.114).

⁵³ Muitos questionamentos foram feitos sobre os motivos para as mudanças na visão do governo acerca do conflito, considerando que o presidente atual havia feito parte da administração que mais enfrentou militarmente a guerrilha. Em entrevista com o ex-presidente Álvaro Uribe, o jornalista Jay Nordlinger consegue levantar questões úteis para uma possível explicação: “Pergunto se Santos foi um bom ministro da Defesa. Uribe responde longamente. Ele deixa claro, mas não diz explicitamente, que Santos não era especialmente relevante. Uribe era o seu próprio ministro da Defesa. Ele trabalhou e pensou, noite e dia, na defesa do país [...]. Uribe relata várias ocasiões em que Santos hesitava em tomar decisões mais duras” (NORDLINGER, 2017). Com isso, percebe-se que apesar de em certos momentos considerar importante a presença do exército com investidas militares, Juan Manuel Santos, pretendia realizar outra abordagem para alcançar a paz na Colômbia.

Entretanto, tal posicionamento representava, na verdade, opções por caminhos diferentes daqueles já implantados em outros períodos da história do país, no qual se contava com a voluntariedade dos grupos insurgentes para realizar os diálogos de paz. Além disso, o presidente se negou a anistiar, assinar um cessar-fogo ou aprovar zonas desmilitarizadas, compreendendo que, ao contrário dos processos que ocorreram sob os mandatos de Turbay, Betancur e Pastrana (VENEGAS, 2011, p.92), o objetivo dessas negociações iria muito além de um processo de desarmamento ou desmobilização, mas estaria buscando uma construção social mais ampla. Para Santos, era importante dar passos diferentes daqueles dados anteriormente, que levaram a erros graves e ao distanciamento na busca pela paz. Assim, sem interromper as atividades militares por parte do Estado, em novembro de 2011, durante um ataque aéreo “o líder máximo das FARC, Alfonso Cano, foi morto, abrindo um período de incertezas sobre o futuro da organização e um estágio de eventuais negociações de paz” (FISAS, 2016, p.103).

Após isso, entre 23 e 26 de agosto de 2012, aconteceram os primeiros contatos que seriam responsáveis por formar as bases para as negociações. Esse momento estava caracterizado como uma fase exploratória, na qual se buscava estabelecer as condições para um possível processo de paz e fazer um intercâmbio de ideias sobre a saída negociada do conflito, a fim de dar abertura às primeiras conversações. “No início de setembro de 2012, em uma cerimônia solene, o presidente Santos (em Bogotá) e as FARC (em Cuba) anunciaram o início de um processo de paz [...]” (FISAS, 2016, p.103).

Para que o processo pudesse ocorrer de maneira realista, entrou-se em acordo sobre a necessidade de reconhecer, de fato, a gravidade do conflito colombiano, e de buscar revisar aquilo que já havia sido realizado em outros processos – para que os mesmos erros não voltassem a ser cometidos – visando, assim, construir estratégias concretas, evitando o crescimento do conflito já existente ou o surgimento de novos (FISAS, 2016, p.103). Além disso, percebeu-se a necessidade de estruturar, dentro da constituição, a utilização da justiça de transição a partir de um Marco Jurídico para a Paz, e de criar um entorno internacional favorável aos diálogos, “garantindo que a região seja um suporte para a paz na Colômbia, não um impedimento” (JARAMILLO, 2014, p.4).

Diante dos pontos discutidos nas primeiras conversas, portanto, o “presidente da Colômbia Juan Manuel Santos anunciou, em 4 de Setembro de 2012, um pré-acordo com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC)” (INTERNATIONAL CRISES GROUP, 2012, p.1), chamado de *Acuerdo General para la terminación del conflicto y la*

construcción de una paz estable y duradera. Tal acordo iria funcionar como um guia no qual estariam definidos os objetivos ou propósitos do processo, as condições para que ele acontecesse e as regras que iriam nortear os diálogos (JARAMILLO, 2014, p.9). Também foi definido, a partir desse momento, que a sede principal para realização do processo de paz estaria localizada fora do território nacional, em la Habana, Cuba, mas poderiam ocorrer negociações em outros países, caso fosse necessário. Além disso, os membros deveriam se reunir sob o que foi chamado de ciclos de conversações, “cada ciclo teria duração de 11 dias. No entanto, para resolver situações conjunturais que responderiam a pedidos específicos das delegações, alguns ciclos poderiam ser encurtados ou prorrogados” (OACP, 2014, p.10).

Dessa forma, foi estruturada uma agenda que continha cinco pontos principais – servindo como temas gerais, que continham outras questões menores – a serem negociados durante todo o processo: 1) política de desenvolvimento agrário integral; 2) participação política; 3) fim do conflito; 4) solução para o problema das drogas ilícitas; e 5) vítimas. Sendo assim, de maneira resumida,

“as negociações foram criados sob o princípio de que 'nada está acordado até que tudo esteja acordado'. As regras estabelecidas nas negociações foram as seguintes: 1) Cada equipe de negociação poderá contar com 30 membros; 2) Em cada sessão da mesa poderão participar até dez pessoas por delegação e, no máximo, cinco terão a condição de plenipotenciário, isto é, com capacidade de decisão; 3) A mesa vai convidar especialistas em vários pontos da agenda; esses conselheiros temáticos não serão parte permanente das negociações; 4) O acordo prevê a publicação de relatórios periódicos; 5) O acordo inclui um mecanismo para a recepção de propostas sobre pontos da agenda, por parte dos cidadãos e das organizações civis; 6) O processo é autônomo; nada do que aconteça no exterior, incluindo os eventos da guerra, afeta as discussões”. (FISAS, 2016, p.103)

Dentro do ponto relativo à participação civil no processo, além da ferramenta supracitada, isto é, o mecanismo para a recepção de propostas sobre pontos da agenda, por meio físico ou eletrônico, pensou-se também na possibilidade de serem realizadas consultas diretas – no formato de foros nacionais, com representantes de todos os territórios, e foros regionais, contando, nos dois casos, com forte presença das minorias, entre essas, se destacam as mulheres, que participaram em maior número e em mais ocasiões – para receber propostas acerca de cada um dos pontos pré-definidos a serem discutidos na mesa, e, por fim, considerou-se também a necessidade de organizar espaços menos estruturados, mais espontâneos e com modelos mais maleáveis, para a participação cidadã – seja ela ligada a organizações sociais, ou de maneira individual e comunitária (CALLE, p.13). Outra representação da participação da sociedade foi à presença de pelo menos 60 vítimas diretas do

conflito – principalmente aquelas que foram deslocadas de suas terras – em Havana, a fim de representar milhares de pessoas afetadas pela violência e expressar os seus testemunhos, suas sugestões e expectativas em relação a todo o processo de construção da paz que tinha início naquele momento, continuando, porém, por muito tempo após o acordo. A intenção, portanto, era aproximar as realidades dos agressores e agredidos, lembrando sempre que o objetivo dos diálogos ali realizados não se restringia aos interesses do governo e da guerrilha apenas (OACP, 2016, p.3).

Nos anos seguintes, dando início ao processo de paz, as discussões foram sendo realizadas dentro de cada um dos cinco temas elencados no acordo inicial. Assim, já em 26 de maio de 2013, “depois de seis rodadas de conversações em Havana, o governo colombiano e as FARC chegaram a um acordo sobre as questões rurais, o primeiro item na agenda [...]” (FISAS, 2016, p.104). Nesse ponto chegou-se ao consenso de que a Colômbia necessitava de uma Reforma Rural Integral (RRI), que não consistiria apenas em uma reforma agrária, como reivindicavam, inicialmente, os grupos guerrilheiros, mas, buscaria o desenvolvimento social profundo. O objetivo passava a ser o de “reverter os efeitos do conflito e as condições que facilitaram a persistência da violência no país” (OACP, 2016, p.8), estabelecendo bases para a transformação do campo, criando condições para o bem-estar no dia-a-dia dos camponeses e gerando uma melhor qualidade de vida para a população rural – isto é, pensando em como reduzir a violência estrutural, que atingia especialmente as áreas distantes das grandes cidades. Para realizar tal reforma, portanto, foram elencadas algumas metas, como a aproximação entre campo e cidade, levando em conta a necessidade de igualdade entre os dois espaços; a reativação da agricultura familiar e comunitária como ponto chave; e o fortalecimento da segurança alimentar, buscando a “erradicação da pobreza rural extrema e a diminuição em 50% da pobreza no campo dentro de 10 anos” (OACP, 2016, p.8). Para que todos os pontos fossem realizados, considerou-se a necessidade de participação comunitária direta, do trabalho conjunto entre os âmbitos nacional, regional e local, e ter um enfoque que considerasse as particularidades de cada território.

Seguindo adiante,

em 2013 [...] os líderes do ELN e das FARC decidiram [...] fazer uma frente comum para negociar um fim para o conflito. Em outubro, o Senado aprovou um projeto de lei que permitiria, em caso de um eventual acordo de paz com a guerrilha, realizar um referendo para aprovar ou não o Acordo de Paz [...] (FISAS, 2016, p.104).

Após isso, no dia 6 de novembro de 2013, foi assinado o acordo de abertura democrática para construir a paz, que tinha como objetivo fortalecer a participação da sociedade colombiana no âmbito político – dando a possibilidade de criação de novos partidos políticos e aproximando o governo da população –, em questões de interesse público e, especialmente, no processo de construção da paz posterior ao acordo, por meio de iniciativas que partissem “de baixo para cima”. O acordo também incluía, de forma especial, o papel das FARC – e de outros grupos ou movimentos sociais – no período democrático posterior à assinatura do acordo, respondendo às suas exigências de inclusão na vida política do país (BEITTEL, 2015, p.21). Assim sendo, ele tem como objetivo a “ampliação da democracia como uma maneira de lidar com conflitos pacificamente, rompendo de forma definitiva o vínculo entre política e armas, bem como abrir as portas para que [...] exista uma cultura de reconciliação, convivência, tolerância e não estigmatização” (OACP, 2016, p.12).

Em uma primeira vez histórica, as eleições nacionais foram realizadas durante uma negociação de paz prolongada com as FARC. Em 9 de março de 2014, os candidatos, incluindo aqueles que apoiavam e se opunham às negociações de paz, competiram por assentos no Senado, [...] e na Câmara dos Representantes [...]. Impedido de buscar um terceiro mandato presidencial, o ex-presidente Uribe candidatou-se ao Senado e venceu [...] sendo um forte adversário das negociações de paz [...]. (BEITTEL, 2015, p. 23)

Reeleito, o presidente Santos deu continuidade às mesas de conversação, na busca pelo estabelecimento de bases sólidas sobre as quais se construiria uma paz estável e duradoura. Sendo assim, em 16 de maio de 2014, chegou-se a um acordo para solucionar o problema das drogas ilícitas no país. Para isso, foi lançado o Programa Nacional Integral para a Substituição de Cultivos Ilícitos, que teria o objetivo de promover a substituição voluntária de cultivos ilícitos – ação conectada ao ponto anterior referente à reforma rural – mediante a assistência imediata dada pelo governo para que se consiga transformar as condições das principais zonas afetadas pelos cultivos, gerando melhores condições de vida para tais comunidades – particularmente aqueles que retiram sua subsistência dessas plantações (BEITTEL, 2015, p.24). Por outro lado, diante do que foi negociado, se daria também uma atenção especial à questão do uso de drogas ilícitas sob uma abordagem de saúde pública, além da intensificação da luta contra o narcotráfico. Desse modo, o governo estaria buscando estar mais próximo, principalmente daqueles territórios mais distantes, e, assim, tentando diminuir o antigo problema do distanciamento entre Estado e população.

Quando as conversações retomaram depois de uma pausa prolongada no início de fevereiro de 2015 [...], as FARC anunciaram que deixariam de recrutar jovens menores de 17 anos. [...] Durante a sessão, as FARC e os negociadores governamentais receberam um relatório elaborado pela Comissão Histórica sobre o Conflito e as Vítimas, composta por 12 historiadores colombianos (metade selecionados pelas FARC e metade pelo governo) e compilados em dois relatórios. [...] O objetivo desses relatórios era ajudar os negociadores a construir melhores acordos para atender às necessidades das vítimas do conflito. (BEITTEL, 2015, p. 26)

Meses depois, em 15 de dezembro de 2015, o ponto que levou mais tempo para ser negociado se traduziu em um acordo que criava um Sistema Integral de Verdade, Justiça, Reparação e Não Repetição. Esse sistema, voltado às vítimas da violência presente no conflito, seria constituído por dois tipos de mecanismos, os judiciais e os extra-judiciais. Dessa forma, a partir da aprovação do acordo, diversas ferramentas seriam implantadas coordenadamente, “a fim de [...] prestar contas do que aconteceu, garantir a segurança jurídica para as pessoas envolvidas, e contribuir para alcançar a convivência, a reconciliação, a não repetição, e a transição de conflito armado para a paz” (OACP, 2016, p.24).

Por fim, chegando ao último ponto da agenda estruturada no início dos diálogos, foi assinado, no dia 25 de agosto de 2016, o Acordo para o Fim do Conflito. Nele estão presentes as decisões tomadas dentro das demais questões presentes na agenda. Ademais, ele determina, também, sob quais condições acontecerá o fim dos confrontos com as FARC e define os passos a serem dados: 1) iniciando com o acordo de cessar-fogo; 2) avançando para a suspensão definitiva das hostilidades bilaterais; 3) buscando a estruturação de um cronograma preciso para a entrega de todas as armas em, no máximo, 180 dias; 4) e dando início à reintegração dos guerrilheiros à vida civil.

Com a assinatura do acordo final, o próximo passo deveria ser a validação desse termo por meio de um plebiscito que contasse com a participação de todos os colombianos, de modo que houvesse respaldo e comprometimento por parte da população. Assim, apenas após esse momento, os pontos decididos seriam incluídos na constituição do país e transformados em leis. Os envolvidos nas negociações, portanto, consideravam que a paz não estaria presente imediatamente com o acordo, mas que seria “construída pelas pessoas nos territórios e para isso, era necessário fortalecer os mecanismos de participação para garantir a eficácia desse envolvimento na formulação de políticas e implantação dos acordos” (OACP, 2014, p.27). Todavia, o dia 2 de outubro de 2016 ficou marcado pela votação que revogou o acordo assinado. Em resultado recebido com surpresa pela comunidade internacional, mais da metade

dos colombianos que foram as urnas, optaram pelo ‘não’, obrigando governo e FARC a pensarem em novas saídas e em modificações no acordo inicial.

Retornou-se, portanto, aos diálogos, mantendo o cessar fogo entre as duas partes, alcançando novo consenso. Assim, “o texto do novo pacto, [...] contém várias propostas que foram apresentadas por distintos setores da sociedade colombiana, inclusive dos líderes do movimento pelo ‘não’” (O GLOBO, 2016). No entanto, ao contrário do que havia sido proposto inicialmente, o novo acordo não será levado à votação popular para referendação, sendo diretamente encaminhado ao Congresso Nacional, que se encarregará de ratificá-lo e incluí-lo na legislação do país (EL TIEMPO, 2016).

3.3.1.1 A participação dos atores internacionais no processo

De forma semelhante ao que se esperava do processo ocorrido no governo Pastrana, atores internacionais teriam um importante espaço nos acordos propostos por Santos, no entanto, diferente do anterior, muita da participação começou a se dar desde o início dos movimentos. Os países facilitadores que apoiaram a aproximação entre as FARC e o governo de Juan Manuel Santos, nos momentos iniciais, foram Noruega e Cuba. O presidente Santos solicitou a participação desses Estados com a ideia de mediação no processo que teria lugar fora do país (com as restrições legais existentes para o diálogo dentro da Colômbia). O papel destes países viria a ser fundamental para o acompanhamento do processo, a prevenção de seu desvio e dando suprimentos para a sobrevivência do mesmo.

A reação à inclusão desses países como peças fundamentais para o processo foi extremamente positiva e a escolha foi dada como um tremendo acerto do governo colombiano. A Noruega, por exemplo, tem sido um companheiro constante de processos de paz no mundo, como o conflito árabe-israelense (quando os acordos de Oslo foram alcançados); contribuiu no processo de Guatemala 1996 e interveio no Sri Lanka. O país nórdico tinha, portanto, um elevado perfil de mediador no processo, com uma ideologia democrática que tendia ao diálogo e também não era levado pelo viés do discurso do terrorismo, alardeado por outros governos e Estados. A inserção de Cuba era mais um sucesso do governo colombiano. Sua inserção foi importante em dois aspectos fundamentais: o primeiro é a obtenção de confiança das FARC para trazer o diálogo em um país que pode ser considerado *amigo* e permitiria um ambiente menos hostil para o grupo. Em segundo lugar, a posição de Cuba no diálogo, embora tenda mais à ideologia das FARC poderia se estabelecer

no meio da discussão de aspectos socioeconômicos a serem avaliados dentro da negociação (FISAS, 2010).

Dentro do contexto do atual processo de paz em Havana, o governo colombiano tem tentado seguir uma nova abordagem para o problema das drogas, tanto na mesa de negociações como para além dela. O presidente Santos mudou a posição tradicional do governo colombiano, que vinha seguindo uma abordagem proibicionista com a guerra contra as drogas, substituindo por um posicionamento caracterizado por uma maior abertura para debater diferentes estratégias para lidar com este problema. Mesmo que Santos não tenha defendido uma política específica, ele insistiu sobre a necessidade de realizar um debate aberto sobre a estratégia global dominante e suas deficiências claras. Esta mudança na posição do governo foi facilitada pelo papel relativamente marginal desempenhado pelos EUA no processo de paz de Havana e pela diminuição da influência desse país sobre a Colômbia como resultado dos cortes nas ajudas militares e econômicas de Washington a Bogotá para a guerra contra o drogas e atividades de contra insurgência (BORBA, 2013, p.4).

A participação da Organização das Nações Unidas foi diferenciada quanto à efetividade e envolvimento. Um aspecto notável a respeito do envolvimento da organização no conflito foi o envio da primeira missão das Nações Unidas para a Colômbia, com o objetivo de atuar na verificação e vigilância do cessar-fogo bilateral – junto à entrega das armas. A participação da ONU, dessa forma, se mostrava como real, com alto grau de envolvimento, diferente da mera observação exercida anteriormente. Tal decisão de atuar diretamente no período pós-acordo, foi tomada em 25 de Janeiro de 2016, quando o Conselho de Segurança adotou por unanimidade a resolução 2261, estabelecendo uma missão política, composta por observadores internacionais desarmados, aderindo ao mecanismo tripartite para supervisionar o fim definitivo das hostilidades. Com isso, ainda no início do mesmo ano, o Secretário-Geral, Ban-ki Moon, anuncia em conjunto com o Governo da Colômbia e as FARC, a decisão de solicitar ao Conselho de Segurança o estabelecimento de uma missão política. Com isso, as Nações Unidas davam o seu primeiro passo para atuar, de fato, na transformação do conflito colombiano e na busca pela paz.

Outros atores internacionais se utilizaram de sua influência para demonstrar interesse no processo colombiano. Entre estes, destacam-se as atuações do líder máximo da Igreja Católica, o Papa Francisco, que manifestou seu profundo desejo de apoiar os processos de término do conflito, ao qual se referiu repetidamente como uma longa noite de violência no país.

Que essa longa noite de dor e violência, com a vontade de todos os colombianos, possa ser transformada em um dia sem pôr do sol, de harmonia, justiça, fraternidade e amor no que diz respeito ao direito institucional, nacional e internacional, de modo que o a paz seja duradoura. Por favor, não temos direito de permitir um novo fracasso neste caminho de paz e reconciliação (OACP, 2016, p.29).

No ano de 2015, o pontífice enviou uma carta ao governo do país, demonstrando apoio a um comprometimento sério com a busca pela paz e desejando esperança e esforço ao povo colombiano (EL TIEMPO, 2016).

Quanto aos Estados Unidos, maior parceiro histórico do país, uma menção especial deve ser feita às reuniões que manteve o secretário de Estado, John Kerry, em Cuba, com as delegações do governo colombiano e das FARC. Em reuniões separadas, o governo dos EUA reiterou o seu apoio ao processo de paz, uma posição para a qual tanto os representantes do governo colombiano e os da guerrilha ficaram gratos, por receber a confiança em transformar o conflito (TRUCHET, 2016, p.4).

O papel dos Estados Unidos sempre esteve vinculado a programas que envolviam o caráter mais militar ou do enfrentamento, em especial à questão das drogas. Entretanto, o que foi decidido e o que se espera é que no momento em que acordo esteja sendo implantado, o principal papel dos EUA seja o de fornecer seu apoio ao processo de paz, financiar programas relevantes e sustentar seu apoio durante a fase de implementação prolongada, que pode durar até 10 anos. Da mesma forma, os doadores internacionais, incluindo os norte-americanos, podem ser solicitados a prestar maior apoio às vítimas do conflito de cinco décadas, incluindo a melhoria das condições de vida e a restituição de terras para os milhões de pessoas deslocadas (BEITTEL, 2015, p.32).

A participação de países vizinhos é relativa. Enquanto os efeitos regionais de um suposto sucesso do acordo viessem a ser sentidos por todos, seu envolvimento é apenas formal, por ora. Chile e Venezuela despontaram como “países acompanhantes” nos acordos finais, - grupo ao qual deverá se juntar a Alemanha, em caso de sucesso na implementação. Contudo, um acordo de paz bem-sucedido provavelmente resultará em menos tráfico de drogas e atividade ilícitas, o que possivelmente encorajará um número de refugiados a retornar à Colômbia (BEITTEL, 2015, p.32).

Quanto ao Brasil, embora sua liderança regional estivesse consolidada, o governo colombiano ainda tem dúvidas sobre a sua posição no conflito colombiano e frente aos atritos com a Venezuela. Esperava-se que o Brasil participasse, como país garante, das negociações com a ELN, mas sua participação foi afetada pelas mudanças de governo e discontinuidades.

O país, no entanto, intensificou a participação conjunta no processo de desminagem junto ao Exército Colombiano⁵⁴.

A participação de atores internacionais, dessa maneira, mostrou-se menos difusa e potencialmente mais eficaz para o resultado dos acordos. Sua participação constante em papéis de monitoramento de atividades previamente estabelecidas, oferecia um caráter de solidez das ações, além da ampliação dos interesses locais em atingir o sucesso das ações. O estabelecimento de uma Missão das Nações Unidas no país, também representa um crescimento da importância da paz na Colômbia na agenda internacional, após mais de cinco décadas de violência.

3.3.2 Trajetória e atuação dos movimentos pela paz no período: de 2010 a 2016

Como descrito anteriormente, desde o início da administração de Juan Manuel Santos, o discurso militarista do governo anterior foi modificado e, simultaneamente, anunciada a intenção de iniciar as primeiras negociações com as FARC. Assim, durante todo o período do governo Santos – antes mesmo do início oficial das negociações –, a inclusão e participação da sociedade civil nas questões referentes ao conflito foi uma questão presente e tida como essencial para a consolidação da paz. Isso imediatamente reavivou as redes nacionais de mobilização pela paz que buscaram promover espaços de debate e diálogo (BARRETO, ANDRÉS, LINARES, 2016). Dessa forma, assim como supracitado, no que diz respeito ao processo de paz formal, houve diversos esforços, tanto por parte do governo, quanto das FARC, para abrir espaços nos quais os indivíduos e as comunidades pudessem estar presentes para opinar acerca dos pontos da agenda, por meio de diversos mecanismos.

Tal posicionamento partia, portanto, da compreensão de que o acordo não teria utilidade caso acontecesse apenas entre os dois principais polos, isto é, para haver a construção da paz no dia-a-dia, seria necessária maior participação cidadã. Assim, para assegurar que esse envolvimento fosse real e direto, no acordo final, “foram aprovadas uma série de medidas e apoios especiais às organizações sociais como expressões organizadas de diferentes interesses da sociedade [...]” (OACP, 2014, p.27). Com isso, o Estado reconhecia a importância primordial dos movimentos pela paz e da ação local – em contato com os níveis nacional e regional –, buscava fortalecer as inúmeras iniciativas civis já existentes, e dar

⁵⁴ Sobre a ação conjunta de desminagem entre os Exércitos do Brasil e da Colômbia, ver: <http://www.defesamet.com.br/al/noticia/21440/Exercito-Brasileiro-apoiam-esforcos-de-desminagem-na-Colombia/>

possibilidades de haver mais capacitação dentro dos movimentos ou organizações sociais, de acordo com seus repertórios e plataformas de ação para a paz.

Os pontos referentes a isso foram discutidos na mesa de conversações e estão presentes no Acordo Final definindo que:

O governo nacional vai preparar um projeto de lei de garantias e promoção da participação cidadã e de outras atividades que podem ser realizadas pelas organizações e movimentos sociais, [...] que contará com a participação de porta-vozes de organizações e a maioria dos movimentos sociais representativos. Ademais, a mobilização social e o protesto serão reconhecidos como formas de ação política e exercícios legítimos do direito à reunião, à livre circulação, à liberdade de expressão, à liberdade de consciência e à oposição em uma democracia. Além disso, em um cenário de fim do conflito serão garantidos diferentes espaços para canalizar as demandas dos cidadãos, incluindo todas as garantias para a mobilização, protesto e coexistência pacífica. Se concordou em promover a construção agendas de trabalho que permitam o tratamento precoce das petições e propostas dos diferentes setores e organizações sociais (OACP, 2014, p.27-28).

No entanto, a inclusão nas negociações sobre o tema da paz não ocorreu apenas a partir da abertura dada pelo governo, mas também pelas iniciativas próprias de cada movimento pela paz, que buscaram estar presentes desde o início dos diálogos. Dessa forma, durante o ano de 2012, e antes que o governo nacional iniciasse as negociações formais com as FARC, movimentos civis e as mais diversas organizações pela paz, vinham abrindo espaços para propor alternativas para a saída negociada do conflito. Esses espaços e manifestações pela paz ainda eram fruto de esforços realizados décadas atrás – exemplos disso são as reivindicações pela paz dos indígenas do norte de Cauca e a organização *Ruta Pacífica de las Mujeres*, que tiveram suas primeiras iniciativas e ações durante os anos 1990, sustentando os trabalhos até o processo de paz atual (FOKUS, 2012, p.4). Ademais, comunidades que atuam por meio da resistência – que também haviam nascido anteriormente a partir da criação de Comunidades de Paz, Zonas de Paz ou Laboratórios de Paz –, nesse período tornaram-se essenciais, sendo

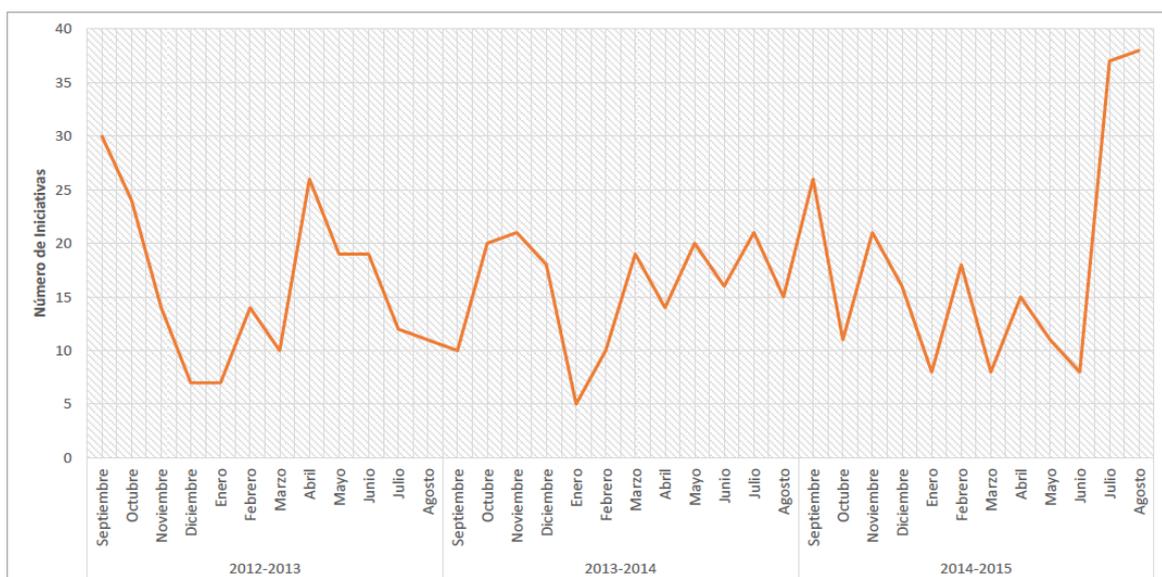
Expressões da "pequena paz" ou "micro-paz", construídas e desenvolvidas pela transformação das expressões do conflito numa escala micro. Neste sentido, permitem pensar e construir a paz sob uma lógica diferente, mais social do que política, mais horizontal que vertical, e mais local do que nacional. [...] fazendo-se uma distinção entre a paz política, que pode ser alcançada na mesa de negociações, e a paz construída pelas comunidades. [...] a paz não é algo externo aos indivíduos, a paz é construída todos os dias em casa; a paz não é esperar para que se sentem para dialogar em Ralito, em Havana, em Caracas ou em qualquer outro lugar, porque isso soluciona apenas uma parte do conflito que foi gerado na Colômbia; há uma paz que as comunidades constroem e a fazem permanentemente [...]. (HENRIQUES, 2012, p.70-71)

Sendo assim, no processo de paz em curso, a mobilização pela paz aumentou gradativamente e se firmou com 193 ações coletivas, por meio dos movimentos pela paz, no primeiro ano, 189 no segundo e 217 no terceiro (CINEP, 2016, p.20) – Ver Gráfico 3. Segundo o diretor da *Redepaz*, Luis Emil, houve forte participação de organizações como aquela da qual ele é membro, nos fóruns regionais e nacionais,

“nos apresentamos nos fóruns que foram disponibilizados para a participação cidadã mas, além disso, fizemos jornadas, marchas, mobilizações, semanas pela paz, e eu acredito que fundamentalmente as atividades no marco da Semana Pela Paz foram importantes para incidir no desenvolvimento da mesa de conversações” (Informação verbal⁵⁵).

Tais dados mostram o empenho da sociedade em participar da construção de uma paz estável e duradoura, mesmo que, diretamente, na mesa de negociações, não houvesse representantes de tais grupos. Como afirma Luis Emil, diretor geral da organização *Redepaz*, que abarca diversas iniciativas em todo o território colombiano – servindo como guarda-chuva para grupos que atuam localmente –, em entrevista, mesmo com todo o empenho e criação de espaços que pudessem receber as propostas das comunidades, houve também dificuldades para a inclusão e participação civil. “O obstáculo principal foi que a mesa de conversações se realizou em Havana, em outro país, distante. O que impedia que setores importantes da sociedade pudessem estar mais próximos da mesa [...]”.

Gráfico 3 - Mobilização pela paz - Setembro de 2012 a Agosto 2015



⁵⁵ Entrevista concedida por EMIL, Luis. Entrevista I. [nov. 2016]. Entrevistador: Catarina Rose Bezerra. João Pessoa / Bogotá. 2016. 3 arquivos .mp4 (31 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo A desta dissertação.

Além das já citadas anteriormente, outras organizações, entre as mais antigas, a *Viva la Ciudadania* (1991); a *Redepaz* (1993); a *Corporación PRODEPAZ* (1999); além daquelas fundadas mais recentemente, como no caso da *Reconciliación Colombia* (2013); *Fundación para la Reconciliación* (2003); da *Fuente de Paz* (2007); da *Narrar para Vivir* (2000); e a *Fundación para el Desarrollo Humano Comunitario* (FUNDEHUMAC) (2000), continuam atuando em diversas frentes, desde aquelas com objetivos educativos, até ações de resistência. Ademais, a maioria das organizações criadas a partir dos anos 2000 – todas essas mais jovens supracitadas – fazem parte da *Redepaz*, seguindo, portanto, as linhas já estruturadas por essa organização, abarcando quatro pontos principais,

[o primeiro é a busca pela] construção de um ‘Consenso Nacional pela Paz’, de uma cultural social a favor da paz, da transformação pacífica de conflitos, da construção de cenários para a reconciliação e o perdão [...]. A segunda área é a de ‘Direitos Humanos, Direito Internacional Humanitário e Atenção às Vítimas’, na qual fazemos capacitação, promoção dos direitos humanos e denúncias em torno de violações de Direitos Humanos. [...] A outra área de trabalho é a área de ‘Territorialidade pela Paz’, que busca, fundamentalmente construir a partir nos territórios, nos municípios e departamentos, [...] A quarta área, é a área de ‘Trabalho com a mulher’, na qual buscamos fundamentalmente que a mulher seja sujeito de direitos, seja sujeito ativo na construção da paz. (Informação verbal)

Entre tais formas de atuação civil – levando em consideração as supracitadas – é possível identificar as principais, isto é, aquelas que se repetem mais vezes ou que alcançam maiores proporções e objetivos. Assim sendo, nesse período Santos, as marchas e caminhadas tiveram grande importância – como as ações mais praticadas nesse espaço de tempo –, podendo ser destacadas entre elas,

a concentração de 26 de Outubro de 2012, realizada na Plaza de Bolívar (Bogotá), em comemoração do 15º aniversário do ‘Mandato para a Paz’ em 1997 que mobilizou 10 milhões de colombianos a votar a rejeição de qualquer ato de violência [...]; a marcha de 31 de Outubro de 2012, em Riohacha, Guajira, onde cerca de oito mil pessoas participaram dizendo não à violência e sim à paz, justiça e respeito pela vida [...]; e a marcha de 11 de Novembro de 2012 em Santa Rosa de Osos, Antioquia, em que mais de duas mil pessoas foram mobilizadas contra a violência que matou 10 camponeses, sob o slogan ‘A vida é sagrada, sem mais violência’ [...]. (CINEP, 2016, p.29-30)

Dessa forma, percebe-se a existência de um momento favorável às mobilizações pela paz – confirmados tanto pela diversidade de atores envolvidos quanto pela magnitude e números de ações realizadas –, de modo que, no total, durante os anos de negociações entre

governo e FARC ocorreram “123 marchas, 99 reuniões, fóruns ou seminários, 96 eventos culturais e/ou esportivos, 63 campanhas ou ações educacionais, [...] 35 ações para resgate da memória, 35 diálogos, prêmios e homenagens, [...] 3 ações de resistência civil, [...] 1 declaração de zona de paz” (CINEP, 2016, p.30). Houve, portanto, entre os anos de 2010 e 2016, o fortalecimento dessas iniciativas, que se mantiveram durante todo o processo construindo a paz nos diversos níveis, envolvendo vários setores que foram afetados pelo conflito – ponto essencial para a manutenção da paz.

Desse modo, a partir dessas ações realizadas desde as localidades mais afastadas, com comunidades afrodescendentes ou indígenas, até aquelas que ocorrem no centro das grandes regiões e cidades, torna-se possível identificar aquilo que foi definido por Lederach e citado anteriormente como a ideia de criar plataformas para a construção da paz – isto é, compreendendo a necessidade de uma paz com bases sólidas, construída entre pessoas diferentes, com opiniões distintas e que possua estruturas bem definidas, com líderes para impulsionar as ações pela paz, principalmente no período após a assinatura dos acordos. Em outras palavras, portanto, consegue-se identificar

a existência de uma infraestrutura social da paz⁵⁶, que é expressa através da mobilização e desenvolvimento de iniciativas locais, regionais e nacionais, e envolvendo vários setores e organizações sociais. Esta infraestrutura tem a capacidade de reunir e articular em redes e plataformas de caráter social, política e cultural com diversos setores sociais [...] e cooperação internacional nos vários níveis territoriais (LEDERACH, 2011, p. 54).

Isso se confirma na medida em que vai se fortalecendo a atuação de líderes que fomentem a paz, em todo o território, servindo como fermento crítico⁵⁷, isto é, segundo Luiz Emil, a *Redepaz*, por exemplo, é uma organização que

“tem presença em todo o território nacional. A Colômbia tem 32 departamentos, a Redepaz tem presença, ou seja, pessoas, organizações, coletivos de cidadãos e cidadãs que fazem parte dessa rede. Tem ONGs de caráter local, tem iniciativas de construção de paz em seus territórios, e esses são inscritos ou fazem parte da Rede. E a maioria desse trabalho, é um trabalho voluntário. Podemos dizer então que a Redepaz é formada por 10 a 12 mil pessoas, em todo o território nacional, mas essas pessoas incentivam a participação de suas comunidades na construção da paz”. (Informação verbal)

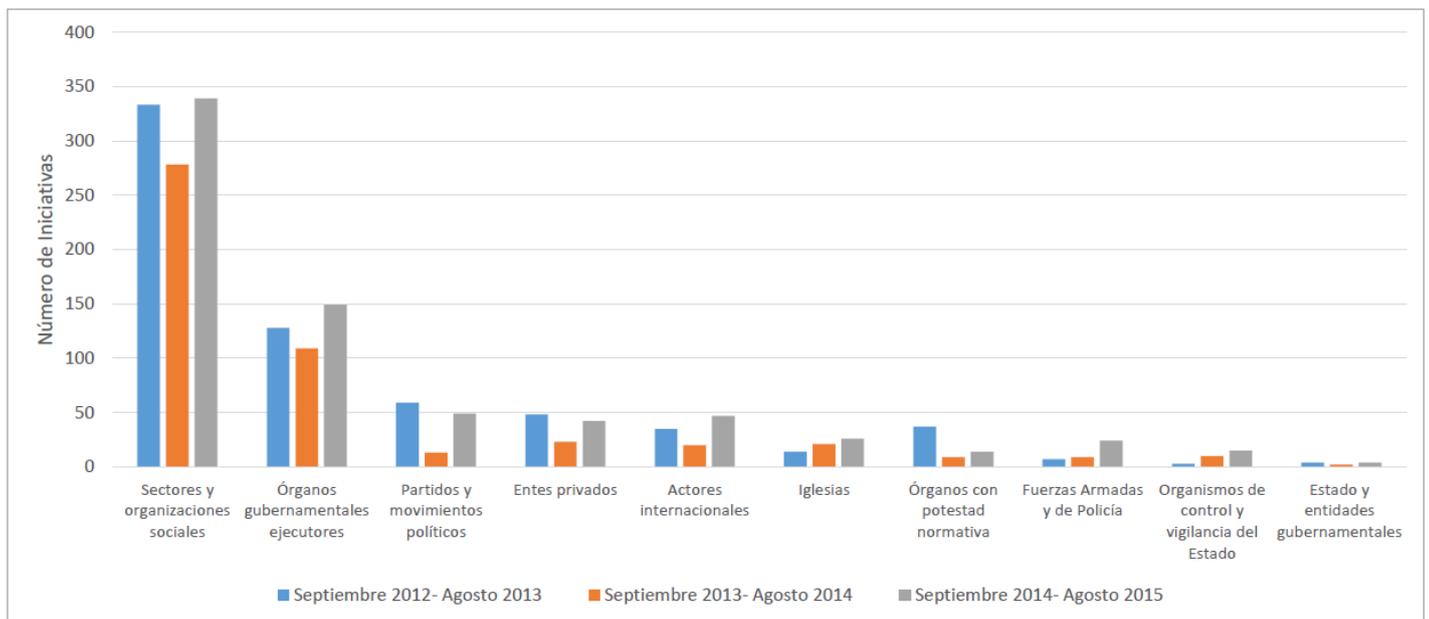
⁵⁶ Tal infra-estrutura social da paz – similarmente ao que é chamada por Lederach (2011, p.54) de plataformas relacionais – pode ser entendida “[...] como um conjunto de atores inter-relacionados (organizações), processos e resultados (alianças, plataformas, espaços, políticas) que direcionam sua própria construção da paz [...]” (PALADINI, 2012, p. 47).

⁵⁷ Conceito criado por Paul Lederach em seu livro *Imaginação Moral*, trazendo a ideia de que “pessoas estrategicamente conectadas têm maior potencial para fazer crescer socialmente uma ideia ou processo, do que um grande número de pessoas que pensam da mesma forma” (LEDERACH, 2010, p.91).

Esse tipo de cobertura nacional favorece, portanto, as ações mais genuínas que alcançam a paz, mesmo que apenas naquela pequena parcela do território. Esse trabalho, entretanto, é o responsável por reatar as relações rompidas, construindo a paz e evitando, previamente, o surgimento de novos focos de violência.

Desde o início da administração Santos, em 2010, portanto, a Colômbia tem conseguido dar passos decisivos para resolução do conflito. Seguindo adiante, com o acordo final alcançado, torna-se possível abrir cada vez mais espaços para a participação dos movimentos pela paz e da sociedade em geral – considerando que a maioria dos atores aumentou sua participação a partir do primeiro ano de negociações e que as organizações sociais e os órgãos executivos do governo, isto é, prefeituras, governos departamentais e governo nacional, são os principais atores na mobilização pela paz (ver Gráfico 4).

Gráfico 4 - Número de ações por atores envolvidos



Fonte: CINEP, 2016, p.24.

A partir disso, percebe-se que esse momento se configura como um dos mais relevantes para a transformação do conflito, saindo de um cenário destrutivo, para o construtivo. Os espaços abertos para atuação dos movimentos pela paz e da sociedade, no geral, representam uma oportunidade que possui grande influência positiva sobre a consolidação da ideia de infraestrutura social da paz, assim como supracitada. Assim sendo, em um eventual cenário de pós-acordo, o envolvimento da sociedade – por meio,

principalmente, dos movimentos pela paz – e o desenvolvimento de tal infraestrutura, serão os principais responsáveis pela construção e manutenção da paz, a partir da reconstrução das relações sociais anteriormente rompidas pelo conflito.

Tabela 7 - Resumo das ações em cada governo de 1998 a 2016

	Andrés Pastrana Arango (1998 -2002) – El Caguán	Álvaro Uribe Vélez (2002 -2010)	Juan Manuel Santos (2010-2016) – La Habana
Balança Militar	As FARC melhoram o seu desempenho militar e estão convencidas que podem ganhar a guerra pela via militar	As Forças Armadas melhoram o seu desempenho militar e estão convencidas que podem ganhar a guerra pela via militar	As FARC são enfraquecidas pela morte do seu líder, enquanto as Forças Armadas continuam presentes em todo o território, evitando novo crescimento do conflito.
Dilema de Segurança	As FARC atuam com desconfiança frente ao governo. Tirofijo não assiste a cerimônia do início do processo, temendo um ataque.	As FARC se negam a negociar com um governo que lhes faz guerra. A desconfiança do governo é elevada.	Tanto as FARC quanto o ELN se mostram abertos às negociações. O governo também está disposto, apesar de algumas condições.
Papel das Terceiras Partes	Se cria uma comissão de países facilitadores do processo de paz, mas não podem evitar seu rompimento.	A comunidade internacional intervém no processo de desmobilização com os grupos paramilitares.	Noruega e Cuba têm papéis principais, sediando as negociações. Porém, um grupo maior de países estão apoiando as negociações, além da própria ONU que inicia uma missa no país.
Sabotadores	As Forças Armadas se opõem ao processo de paz e à zona de despejo. Ameaçam renunciar em massa.	O presidente e as Forças Armadas são contra um processo de paz com as FARC e o ELN pois os consideram grupos terroristas.	Parte da população, ao recusar o acordo; o ex-presidente Uribe – fenômeno chamado <i>uribismo</i> –; e as <i>BACRIM</i> .
Dispositivos de negociação	Escritório do Alto Comissariado para a Paz e Conselho de Paz e Convivência.	Comissão Nacional de Reparação e Conciliação. Criada como consequência dos acordos com os grupos paramilitares.	Escritório do Alto Comissariado para a Paz.
Agenda de negociação	Mínima. As exigências das FARC impediam o avanço das negociações. As questões procedimentais fizeram o processo fracassar.	Máxima. As FARC fizeram exigências que o governo considerou inconcebíveis.	Máxima. Busca-se incluir pontos que abarquem não só as questões diretas do conflito, mas que atendam às necessidades sociais e estruturais do país.

Comportamento dos atores do conflito	As FARC continuam a prática de sequestros massivos. Tirofijo desconhece o direito humanitário.	Violações de direitos humanos e violações do direito internacional humanitário. As FARC liberam alguns sequestrados para demonstrar sua vontade de diálogo.	As FARC mantêm o cessar-fogo prometido e buscam o diálogo, de fato. O ELN também se mostra aberto.
Participação cidadã	Há um forte entusiasmo pela paz. Ajudam as mesas de discussão em El Caguán, mas a participação é mais simbólica.	A crise dentro do movimento nacional pela paz faz com que surjam iniciativas locais que buscam a criação de cidadanias de paz.	Há uma grande abertura para a participação cidadã diretamente no processo, a partir de vários meios. Além disso, as organizações pela paz continuam atuando, tendo um papel importante na divulgação do acordo e no momento pós-referendo.

VENEGAS, 2011, p. 117-118, adaptado pelo autor.

3.4 OS PROCESSOS DE PAZ FORMAIS E A PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE PAZ: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Assim como proposto, esse tópico trará uma avaliação a partir da utilização de conceitos construídos nos capítulos anteriores e da comparação entre os dois mais recentes processos de paz realizados entre governo e guerrilha – na figura das FARC, principalmente. Tendo sido descritos nos pontos anteriores, os processos de paz realizados durante os governos Pastrana (1998-2002) e Santos (2010-2016), continham em si profundas diferenças de estruturação, realização, de metas, e também de resultados. No entanto, se consideradas em perspectiva, essas podem ser consideradas, com seus erros e acertos, as principais iniciativas em direção da paz que já ocorreram na Colômbia nas últimas décadas de conflito.

Isso se deve, em grande parte, porque foram nesses dois espaços de tempo que as mobilizações sociais cresceram de maneira significativa, levando a maior presença da população na busca pela transformação do cenário violento. Apesar de estar acontecendo processos de negociação formais, o foco recai na reconstrução dos laços rompidos pelo ódio da guerra. Desse modo, a presença dentro e fora dos diálogos diretos serão considerados nos tópicos seguintes, levando em conta a importância não só da assinatura do acordo, mas do período posterior, quando a sociedade torna-se essencial para se chegar a uma paz estável e duradoura.

3.4.1 A dimensão formal dos processos em Pastrana e Santos: erros e acertos

A partir do que foi desenvolvido anteriormente, é possível comparar os processos de paz realizados durante os governos de Andrés Pastrana (1998-2002) e de Juan Manuel Santos (2010-2016) – considerando que este último ainda está em curso. Desse modo, identificam-se diversos pontos que podem ser capazes de explicar os motivos pelos quais as primeiras negociações falharam e o que foi feito de maneira diferente nos diálogos atuais, levando a assinatura de um acordo com os principais grupos guerrilheiros, além de reduzir fortemente as chances de retorno ao conflito armado, buscando, principalmente, melhorias nas condições de vida da população.

O primeiro ponto que se consegue perceber é a ausência de planejamento estratégico nas negociações de *El Caguán*, que têm início antes mesmo de ser confirmado quem seria o presidente. Assim, a chance de saída negociada do conflito ficava atrelada à eleição de Pastrana, sendo o indivíduo, isto é, o presidente, aquele que carregaria as chaves para o fim das hostilidades. Tal cenário, no qual as pessoas consideraram que poderiam depositar toda a sua confiança na figura do presidente do país, foi negativo também para a participação civil – essencial para a construção da paz muito além de qualquer acordo assinado – e para a transparência do processo. Ao contrário disso, durante as negociações atuais, o presidente foi eleito no ano de 2010, porém, as primeiras conversações só começaram a ocorrer, de fato, no ano de 2012. Nesse tempo, foi possível planejar e preparar o cenário ideal para os diálogos – inclusive mantendo a presença militar –; contar com o auxílio de pesquisadores no tema da paz para formular o melhor formato para o processo; definir quais seriam as questões a serem debatidas ou quais estariam fora do debate; quem faria parte da comissão que faria o trabalho de mediação entre os dois lados – governo e FARC –; e todas as condições para que tudo ocorresse da melhor maneira, visando uma paz estável e duradoura.

Outra questão a ser considerada é a real intenção do governo e do grupo guerrilheiro, no momento atual, em acabar, de fato, com o conflito armado, ao contrário do que foi constatado no período anterior. Como afirma Luis Emil, “no nosso modo de ver, não havia realmente uma intenção de paz por parte do governo e por parte da guerrilha das FARC, foi mais um experimento para medir forças, ver quem era mais forte, nesse conflito armado, e a partir daí tentar uma estratégia para derrotar o outro” (Informação verbal). Com isso, apesar de haver alguns diálogos, ambas as partes ainda acreditavam na vitória militar e não pretendiam construir a paz.

Ligado ao ponto anterior, uma grande diferença entre os dois processos formais foi a escolha do local para as negociações e a não abertura de zonas desmilitarizadas. No que diz

respeito a decisão de negociar fora do território nacional, ao contrário do processo iniciado em 1998, buscava-se o maior nível de confiabilidade e garantia de discricção, evitando o envolvimento com qualquer eventualidade que ocorresse durante as conversações. Assim, não houve qualquer interrupção das atividades militares, demonstrando que o governo não estava se rendendo porque não possuía mais capacidades de vencer militarmente, mas por escolha em relação à saída negociada do conflito. Por outro lado, evitou-se também um dos maiores erros cometidos durante a administração Pastrana, isto é, não foram cedidos territórios para a guerrilha, numa tentativa de não abrir espaços para um novo crescimento do grupo.

Ademais, outra questão relevante de divergência entre o processo de 1998 e o atual, foi que, nesse último, houve o estabelecimento de uma estrutura clara com três fases específicas e pré-definidas – assim como supracitado –, acordadas entre ambas as partes. Isso buscava garantir a continuidade das negociações, porém, delimitando certo período de tempo para que se alcançasse um acordo e, com isso, modificando a ideia presente no processo de paz realizado por Pastrana, de que os diálogos ocorreriam por tempo ilimitado. Além disso, todas as negociações foram conduzidas sob o princípio de que *“nada está acordado hasta que todo esté acordado”* (nada estaria acordado até que tudo estivesse acordado), isto é, as decisões de cada um dos pontos só passariam a fazer parte do documento final, quando todos os pontos fossem abordados, discutidos e se conseguisse alcançar o consenso sobre o melhor cenário dentro de cada tema – desde as questões de abertura à participação política cidadã, até as decisões que envolvessem a reparação às vítimas, além da maneira de referendação e implementação do acordo.

No que diz respeito a esse último item, consegue-se distinguir profundas distinções entre o processo de 1998 a 2002 e aquele que se iniciou em 2012. Ligado à questão da participação cidadã, o envolvimento direto da população para aprovar ou não o acordo alcançado entre os dois polos, governo e guerrilha, foi um ponto singular no processo de Juan Manuel Santos. Ao contrário de Pastrana, Santos considerou, de fato, a necessidade de alcançar a paz a partir do diálogo e, para isso, compreendeu que isso só poderia ocorrer se fosse possível envolver todos os colombianos nas decisões tomadas, já que o acordo figurava apenas com um pontapé. Dessa forma, mesmo possuindo muitas fraquezas, o processo atual buscava corrigir justamente os erros apontados como os mais graves nas tentativas anteriores de cessar o conflito armado, fortalecendo assim, inicialmente – isto é, em especial antes da vitória do ‘não’ no plebiscito – as probabilidades de se alcançar uma paz mais democrática, justa, estável e duradoura.

3.4.1.1 A participação dos atores internacionais no processo: o peso do cenário internacional em cada um dos períodos

Os diferentes processos de paz aqui analisados, seguramente, também tiveram diferentes impactos para a Colômbia e para a sua região. Da mesma forma, foram recebidos de maneiras distintas pela comunidade internacional, e suas reações se manifestaram em maior ou menor participação e influência nos mesmos. Indubitavelmente, os processos também se desenrolaram durante períodos extremamente distintos, com longos intervalos entre si, o que permitiu que um contexto internacional completamente diferente se apresentasse durante cada processo.

O processo de paz coordenado durante o governo Pastrana enfrentou uma conjuntura internacional profundamente adversa. Após o mal-estar diplomático entre os governos de Colômbia e Estados Unidos, ocorrido durante o governo Samper⁵⁸, havia grande apreensão e atenção, por parte dos estadunidenses, à forma como as relações com o conflito se dariam, no novo momento. Dessa forma, os reflexos dos atentados de 11 de setembro de 2001 na política externa estadunidense são particularmente importantes para compreender a virada da participação internacional no processo de paz de Pastrana.

Essa atenção se reverteu, nos momentos decisivos do processo, em menor inclinação ao diálogo, e maior propensão ao combate armado das guerrilhas, – como seria reforçado pelo governo seguinte – uma vez que as mesmas passaram a ser encaradas como parte do terrorismo global a ser enfrentado. Dessa maneira, não apenas os Estados Unidos reduziram o apoio ao processo, mas a participação internacional, no geral, foi prejudicada sobremaneira. Durante o período, a sociedade internacional direcionou suas atenções, em especial, ao Oriente Médio, e às consequências diretas da retaliação pelo ataque às Torres Gêmeas. O problema colombiano reduziu em relevância relativa, e a participação estrangeira diminuiu.

Da mesma forma, os Estados reduziram seu interesse em envolver-se em conflitos relacionados a outros países, e políticas de defesa mais rígidas e menos inclinadas ao diálogo tornaram-se a tônica, durante esse momento. A maior proteção das fronteiras na região, assim como a preocupação com o crescimento das FARC devido ao descontrole das zonas desmilitarizadas, tornou os países mais distantes do processo colombiano.

⁵⁸ “O governo norte-americano, que durante a presidência de Ernesto Samper (1994-1998) qualificou a Colômbia como uma “narcodemocracia”, voltou toda a atenção para o governo seguinte, de Andrés Pastrana (1998-2002) (SANTOS, 2006, p.64).

Quanto às organizações internacionais, o problema da relevância também foi fundamental para compreender seu distanciamento. Entre o período que compreende o governo Pastrana (1998 – 2002), a ONU iniciou 10 Missões de Paz, em sua maioria na África, o que fez com que a maior parte de seus recursos, pessoal, inteligência, e mesmo a dedicação internacional, se distanciasse cada vez mais do problema colombiano. (FAGANELLO, 2013). O excesso de missões somou-se à experiência adquirida durante a década de 90, segundo a qual missões com poucos recursos ou o estudo adequado resultaram em fracassos e, potencialmente, tragédias, o que manteve a ONU efetivamente fora do processo em questão.

O governo Santos, por sua vez, deparou-se com uma conjuntura internacional bastante distinta daquela enfrentada no processo de paz anterior. O desgaste da *Guerra Contra o Terror* no Oriente Médio e seus resultados, considerados em sua maioria negativos pela comunidade internacional, tornaram a recepção de uma proposta de diálogos pela paz profundamente bem recebida globalmente. A ideia de um processo de paz internacionalizado, gerido fora da Colômbia, pensado em moldes políticos e com a atuação de lideranças e da sociedade civil, mostrou-se uma proposta com aceitação quase imediata. O fato de já ter sido pensada ao lado de Estados com certa reputação internacional, como a Noruega, atraiu de imediato a atenção de outros atores, diferentemente do que havia ocorrido no processo anterior, quando a participação internacional foi estimulada pós o início dos processos.

Assim como a credibilidade conferida pela participação norueguesa, o fato das negociações terem como palco a capital cubana, converge com o histórico período de reabertura do país e a retomada das relações internacionais de Cuba. A ótima sincronia entre os eventos resultou num espaço amplo para que as FARC se sentissem confortáveis com a escolha do local neutro para as negociações, ao mesmo tempo que oferecia aos cubanos a oportunidade perfeita para as definições necessárias de uma nova política externa. Assim, Cuba pôde utilizar o processo de paz para recolocar-se no sistema internacional como um país de fins pacíficos e ímpetus mediadores, o que ampliou o interesse do país nos acordos.

O envolvimento e interesse de líderes internacionais também demonstra um maior empenho da comunidade internacional no processo do governo Santos. No seu último documento público, o ex-presidente da África do Sul e ganhador do Prêmio Nobel da Paz, Nelson Mandela, demonstrou o seu apoio ao processo de paz, reafirmando que não se pode

lutar para sempre. Após a sua morte, sua posição foi continuada pelo líder do país, o bispo Desmond Tutu.⁵⁹

Levando em consideração a importância da Igreja Católica no país – com 84% da população professando essa fé (EL TIEMPO, 2016) – torna-se possível compreender a grande relevância que participação, com ações favoráveis, por parte do Papa Francisco durante as negociações em La Havana. Ampliando assim, a simpatia dos fiéis da fé católica ao processo de paz nos moldes em que ocorria. Ademais, Francisco enviou uma série de cartas às duas partes envolvidas no processo e deu diversas declarações, elogiando os esforços pelo fim da violência no país.⁶⁰ O pontífice reforçou que a sua igreja deveria ter importante papel no pós-acordo:

“É preciso assumir o risco de transformar toda a Igreja, cada paróquia e cada instituição, em um "hospital de campanha" no lugar seguro onde se possa reencontrar os que sofreram as atrocidades e os que atuaram na margem da violência” (CONFERENCIA EPISCOPAL DE COLOMBIA, 2015)⁶¹

O posicionamento do Papa reflete uma tendência da igreja em se aproximar de processos dessa natureza, e representou mais um acerto em credibilidade para o processo de paz.

Por fim, é necessário apontar que a real participação da ONU no processo em questão, com a elaboração de um mandato e a tomada de posição quanto a um dos momentos vitais da construção da paz – o desarmamento das guerrilhas – representa uma atenção renovada ao caso colombiano. Da mesma forma, a participação da ONU representou um forte crescimento na legitimidade internacional do processo. O Prêmio Nobel da Paz concedido ao presidente Santos⁶², por seus esforços firmes para acabar com a guerra civil de mais de 50 anos, apenas ratifica a legitimidade do processo junto à órgãos e instituições internacionais de profundo renome.

⁵⁹ Mais sobre o posicionamento de Nelson Mandela, Desmond Tutu e outras lideranças sobre o processo de paz do governo Santos em: <http://centromemoria.gov.co/no-se-puede-pelear-por-siempre-decia-mandela-a-quien-uribe-le-frustro-su-intermediacion-para-la-paz-de-colombia/>

⁶⁰ As declarações do Papa Francisco foram noticiadas com destaque pelos jornais no mundo inteiro, como em <http://www.eltiempo.com/politica/gobierno/papa-francisco-en-colombia-en-2017/16714464>. E Também em <http://www.elpais.com.co/elpais/colombia/noticias/carta-papa-colombianos-gran-estimulo-para-seguir-trabajando-por-paz-santos>. O

⁶¹ <https://www.aciprensa.com/noticias/texto-completo-la-carta-del-papa-francisco-a-colombia-por-semana-santa-80557/>

⁶² O Prêmio Nobel da Paz foi concedido ao presidente colombiano na sua tradicional cerimônia no ano de 2016. Mais na página do instituto, em: https://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/2016

3.4.2 A atuação dos Movimentos pela Paz como determinante durante os processos: rupturas, continuidades e influência sobre as negociações

Considerando tudo o que foi apresentado sobre a atuação da sociedade civil, em geral, e também dos movimentos pela paz, durante os períodos de negociações entre governo e guerrilha, é possível perceber que apesar de tradicionalmente a Colômbia possuir diversas iniciativas para a construção da paz espalhadas em todo o território, durante os processos de paz não é possível identificar, na maioria dos casos, o real envolvimento da população. Pouca abertura foi dada, por parte dos governos e dos grupos violentos, durante a história do país, àqueles que queriam trabalhar pela paz, impedindo que as atividades realizadas continuamente chegassem a atingir algum objetivo durante negociações oficiais.

Assim, no final dos anos 1990, após os escândalos da administração de Ernesto Samper e a decorrente falta de esperança em relação ao cenário político, a população colombiana buscou reagir por meio de ações em favor da paz. Nesse período, portanto, as plataformas dos candidatos que disputariam as eleições de 1998 passaram a se apoiar inteiramente na ideia de realizar novos diálogos com as guerrilhas, em especial, com as FARC. Porém, apesar de haver um pico maior no número de ações e quantidade de participantes nesse momento exatamente antes das eleições, durante o mandato de Andrés Pastrana, percebe-se que tais iniciativas não tinham base sólida e articulação necessária, de modo que passaram a depositar suas esperanças na figura do presidente do país como o representante de suas necessidades. Por outro lado, houve pouca abertura na mesa de negociações para a aproximação dos civis, delimitando as decisões tomadas aos desejos apenas dos dois principais polos do conflito.

Sendo assim, nesse período, entre 1998 e 2002, não é possível identificar nos movimentos pela paz – apesar de serem numerosos, de agirem em todo o território e em diversas frentes – poder de influência, de fato, nas decisões tomadas durante as negociações. Outra questão é que a própria estrutura do processo desfavorecia o envolvimento civil que, segundo Luis Emil, contava “[...] uma agenda aberta e com uma zona desmilitarizada, aonde a sociedade colombiana era convocada de forma massiva [...]” (Informação verbal). Ademais,

[...] a violência paramilitar destes anos teve seus efeitos sobre a mobilização para a paz em todo o país, eles foram responsáveis por elevados níveis de insegurança para os/as líderes, organizações e cidadãos em geral e, portanto, contrários à mobilização. Ao mesmo tempo, as iniciativas de paz dos cidadãos concentraram sua atenção na zona desmilitarizada, participando de grupos de trabalhos temáticos em El Caguán,

embora esse fosse um mecanismo tangencial sem maior possibilidade de incidência nas decisões da mesa de diálogo entre FARC e governo. (CINEP, 2016, p. 18)

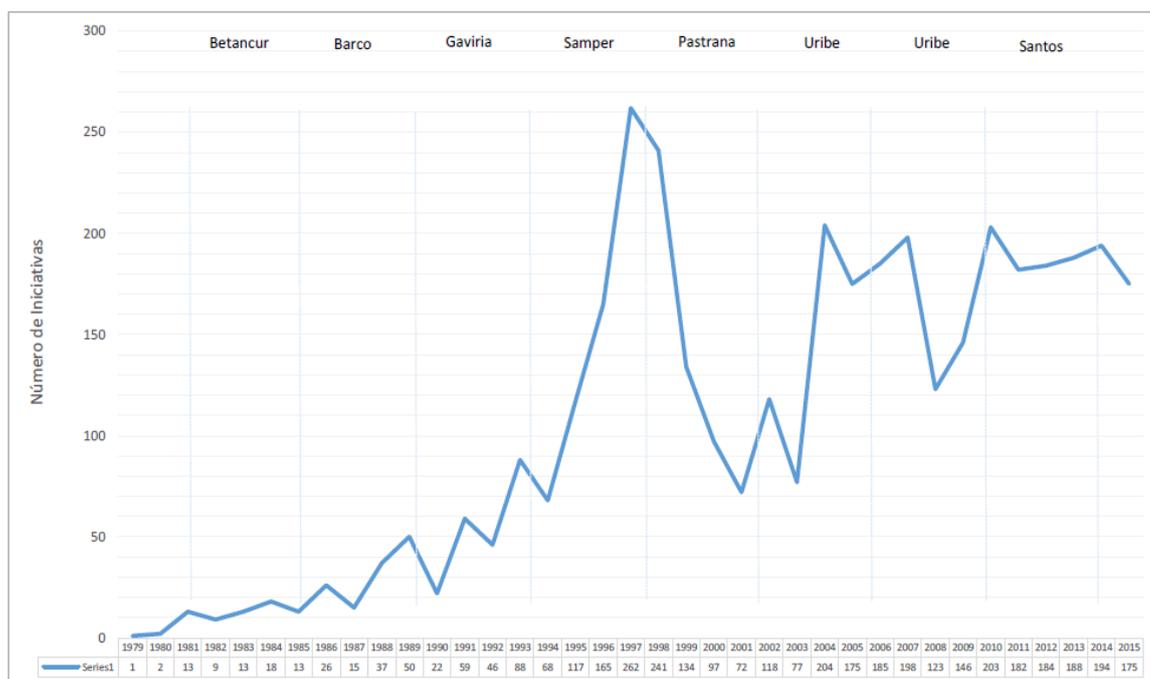
Ao contrário disso, nos diálogos atuais, desde o início do seu estabelecimento, tanto o governo nacional quanto as FARC reconheceram a necessidade de colocar a sociedade civil como setor essencial para a construção da paz, determinando quais seriam os possíveis canais de interação – para que indivíduos e comunidades pudessem enviar propostas, sugestões ou críticas – e o formato final de implementação do acordo, que necessitaria da aprovação dos cidadãos colombianos, para passar a ser válido.

Diante disso, é possível identificar maior empenho no processo de paz de Santos, em abrir espaços, mesmo dentro do processo formal, para que os que foram mais afetados pelo conflito, não só pela violência direta, mas que sofrem com outros tipos de violência, pudessem decidir mais proximamente possível, como seria o futuro do país. Desse modo, Emil afirma que:

Nesse segundo esforço de paz que nos entrega um novo acordo definitivo, houve uma participação da sociedade civil bastante importante, não é a participação que queríamos – não se escutou suficientemente a sociedade, não se construiu com a sociedade soluções suficientes, apesar de ter havido participação e coleta de propostas, creio que poderia ter sido um modelo mais participativo e mais amplo. Mas bem, como não houve, não há muito que dizer, o que nós acreditamos é que: sim, houve níveis de participação. Algumas propostas da sociedade civil foram coletadas, houve incidência de fóruns de participação, houve seminários, encontros, mobilizações, atos simbólicos, para que a mesa de conversações chegasse nesse ponto onde está, que é o de nos entregar um acordo novo e definitivo. [...] (Informação verbal)

Com isso, durante o processo de paz atual, percebe-se não só um retorno ao crescimento nos números de ações dos movimentos pela paz, mas também maior sustentabilidade dessas iniciativas – ao contrário dos anos seguintes a eleição de Pastrana, nos quais as atividades pela paz caíram na mesma proporção em que haviam crescido anteriormente (ver Gráfico 5).

Gráfico 5 – Número de iniciativas pela paz em cada governo



Fonte: CINEP, 2016, p.20

Assim, “o processo de paz em La Habana marca a maior mobilização pela paz dos últimos quinze anos. [...] Além disso, mostra que os cidadãos estão mais atentos e ativos, proporcionando maior participação na mesa de diálogos [...]” (CINEP, 2016, p.19). Por outro lado, mesmo com diversas falhas – principalmente no que diz respeito aos atentados cometidos contra os líderes de organizações que trabalham para o fim do conflito violento no país –, o processo de paz que se iniciou em 2012 pode ser considerado como aquele que mais favoreceu esse empenho da sociedade civil na busca pela paz, diretamente, com a recepção de propostas e com o apoio para a realização de ações voltadas às comunidades locais.

CONCLUSÃO

A pesquisa em questão procurou expor o caso colombiano à luz do aparato teórico dos Estudos Para a Paz, apresentar e levantar questionamentos aos processos de paz na Colômbia a partir das correntes críticas. Partindo daquilo que se define como sendo violência – isto é, não se restringindo à violência física, mas focando naquelas de caráter mais profundo, a estrutural e a cultural – é possível perceber que as ações voltadas à construção da paz encontram-se limitadas muitas vezes à ideia de assinatura de acordos no âmbito do *high level*.

Assim, a corrente *mainstream* coloca em foco apenas a violência mais visível, deixando de lado àquelas já arraigadas que afetam profundamente a sociedade civil, como as que ocorrem na Colômbia. Como consequência, percebe-se que, em geral, abordagens feitas a partir de uma epistemologia positivista não consideram, de fato, as iniciativas locais – como ações que podem definir e trazer soluções impossíveis de serem pensadas apenas entre os atores que possuem o poder e capacidades militares, como Estados e grupos rebeldes, além de instituições internacionais.

Análises simplistas acerca de conflitos que carregam uma história de décadas marcada por eventos violentos apenas camuflam os reais problemas que, em sua maioria, encontram-se nos âmbitos social e político. Ademais, busca-se colocar em questão as ideias de paz como algo a ser alcançado por meio da democratização, liberalização de mercados e de modelos pré-estabelecidos que focam na técnica e deixam de lado as ideias locais – buscando destacar a necessidade de maior flexibilidade, para que cada cenário possa ser considerado como sendo único. O caso colombiano, sendo o mais longo da região, tem um impacto ampliado a, praticamente, todos os cidadãos colombianos, atingidos direta ou indiretamente pelo conflito, de alguma forma. Em um conflito dessa natureza, no qual a reconstrução dos laços sociais e do perdão precisa ser praticada por quase toda a população, e no nível de análise do indivíduo, apenas uma abordagem crítica poderia nos oferecer as respostas.

Dessa forma, o viés crítico e suas lentes de análise opõem-se às correntes *mainstream*, principalmente, na medida em que defendem as iniciativas *bottom-up*, entendendo que as próprias sociedades devem ter a possibilidade de encontrar suas soluções – movimento que deve ser incentivado mesmo quando são necessárias as intervenções externas, buscando a realização de ações conjuntas e a construção do que John Lederach trata como plataformas de construção da paz ou no caso colombiano, uma infraestrutura social da paz, como apresentado durante o texto. Essas plataformas se manifestam pela mobilização e desenvolvimento de

iniciativas locais, regionais e nacionais, e envolvendo vários setores e organizações sociais, como foram apresentadas.

Ademais, é possível perceber que em casos de violência profunda, como o da Colômbia, no qual existe um conflito que perdura a mais de 50 anos, as ações realizadas pela própria sociedade civil envolvida nas situações de violência são, de fato, essenciais e em vários momentos, mais eficazes que as tentativas de geração da paz a partir do governo ou por vias institucionais, isto é, no modelo *top-down*. Mesmo durante o ápice da violência no conflito, a população decidiu ser parte da tomada de decisão que modificaria o país. As primeiras iniciativas da população sequer tiveram contato com a formalidade dos processos promovidos pelo Estado, e atingiram seus objetivos nas regiões em que estavam inseridas. Assim, se considerada a partir da sua efetividade local, a paz pode ser gerada mesmo nos ambientes mais afastados em relação ao governo, por meio da reconstrução e fortalecimento das redes de relações, antes destruídas pela violência e pelo ódio.

[...] a imagem sombria e insatisfatória da gestão e resolução do conflito a nível político e de falhas sistemáticas das abordagens oficiais para a paz que a Colômbia enfrentou, contrasta com o quadro de efervescência de sua sociedade civil. Nos últimos 15 anos tem se assistido neste país a um boom de mobilização social e iniciativas pela paz a partir da base, [...], que figuram, em certa medida, como uma alternativa para as negociações nacionais com as guerrilhas que enfrentaram dificuldades graves e provocaram grandes frustrações sociais. Isso é evidenciado no que Durán (2006, p. 150) designa como um contraste entre a 'crise no nacional e dinamismo no local' no campo da construção da paz na Colômbia. O surgimento nas últimas duas décadas de um elevado número de iniciativas de construção da paz a partir da sociedade civil mostra outro lado e dimensão do conflito e define este país como um cenário simultaneamente de guerra e de paz (ou pazes) (HENRIQUES, 2011, p.66).

Apesar do cenário desfavorável, ao longo da história colombiana, como foi apresentado, houve inúmeras tentativas por parte dos governos para negociar, oficialmente, o fim do conflito armado e buscar alternativas ao caminho tradicional da vitória militar – pelo menos desde 1978, com Turbay Ayala, passando por Belisario Betancur no ano de 1982, Virgílio Barco em 1986, César Gaviria a partir de 1990, Andrés Pastrana após os tropeços anteriores em 1998 e, atualmente, os diálogos que chegaram mais longe, com Juan Manuel Santos, desde 2012. Entretanto, apesar de haver interesse, especialmente nesses períodos – excluindo os governos de Ernesto Samper e Álvaro Uribe, que não se voltaram muito ao tema da paz, nem buscaram dialogar com a guerrilha –, por parte das instituições e dos próprios presidentes, muitos dos erros cometidos no primeiro momento, voltaram a se repetir nas demais iniciativas.

Assim, entre as décadas de 1970 e 1990, o país assistiu a alguns êxitos, como no caso da desmobilização do M-19 e de outros grupos menores, mas fortemente ativos, entre os mandatos de Barco e Gaviria. Entretanto, no geral, o que se pôde identificar foi a ausência de real interesse em relação ao formato de diálogo com as guerrilhas, falta de preparo técnico para lidar com o conflito e com isso a falta de planejamento, além daquelas falhas mais recorrentes como o oferecimento de anistias – sob a ideia de que as FARC precisavam entrar com alguma vantagem no processo, para que as negociações pudessem ocorrer – ou a abertura de zonas desmilitarizadas no território nacional.

Todas, ou a maioria, dessas falhas, podem ser encontradas na proposta e realização do processo de paz formal durante o governo Pastrana. Apesar de ter sido, a mais importante iniciativa do Estado colombiano até então, por partir de um desejo da sociedade – chegando a ser a proposta principal durante as eleições de 1998 – e por prever uma agenda mais ampla de negociações – num formato que se assemelhava aos processos de paz realizados até então no modelo ONU em outros países –, tais negociações levaram o país, ao fim do mandato presidencial, no ano de 2002, a um cenário muito pior que o anterior. Sem intenções reais, em ambos os lados, de buscar a paz por meio do diálogo, esse período serviu apenas como uma pausa para que os atores voltassem a crescer militarmente, buscando o fim do conflito por meio da violência.

Além disso, apesar de ser sido o responsável por internacionalizar o tema da paz na Colômbia, Pastrana fechou as portas, em muitos momentos, para os atores internacionais, entre instituições e países, especialmente o Grupo de Países Amigos, que tiveram poucas chances de atuação durante os quatro anos de conversações e, nem mesmo como mediadores, alcançaram grandes êxitos, já que só foram incluídos a tal estrutura quando o processo já estava desgastado (ALVES, 2005, p.118).

Por outro lado, um dos mais importantes setores que deveriam estar envolvidos no processo, a sociedade civil, também foi deixada de lado durante as negociações formais. A participação significativa desse setor através dos movimentos pela paz no período imediatamente anterior à eleição de Andrés Pastrana parecia indicar que o processo incluiria tais atores e, dessa forma, se esperava que tais mobilizações possuíssem um maior peso durante os diálogos.

Entretanto, a dimensão da participação dos civis em favor da paz foi enfraquecida por causa de, pelo menos, dois aspectos fundamentais. O primeiro deles é referente ao fato de que no momento em que o presidente Pastrana iniciou os diálogos, a população assumiu que

através do governo, todos os seus anseios seriam incluídos, sem a necessidade de se envolver diretamente.

O segundo aspecto, que, de certa maneira deriva do primeiro, diz respeito ao fato da sociedade colombiana não ter possuído espaço durante o processo de paz, tendo sofrido essa exclusão por ambos os lados – governo e FARC. Assim sendo, parcelas essenciais da sociedade civil, profundamente afetadas pelos resultados daqueles diálogos, foram sumariamente deixadas de lado. Segundo Adam Isacson (2003, p.19 APUD ALVES, 2005, p.85) negros e afro-colombianos sequer contavam com um representante nas conversações, mesmo que, juntas, tais comunidades representassem mais de um terço da população colombiana. Sendo assim, a sociedade civil foi convidada apenas de maneira massiva para dar sugestões perante a mesa de negociação em *El Caguán*, sendo, portanto, levada a agir principalmente no nível local e comunitário, construindo a paz nos seus territórios – esse foi um ponto positivo do período –, porém, sendo afastada dos processos formais.

Com isso, é possível entender as principais diferenças entre o processo de paz do governo Pastrana e aquele realizado sob a administração de Juan Manuel Santos. Dessa maneira, os diálogos tiveram início oficialmente em 2012, alcançando grandes avanços com alguns marcos que levavam à percepção de que finalmente o conflito seria encerrado. Ao contrário dos diálogos anteriores, esse processo de paz se preocupou com outras faces do conflito, compreendendo que sem uma profunda reforma e melhoria nas questões sociais do país, os diálogos, acordos e a própria paz, em si, nunca seriam verdadeiramente construídos. Foram debatidas, portanto, questões referentes à necessidade de: 1) realizar uma reforma rural integral; 2) melhorar a inclusão e participação política; 3) estruturar quais seriam os passos para o fim do conflito, incluindo o desarmamento e a desmobilização dos combatentes; 4) buscar soluções para o problema das drogas ilícitas; e 5) garantir às vítimas do conflito armado o direito de justiça, reparação e não repetição dos danos – iniciativa que nunca tinha ocorrido no país.

Ademais, um ponto que pode ser identificado como algo que distingue os dois momentos de negociação – o dos anos 1990 e o atual –, foi a abertura ao meio internacional, contando com diversos suportes para que o processo pudesse gerar as respostas que estivessem de acordo com as instituições e incluir, ainda que de maneira regulada, alguns países no processo de negociação (BEITTEL, 2015, p.7). Por fim, outra questão positiva das negociações atuais foi a abertura dada à participação civil, tanto a nível individual, sendo possível enviar propostas diretamente à mesa de trabalho, quanto por meio de fóruns

realizados em território colombiano, além das ações convocadas pelos movimentos pela paz, que conseguiram atuar, mesmo que indiretamente, modificando o cenário local numa busca pela construção da paz no dia-a-dia.

Apesar do cenário favorável apresentado, mesmo com todos os passos decisivos para a estruturação de uma paz estável e duradoura – como era a proposta inicial do governo Santos – houve também diversas falhas. Entre elas, a escolha por não incluir nas negociações os grupos criminais advindos da desmobilização paramilitar, como no caso das *BACRIM*, e daqueles grupos que ainda sobreviveram e atuam como paramilitares. Assim como durante os diálogos com Pastrana, Santos não se voltou aos grupos de direita, deixando de lado aqueles que ao longo da história acumularam os mais altos índices de violações aos direitos humanos na Colômbia. Isso resulta na não discussão sobre os atos cometidos e não responsabilização de seus membros, levando a uma possível continuidade da violência, cometida principalmente nas áreas rurais do país – e principalmente contra os ex-integrantes das guerrilhas, especialmente as FARC (EL PAÍS, 2016).

Outra deficiência em uma questão essencial foi a pouca inclusão direta das organizações pela paz. Isso ocorreu, em primeiro lugar porque os diálogos estavam acontecendo em outro país, o que diminuía o acesso da sociedade às conversações. Segundo Luis Emil, diretor da Redepaz, “mesmo realizando os fóruns, eles também eram restritos na participação. [...] A sociedade não se sentiu totalmente participante da elaboração do acordo, [...]” (Informação verbal, 2016). Desse modo, tal cenário contribuiu para que no dia 2 de outubro de 2016, o acordo de paz alcançado entre o Estado colombiano e as FARC, fosse rejeitado.

“A sociedade, então, em sua grande maioria, não se sentiu convocada, isto é, não sentiu que a sua participação no plebiscito fosse importante. Logo, então, a vitória do não também se reconhece como uma vitória que fundamentalmente é uma vitória de setores de uma cultura conservadora do povo colombiano que frente ao desconhecimento de grande parte dos acordos, prefere manter o que há, incluindo a guerra, porque a conhece. Nós acreditamos que o governo também se equivocou ao se apoiar fundamentalmente nos setores políticos, a maioria deles desprestigiados, que não gozam de um reconhecimento amplo da sociedade colombiana” (Informação verbal, 2016)

Somando-se a isso, encontra-se a decisão posterior à recusa ao acordo, de implantá-lo por meio do Congresso Nacional. A promulgação do acordo por meio de uma votação nos moldes tradicionais, sem o crivo final da população, como era a ideia anterior, sinaliza alguns elementos, mas o principal deles, talvez, seja a ideia de que o novo acordo irá carecer de

legitimidade junto à população colombiana, que pode sentir-se ainda mais deslocada do processo decisório. Além disso, essa decisão parece enfraquecer relativamente o próprio plebiscito anterior e, por conseguinte, as implementações posteriores ao acordo.

A partir do trabalho aqui desenvolvido, conclui-se – confirmando a hipótese inicial – que o governo de Juan Manuel Santos, com todas as suas características, falhas, acertos e nuances, foi, até então, aquele que mais se aproximou da construção da paz, nos moldes aqui apresentados. Foi o governo que mais se mostrou interessado em negociar, e o que mais procurou enxergar a paz como um estágio construtivo para além de um acordo de paz.

Mesmo assim, suas falhas, mesmo que poucas, apontam para alguns canais que ainda precisam ser construídos para permitir que se alcance a *pazjusta* – estável e duradoura – na Colômbia. Tais caminhos envolvem algumas questões, como a necessidade de valorizar as iniciativas locais mais genuínas – como no caso das declarações de zonas de paz –, além de incluir, de fato, a sociedade civil, compreendendo que a paz só será real se fizer parte do cotidiano de cada indivíduo e suas comunidades – mesmo que hajam discordâncias de pensamento entre elas. Ademais, outro ponto de extrema importância é gerar a integração total das ações do governo e da sociedade, permitindo a criação de uma infraestrutura social da paz, através da mobilização e desenvolvimento de iniciativas locais, regionais e nacionais, envolvendo vários setores e organizações sociais – valorizando, igualmente, a cultura e as ações de cada local. Por fim, entende-se que é um passo fundamental ampliar para os diversos setores a constatação de que os acordos são apenas degraus para a construção da paz e trabalhar o perdão, a justiça e a reparação entre indivíduos e comunidades, é essencial.

Com isso, se faz possível acreditar que a paz é um estágio passível de ser atingido no país, mesmo num cenário de mais de 50 anos de conflito, dados os passos adequados e construídas as pontes que permitam que ela se instaure. A paz é, portanto, um processo complexo, que envolve passado, presente e futuro, diversos interesses, pessoas e níveis sociais, porém pode ser alcançada estrategicamente, por meio da criatividade e da construção de conexões verdadeiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Marcos Celso. *Um mandato para a paz: o ocaso da negociação entre o governo de Andrés Pastrana e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (1998-2002)*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. PUC-Rio, 2005.

ALTO COMISIONADO POR LA PAZ. Mesa de conversaciones con las FARC-EP. Disponível em: <http://www.altocomisionadoparalapaz.gov.co/procesos-y-conversaciones/proceso-de-paz-con-las-farc-ep/Paginas/Avances-Alcanzados-en-el-marco-de-los-mecanismos.aspx>. Acesso em: 15 de novembro de 2016.

AUTESSERRE, Séverine. *Peaceland*. Cambridge, 2014.

BARASH, David P., WEBEL, Charles P. *Peace and Conflict Studies*. 2ªed. USA: Sage Publications, 2009.

BEITTEL, June. *Peace Talks in Colombia*. USA: Congressional Research Service, 2015.

BENFORD, Robert D., TAYLOR IV, Frank O. Peace Movements. In: KURTZ, Lester A. (org.). *Encyclopedia of Violence, Peace and Conflict*. San Diego: Academic Press, Vol. 2, p. 771-786, 1999.

BISHOP, Paul A. *American Anti-War Activism and Peace Movements*. Hillsborough Community College. Disponível em: [<https://www.hccfl.edu/media/961880/am2anti-war.pdf>]. Acesso em 4 de fevereiro de 2016.

BOUVIER, Virginia M. *Harbingers of Hope - Peace Initiatives in Colombia*. Special Report 169. Washington, DC: USIP, 2006.

BRANCHER, Pedro, CEPIK, Marco, GRANDA, Sebastián. A Colômbia e os desafios para integração Sul-Americana. *Revista Conjuntura Austral*, Vol. 3, No. 14, p.18-32, 2012.

BUZAN, Barry, HANSEN, Lene. *A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional*. Trad. Flávio Lira. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

CALLE, Humberto de la. Mitos & realidades sobre el proceso de conversaciones. In: *Todo lo que debería saber sobre el proceso de paz*, p. 12-13, 2014.

CAMP, Eduard Vinyamata I., VENEGAS, Farid Samir Benavides. *El Largo Camino Hacia la Paz – Procesos e iniciativas de paz en Colombia y en Ecuador*. Barcelona: Editorail UOC, 2011.

CAVIDA. *Comunidades de Autodeterminación, Vida Dignidad del Cacarica*. Red de Iniciativas y Comunidades de Paz desde la Base, 2006 In: [http://www.pazdesdelabase.org/index.php?option=com_content&view=article&id=518&Itemid=44]. Acesso em 6 de janeiro de 2016.

CINEP. *BASE DE DATOS DE ACCIONES COLECTIVAS POR LA PAZ (DATAPAZ)*. In: [http://www.cinep.org.co/index.php?option=com_content&view=section&layout=blog&id=41&Itemid=97]. Acesso em 6 de janeiro de 2016.

COOPER, Alice H. *Paradoxes of Peace - German Peace Movements Since 1945*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1996.

CURLE, Adam. New Challenges for Citizen Peacemaking. *Medicine and War*. Vol.10, p. 96-105, 1994.

DANE – Colômbia. Censo General. Bogotá: 2005.

DURÁN, Mauricio García. *Movimiento por la paz en Colombia 1978-2003*. 1ªed. Bogotá: Cinep, 2006.

EL PAÍS. Paramilitares ressurgem na Colômbia após o novo acordo de paz. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/21/internacional/1479753609_928581.html. Acesso em: 30 de janeiro de 2017.

EL TIEMPO. Bancadas del Congreso, listas para recibir el nuevo acuerdo de paz. Disponível em: <http://www.eltiempo.com/politica/proceso-de-paz/congreso-recibira-nuevo-acuerdo-de-paz/16754762>. Acesso em: 21 de novembro de 2016.

EL TIEMPO. Los católicos crecen más rápido que la población mundial. Disponível em: <http://www.eltiempo.com/estilo-de-vida/gente/crecimiento-de-catolicos-en-el-mundo-colombia-el-septimo-pais/16546753>. Acesso em: 30 de janeiro de 2017.

FAGANELLO, Priscila Liane Fett. *Operações de manutenção da paz da ONU: de que forma os direitos humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz*. Brasília: FUNAG, 2013.

FERNANDÉZ, Carlos, DURÁN, Mauricio García, SARMIENTO, Fernando. Peace mobilization in Colombia, 1978-2002. In: DURÁN, Mauricio García (org.). *Alternatives to War: Colombia's peace processes*. London: Conciliation Resources/CINEP, p. 18-23, 2004.

FISAS, Vicençe. *La Paz Es Posible*. Barcelona: Intermon Oxfam, 2002.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

GALTUNG, Johan. Violence, Peace, and Peace Research. *Journal of Peace Research*, Vol. 6, No. 3, p. 167-191, 1969.

GALTUNG, Johan. Cultural Violence. *Journal of Peace Research*, Vol. 27, No. 3, p. 291-305, 1990.

GALTUNG, Johan. *Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict, Development and Civilisation*. Oslo: PRIO, 1996.

GALTUNG, Johan. *Transcender e transformar: uma introdução ao trabalho de conflitos*. – São Paulo: Palas Athena, 2006.

GALTUNG, Johan. An Editorial. *Journal of Peace Research*, Sage Publications, Vol. 1, No. 1, p. 1-4, 1964.

GRANADOS, Diana. Movilización y dignidad: minga de resistencia social y comunitária. *Revista Etnias & política*, p. 8-11, 2008.

HARVEY, Kline. *Chronicle of a failure foretold: the peace process of Colombian president Andres Pastrana*. Alabama: The University of Alabama Press, 2007.

HENRIQUES, Miguel Barreto. La paz de los pequeños nada: una mirada desde los laboratorios de paz en Colombia. *Revista Javeriana*, Vol.148, No. 0789, p. 64-77, 2012.

HENRIQUES, Miguel Barreto. “Peace of Little Nothings’: a view within the Peace Laboratories in Colombia”. *Journal of Peace, Conflict & Development*. Vol. 20, p. 115-131, 2013.

HYLTON, Forrest. *A Revolução Colombiana*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

LAWLER, Peter. Peace Studies. In: COLLINS, Alan. (org.). *Contemporary Security Studies*. Nova York: Oxford University Press Inc, p. 91-108, 2007.

LEDERACH, J. Paul. *A Imaginação Moral - Arte e Alma na construção da paz*. São Paulo: Palas Athena Editora, 2011.

LEDERACH, J. Paul. *Transformação de Conflitos*. São Paulo: Palas Athena Editora, 2012.

LEDERACH, J. Paul, MANSFIELD, Katie. *Strategic Peacebuilding Pathways*. Disponível em: <http://kroc.nd.edu/strategic-peacebuilding-pathways> (Acessado em 15 de abril de 2016).

LIJPHART, Arend. Comparative Politics and the Comparative Method. *American Political Science Review*, Vol. 65, No. 3, p.682-93, 1971.

MAC GUINTY, Roger. Indigenous Peace-Making versus the Liberal Peace. *Cooperation and Conflict*. Vol.43, No. 2, p.139-16., 2008.

MAC GUINTY, Roger. Indigenous Peacebuilding. *International Peacebuilding and Local Resistance - Hybrid Forms of Peace*. UK: Palgrave, p. 47-67, 2011.

MARTÍNEZ, M. L.; MUÑOZ, F.A. *Historia de la Paz: tiempos, espaços y actores*. Granada: Colección Monográfica Eirene, No. 12, 2000.

MCDONALD, Geraldine. *Peacebuilding from below: Alternative perspectives on Colombia's Peace Process*. Londres: Catholic Institute for International Relations, 1997.

MIALL, H., RAMSBOTHAM, O., WOODHOUSE, T. *Contemporary Conflict Resolution*. 3ª ed. Cambridge: Polity Press, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde. 2ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.

MORO, Bruno. In: DURÁN, Mauricio García. *Movimiento por la paz en Colombia 1978-2003*. Bogotá: Cinep, p. 21-22, 2006.

MUÑOZ, Carlos A. G. Diálogos de paz Gobierno-FARC-EP y las oportunidades para la paz en Colombia. *Estudios Políticos*, V. 46, p. 243-261, 2015.

NEWMAN, Edward. Liberal peacebuilding debates. *New Perspective on Liberal Peacebuilding*. Nova York: United Nations University Press, p.26-53, 2009.

NORDLINGER, Jay. Colombian Plans, Part II - Two presidents, a plebiscite, a prize. Disponível em: <http://www.nationalreview.com/article/443493/colombian-plans-part-ii-series-about-juan-manuel-santos-alvaro-uribe-farc-nobel-peace>. Acesso em 30 de janeiro de 2017.

OACP. *Todo lo que debería saber sobre el proceso de paz*, 2014.

OCAMPO, Augusto Ramírez. The role of the international community in Colombia. In: In: DURÁN, Mauricio García (org.). *Alternatives to War: Colombia's peace processes*. Londres: Conciliation Resources/CINEP, p. 74-78, 2004.

O GLOBO. Colômbia não levará novo acordo de paz ao voto popular, diz presidente. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/mundo/colombia-nao-levara-novo-acordo-de-paz-ao-voto-popular-diz-presidente-20496052>. Acesso em 21 de novembro de 2016.

PAFFENHOLZ, Thania, SPURK, Christoph. *Civil Society, Civic Engagement, and Peacebuilding*. Washington DC: The World Bank, 2006.

PAFFENHOLZ, Thania. *Civil Society and Peacebuilding*. Genebra: CCPD, 2009.

PBI (Peace Brigades International). *Civilian peace initiatives in Colombia*. Colômbia: PBI Colombia, No.19, 2012.

PÉCAUT, Daniel. *As FARC: Uma Guerrilha sem fins?*. 1ª ed. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PUREZA, José Manuel, CRAVO, Tereza. Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Vol.71, p. 5-19, 2005.

RABASA, Ángel, CHALK, Peter. *El laberinto colombiano. Propuestas para la resolución del conflicto*. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2003.

RAMSBOTHAM, O., WOODHOUSE, T., MIAL, H. *Contemporary Conflict Resolution*. 3ª ed. Cambridge: Polity Press, 2011.

REDEPAZ. *Institucional – Quiénes Somos*. Disponível em: <http://www.redepaz.org.co/Institucional> (Acessado em 23 de dezembro de 2013).

RESTREPO, J. M. O. Urgencias Militares vs. Prioridades Políticas. In: RABASA, A., CHALK, P. (org.). *El Laberinto Colombiano - Propuestas para la resolución del conflicto*. 1ª ed. Bogotá: Departamento de Publicaciones de la Universidad de Colombia, p.146, 2003.

REZENDE, Flávio da Cunha. Razões emergentes para a validade dos estudos de caso na ciência política comparada. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília, No. 6, p. 297-337, 2011.

RICHMOND, Oliver P., MAC GUINTY, Roger. The Local Turn in Peace Building: a critical agenda for peace. *Third World Quarterly*. Vol. 34, No. 5, p. 763-783, 2013.

ROCHLIN, J. F. *Vanguard Revolutionaries in Latin America*. Londres: Lynne Rienner Publishers, 2003.

SANTOS, Marcelo. O Plano Colômbia e o primeiro mandato de Álvaro Uribe (2002-2006). *Cena Internacional*, Vol. 8, No. 2, 2006.

SARMIENTO SANTANDER, Fernando, HENAO IZQUIERDO, Laura Constanza, HERNÁNDEZ BARRETO, Camilo Andrés, HUERTAS LINARES, Jesus David. Movilización por la paz en Colombia : una infraestructura social clave para el posacuerdo. Informe especial – CINEP/PPP: Bogotá, 2016.

SIMONS, G. *Colombia: A Brutal History*. Londres: Saqi Books, 2004.

SMITH, Steve. The discipline of international relations: still an American social science? *British Journal of Politics and International Relations*, Vol. 2, No. 3, p. 374-402, 2000.

TOKATLIAN, Juan Gabriel. “Colômbia: Mais Insegurança Humana, Menos Segurança Regional”. *Contexto Internacional*, Vol.1, No.24, p. 129-166, 2002.

TRUCHET, Matias, G. *La paz dialogada: El conflicto colombiano*. Santa Fe: Observatorio de Política Internacional - Universidad Católica de Santa Fe, 2016.

ULLOA, Miguel Angel Afanador. *Amnistías e indultos: la historia reciente (1948-1992)*. Bogotá: ESAP, Centro de Publicaciones, 1993.

USA - Bureau of Counterterrorism and Countering Violent Extremism. Foreign Terrorist Organizations. Disponível em: <https://www.state.gov/j/ct/rls/other/des/123085.htm>. Acesso em 30 de janeiro de 2017.

VALENCIA, L. *Adiós a la Política, Bienvenida la Guerra*. Bogotá, D.C.: Intermedio Editores, 2002.

VELTMAYER, Henry. *Civil Society and Social Movements - The Dynamics of Intersectoral Alliances and Urban-Rural Linkages in Latin America*. Genebra: UNRISD, 2004.

VIDAL, Josep Pont. Metodologia Comparativa e Estudo de Caso. *Papers do NAEA*, No. 308, p. 3-33, 2013.

VILLA, Rafael Duarte, OSTOS, Maria del Pilar. As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança. *Revista brasileira de Política Internacional*. Vol.48, No. 2, p. 86-110, 2005.

VISACRO, Alessandro. *Guerra Irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história*. 1ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

WALLENSTEEN, Peter. *Understanding Conflict Resolution: War, Peace and the Global System*. Londres: SAGE Publications, 2002.

WEBEL, Charles, GALTUNG, Johan. *Handbook of peace and conflict studies*. Nova York: Routledge, 2007.

ZAMBRANO, Liliana, ISA, Felipe Gómez. Participation of civil society in the Colombian peace process. Noruega: Norwegian Peacebuilding Resource Centre - Noref Report, 2013.

ANEXOS

Anexo A - Entrevista à Redepaz

- 1 - ¿Cuál fue el contexto de la creación de su organización (que estaba ocurriendo en ese período de la historia del conflicto colombiano)?
- 2 - ¿Cuáles son las motivaciones para la creación de esta organización?
- 3 - Su organización recibe algún apoyo exterior (ya sea en términos de formación o recursos)? Si es así, ¿qué países o instituciones?
- 4 - ¿Cuántos miembros activos tiene su organización?
- 5 - ¿Qué tipo de violencia que es más frecuente en el día-a-día de ustedes? ¿Y cuáles son las más difíciles que hay que enfrentar (incluidas las menos visibles, como la exclusión social y la opresión)?
- 6 - ¿Qué significa la paz para usted y qué papel considera usted que la sociedad civil (y sus organizaciones) desempeña en ese sentido?
- 7 - ¿Cuáles son las acciones que su organización realiza y, en su opinión, cómo colaboran con la construcción de una paz estable y duradera en Colombia?
- 8 - ¿Cuál de los procesos de paz recientes (durante los gobiernos de Andrés Pastrana y Juan Manuel Santos) usted cree que abrió más espacios para las actividades de la sociedad civil y sus organizaciones? ¿Por qué?
- 9 - ¿Cuáles fueron los obstáculos para la actuación de las organizaciones civiles durante el proceso actual? ¿Cuáles son las principales dificultades para actuar que su organización enfrenta?
- 10 - ¿Qué tipo de acción usted cree fue la más eficaz entre las acciones llevadas a cabo por la organización?
- 11 - ¿Cómo ustedes interpretan la victoria del "no" sobre el "sí" en el referéndum el 2 de octubre?
- 12 - ¿Cuál es su opinión acerca del acuerdo ya alcanzado con las FARC? En su opinión, los puntos acordados incluyen todos los afectados por el conflicto?
- 13 - ¿Usted cree que la reconstrucción de los lazos y del tejido social desgarrado por el conflicto es importante en el período posterior a la firma del acuerdo? Si es así, cómo ustedes trabajan para eso?

Transcrição da entrevista com Luis Emil Sanabria (Diretor da Redepaz)

1 e 2 – Redepaz nasce em 1993, novembro desse ano. Previamente, havia nascido na Colômbia diferentes organizações da sociedade civil que manifestavam sua rejeição a guerra, sua rejeição a violência. Havia nascida “La Mesa por la vida” em Medellín, em reação a um massacre de crianças em um bairro da cidade. Havia nascido as iniciativas de paz em Bogotá, em reação à tomada do Palácio da Justiça, que havia ocorrido em 1986, e havia nascido outras expressões como o “Movimiento por la vida”, e outras expressões de paz, no seio da igreja católica e de outras expressões religiosas. Somado a isso, o movimento social também planeja a necessidade de superar o conflito armado, na compreensão de que a constituição de 91, havia incluído 6 organizações guerrilheiras e havia deixado de paz as FARC e o ELN. Então se convocou esse encontro nacional de iniciativa cidadãs pela paz, no momento em que o presidente Gaviria manifestava que através da guerra ia terminar o conflito armado, e dizia que, através da Guerra Integral, iria acabar com as Farc e o ELN. Diante do termo Guerra Integral do governo, o movimento pela paz decide contrapor o termo Paz Integral, que implicava justiça social, direitos humanos, reconhecimento das diferenças e o que não estava na constituição de 91, e se propõem a, a partir desse momento, regulamentar o que diz o artigo 21 da Constituição, que a paz é um direito e um dever de cumprimento obrigatório. Então, podemos dizer que a Redepaz nasce no meio do conflito armado, para se opor à guerra, com iniciativas cidadãs territoriais, porque se mantinha esse conflito armado, fundamentalmente com as Farc e o ELN. Nesse momento específico da história, estavam nascendo também expressões de paramilitarismo, em diferentes regiões do país, e a Redepaz se propõe também a lutar contra essas organizações violentas. Assim nasce a organização. São só as motivações fundamentais, o surgimento de muitas expressões violentas, de exclusão, de violações dos direitos humanos, do direito humanitário, e a necessidade de avançar em uma paz integral que envolva todos os setores da sociedade, e a todos os atores armados e a todos os setores geradores de violência.

3 – Não, a Redepaz não recebe nenhum apoio de nenhuma instituição do exterior, ela se submete a convocatórias da União Europeia, da Embaixada dos EUA, USAID, ou da embaixada sueca, norueguesa, holandesa, espanhola, que são fundamentalmente os que mais apoiam esse tema de paz e direitos humanos. E através dessas submissões a essas convocatórias, aparecem algumas oportunidades de contratos de subsídios a esses projetos. Igualmente, nós temos convênios e contratos com o governo nacional, e com os governos departamentais na Colômbia, também quando eles realizam convocatórias, a Redepaz formula projetos e, em algumas oportunidades, conseguimos fazer convênios e contratos. Dessa forma que a Redepaz consegue realizar suas atividades. Os excedentes dessas operações, são aplicados aos objetivos da rede, que são a construção da paz e os direitos humanos.

4 – Bom, a Redepaz, tem presença em todo o território nacional. A Colômbia tem 32 departamentos, a Redepaz tem presença, ou seja, pessoas, organizações, coletivos de cidadãos e cidadãs que fazem parte dessa rede. Tem ONGs de caráter local, tem iniciativas de construção de paz em seus territórios, e esses são inscritos ou fazem parte da Rede. E a maioria desse trabalho, é um trabalho voluntário. Podemos dizer então que a Redepaz é formada por uns 10... 12 mil pessoas, em todo o território nacional, mas essas pessoas incentivam a participação de suas comunidades na construção da paz.

5 – Bem, a Colômbia vive diferentes expressões de violência, e no todo a Redepaz trata de atuar para que não se desenvolvam ou para que se previnam no território. A violência que inclui deslocamento, assassinatos, desaparecimentos, deslocamento forçado, violência sexual contra a mulher, contra meninos e meninas... essa é uma violência gerada pelo conflito armado, e que tem relação com infrações ao direito internacional humanitário, e com violações aos direitos humanos. A essa violência, contrapomos a estratégia de solução negociada do conflito armada, que é o que hoje estamos desenvolvendo na Colômbia, um processo de negociação com as FARC, com ELN, e estamos promovendo que outras expressões armadas delinquentes, ligadas ao narcotráfico como as Bandas Criminais do Golfo e outras expressões, se submetam a justiça, para que seja um processo de paz, que termine definitivamente com esse conflito armado. Há outras expressões de violência, que tem muita relação à violência contra jovens que são vinculados a grupos delinquentes nas grandes cidades, ao fenômenos do microtráfico, ao porte de armas... então, a essa expressão, temos todo o trabalho de prevenção do uso de armas, do vínculo de jovens, meninos e meninas à “conflitabilidade” e transformação pacífica dos conflitos nas cidades. Somado a isso, também trabalhamos com outras expressões, como a violência intrafamiliar, nas quais trabalhamos todo o tema de mulheres, direitos das mulheres, prevenção da violência intrafamiliar. Também há outras expressões de violências nos colégios e escolas, ligadas ao modelo educativo, ao *bullying*, ao desenvolvimento violento dos conflitos entre jovens, ao consumo de substâncias psicoativas. A essas expressões, desenvolvemos estratégias ligadas a uma cultura de paz na escola, pedagogias para a paz, transformação pacífica dos conflitos, elaboração criativa de manuais de convivência na escola, envolvimento dos jovens na arte, do teatro, dança, música, escultura, poesia... há grupos culturais, para que através da cultura se diminua a vinculação com as expressões de violência. Também há outras expressões de violências, ligadas à pobreza e exclusão, nas quais trabalhamos diretamente com líderes camponeses, com população afrodescendente, com povos indígenas. Buscando sempre, o gozo pleno dos direitos humanos, dos direitos da mulher, das crianças e dos direitos das populações afrodescendentes e indígenas. Também lutamos contra a violência de gênero e contra a população LGBTI, uma população particularmente violentada e discriminada. Também fazemos exercícios para prevenir a violência contra a população LGBTI e capacitações sobre os direitos que essa população tem.

6 – Bem, para nós, para a Redepaz, concebemos a paz como a paz integral, como o gozo pleno dos direitos humanos, como o aprofundamento da democracia, o gozo da democracia direta e da governabilidade e a governança, pela qual lutar contra a corrupção. Também consideramos que a paz é a busca de uma sociedade mais equitativa com maiores níveis de justiça social e também uma sociedade onde haja menos impunidade onde efetivamente tenhamos acesso à justiça sem discriminação e sem exclusões. Bom, então, considerando que essa é a paz que queremos, a Redepaz desenvolve 4 estratégias fundamentais:

Uma, ligada a construção de um consenso nacional pela paz, de uma cultural social a favor da paz, da transformação pacífica de conflitos, da construção de cenários para a reconciliação e o perdão. Nesse sentido, temos desenvolvido uma área que se chama área de “Consensos para a Paz”, ali, convocamos aos cidadãos, as associações sociais, sindicais, gremiais, econômicas, aos partidos políticos, ao governo, a trabalhar sempre por uma cultura de paz. Desenvolvemos campanhas, desenvolvemos atividades importantes como a “Semana pela Paz”, que se realiza sempre na primeira semana de setembro de cada ano. Desenvolvemos 29, perdão, 28 Semanas pela Paz, desde 1987. A Redepaz a desenvolve desde 1993, esse ano desenvolvemos a 23ª Semana Pela Paz.

Temos uma segunda área que é a de “Direitos Humanos, Direito Internacional Humanitário e Atenção às Vítimas”, na qual fazemos capacitação, promoção dos direitos humanos, denúncias em torno de violações de Direitos Humanos. Participamos de cenários de construção de políticas públicas, do Plano Estratégico Nacional sobre DH e promovemos todas as formas de construção dos DH e de pedagogia dos DH. Também participamos, fazemos uma estratégia, de prevenção de infrações ao direito internacional humanitário em meio ao conflito armado. Trabalhamos na prevenção do uso de minas antipessoais, do recrutamento de menores e a busca de um acordo que permita a sociedade colombiana tenha o menor que o dano do conflito armado interno possa afetar. Nessa área também trabalhamos com vítimas, buscando a verdade, a justiça, a reparação integral, e a não repetição dos atos com vítimas da violência armada, com todos os atores de paz. Várias organizações dessa rede são vítimas, principalmente mulheres, a organização “Narrar Para Vivir”, a “Viudas Unidas por la Paz (VIUNPA)”, “Madres Por la Vida”, e outras expressões de vítimas, em especial relacionadas com vítimas coletivas.

A outra área de trabalho é a área de “Territorialidade pela Paz”, que busca, fundamentalmente construir a partir dos territórios, dos municípios e departamentos, expressões sociais, pactos sociais – desde a governabilidade e a governança – para construir territorialidade pela paz. Nesse sentido, sempre o fazemos de forma participativa, buscando a maior amplitude possível, a maior inclusão dos setores sociais e políticos no território. Prestação pública de contas, pressupostos participativos, planejamento participativo, prospectivas, são expressões de construção de territorialidade para a paz.

A quarta área, é a área de “Trabalho com a Mulher”, na qual buscamos fundamentalmente que a mulher seja sujeito de direitos, seja sujeito construtor de paz ativo, na construção da convivência e da reconciliação na Colômbia, e nesse sentido, sempre acreditamos que sem a participação da mulher a paz na Colômbia não se alcançaria.

São as quatro áreas fundamentais de trabalho, cada uma está atravessada por quatro áreas estratégicas, uma área de comunicação, uma de pedagogia pela paz, organização pela paz e investigação pela paz. Podemos dizer que esse é o principal papel que a Redepaz desenvolve em torno da construção da paz.

7 – Bem, já havia abordado as áreas e as estratégias fundamentais da Redepaz. A Redepaz então organiza ações, atividades nos territórios, as comunidades se reúnem, organizam atividades constantes, simbólicas, culturais, pedagógicas de mobilização, fóruns, seminários, encontros, onde manifestam constantemente seu compromisso com a construção da paz. E também constantemente nos processos cidadãos de caráter territorial, se faz planejamento participativo para a construção da paz e se faz também prestação pública de contas, ou exercícios de ouvidoria cidadã para que estes compromissos políticos, governamentais, mas também da sociedade civil se vão desenvolvendo. Nós temos desenvolvido pedagogias importantes, que viemos implantando em vários cenários, nos quais se converteram já em um acumulado político e pedagógico da sociedade colombiana. Queremos dizer então que essas são, em geral, ações pelas quais nós contribuimos na construção de uma paz estável e duradoura.

8 – Bem... eu não creio que seja possível esse tipo de comparação, porque foram dois processos muito diferentes. O primeiro, desenvolvido na Colômbia, com uma agenda aberta, com uma zona desmilitarizada, aonde a sociedade colombiana era convocada de forma massiva, e aonde, no nosso modo de ver, não havia realmente uma intenção de paz por parte do governo e por parte da guerrilha das Farc, foi mais um experimento para medir forças, ver quem era mais forte, nesse conflito armado, e a partir daí tentar uma estratégia para derrotar o outro. Por isso eu creio que é difícil essa comparação, no meu modo de ver, nesse segundo

esforço de paz que nos entrega um novo acordo definitivo, houve uma participação da sociedade civil bastante importante, não é a participação que queríamos, não se escutou suficientemente a sociedade, não se construiu com a sociedade soluções suficiente, apesar de ter havido participação e coleta de propostas, creio que poderia ter sido um modelo mais participativo e mais amplo. Mas bem, como não houve, não há muito o que dizer, o que nós acreditamos é que: sim, houve níveis de participação. Algumas propostas da sociedade civil foram coletadas, houve incidência de fóruns de participação, houve seminários, encontros, mobilizações, atos simbólicos, para que a mesa de conversações chegasse nesse ponto onde está, que é nos entregar um acordo novo e definitivo. Claro, não podemos deixar de mencionar o plebiscito que se convocou para o 2 de outubro, e nesse plebiscito, claro, o não ganhou. Isso coloca em relevo algumas questões, a primeira são os altos níveis de tensão na sociedade e a segunda é a campanha do “não”, que esteve impregnada de mensagens falsas, referentes ao acordo, o que fez que muitos setores da sociedade votassem no “Não”.

9 – O obstáculo principal foi que a mesa de conversações se realizou em Havana, em outro país, distante. O que impedia que setores importantes da sociedade pudesse estar mais próximos da mesa, levar-lhes propostas, interpelar, propor, levar soluções. Apesar de que se fizeram fóruns, os fóruns também eram restritos na participação. Não se basearam no território, desde o local, sobretudo nas zonas de maior conflitividade armada, nos cenários em que a sociedade civil se manifestasse. Igualmente, quando se alcançaram acordos em cada um dos pontos – acordamos que a agenda trazia 6 pontos fundamentais e que a mesa de conversações decidiu que nada estava acordado até que tudo estivesse acordado – isso limitou a participação. Nós queríamos que uma vez que se tivesse desenvolvido cada ponto, para dar um exemplo, no ponto primeiro, de participação... com esse acorde se houvesse desenrolado fóruns, encontros, mecanismos de participação cidadã para ser retroalimentado e revisado, e uma vez feito, ser, digamos, de alguma forma, referendado automaticamente pela mesa e por algum outro mecanismo. Isso não aconteceu, o que levou a que realmente conhecêssemos o acordo definitivo no final do processo. E esse acordo definitivo, não se fez com a pedagogia suficiente, uma pedagogia ampla que sensibilizasse o povo colombiano sobre as *bondades* desse acordo. E isso, claro, foi uma limitação para que avançássemos em um melhor nível de participação.

10 – Bom, nós participamos dos fóruns, dos encontros, levamos propostas, elaboramos atividades internas da Redepaz, para cada um dos pontos da agenda. Nos apresentamos nos fóruns que foram disponibilizados para a participação cidadã, mas além disso, fizemos jornadas, marchas, mobilizações, semanas pela paz, e eu acredito que fundamentalmente as atividades no marco da Semana Pela Paz foram importantes para incidir no desenvolvimento da mesa de conversações.

11 – Bom, primeiro dizer que não foi um referendo, foi um plebiscito, um plebiscito que tinha uma pergunta única e convidava a votar sim ou não. Bom, eu acredito que parte fundamental disso foi que houve uma mesquinha, escassa promoção do acordo, não houve uma real pedagogia de sensibilização do acordo, com a sociedade. A sociedade não se sentiu totalmente participante da elaboração do acordo, não participou formulando as questões iniciais. A sociedade então em sua grande maioria não se sentiu convocada, isto é, não sentiu que a sua participação no plebiscito fosse importante. Logo, então, a vitória do não também se reconhece como uma vitória que fundamentalmente é uma vitória de setores de uma cultura conservadora do povo colombiano que frente ao desconhecimento de grande parte dos acordos, prefere manter o que há, incluindo a guerra, porque a conhece. Isso, além de uma campanha impregnada de mentiras, de medos e de setores políticos influentes, levou à vitória

do não. Nós acreditamos que o governo também se equivocou ao se apoiar fundamentalmente nos setores políticos, a maioria deles desprestigiados, que não gozam de um reconhecimento amplo da sociedade colombiana. Isso, unido ao governo não medir o impacto que teve propor novas reformas legais que tinham a ver por exemplo com a Lei Zidres ou Lei de Terras, com a morte de crianças indígenas em La Guajira, com uma reforma impositiva... fez com que muitas pessoas não acreditassem no governo, que tivesse muito baixa credibilidade, e que ao unir tudo isso com o plebiscito, foi muito difícil convencer a importantes setores. Além disso, o papel das igrejas, as igrejas cristãs, o papel indeciso da igreja católica, de não apoiar a convocatória do sim, foi também decisivo. Esse é um país católico, e recebeu muitas mensagens da fé cristã no geral, a favor do não. Acreditamos que essas dificuldades puderam levar a derrota do sim, embora também saibamos e isso é evidente, claro, que foi uma vitória do não, mas uma vitória também não muito legítima, porque a campanha esteve impregnada de vícios, mas também porque o número que superou o sim foi bastante pequeno.

12 – Nós respaldamos o acordo, ainda o novo acordo, cremos que é importante e cremos que, claro, terá que desenvolver muitos elementos desse acordo para a sua aplicação. Claro, contempla as vítimas, enquanto o novo acordo menciona as aspirações das vítimas no processo de restituição das terras, porque, os setores políticos colombianos afeiçoados ao não e algumas elites preferem respaldar algumas instituições vinculadas à desapropriação de terras e a, digamos, garantir essa posse da terra. Creio que isso dificulta, dificulta também o fato de que atualmente, no novo acordo, não entra no caráter de constitucionalidade, isso o limita um pouco, e também a comissão que vai aplicar o modelo de justiça de transição, pois não terá a participação de magistrados internacionais. Acreditamos que essas limitações incluídas no novo acordo retrocedem um pouco o primeiro acordo mas, igual... acreditamos que as vítimas foram levadas em conta e que o acordo é um acordo que deve satisfazer às vítimas.

13 – Bom, definitivamente, se não há reconstrução, se não há fortalecimento do tecido social, vai ser muito difícil a aplicação do pós-acordo e vai ser muito difícil a construção de uma paz duradoura e estável. A Redepaz acompanha o fortalecimento dos sujeitos de reparação coletiva, do tecido social no território. Cerca de trezentas organizações sociais no território são sujeitos de reparação social coletiva e outras 15 organizações de caráter nacional, movimentos sindicais, as organizações de camponeses, de mulheres, indígena e mais, são sujeitos de reparação coletiva. Isso quer dizer que se está fortalecendo o tecido social. A Redepaz acompanha esses processos, desenvolveu as pedagogias ou metodologias de interação social nas quais a abordagem psicossocial, a construção de memória transformadora são importantes na hora de fortalecer esse tecido social desgarrado. Dessa forma, acreditamos que a sociedade colombiana vá avançar até um exercício de fortalecimento da democracia, do tecido social e da reconciliação.

Bom, muito obrigado, espero que essas respostas satisfaçam sua investigação. Se tiver dúvidas, me diga, me mande por email e eu com muito prazer ajudarei a resolvê-las. Um abraço.